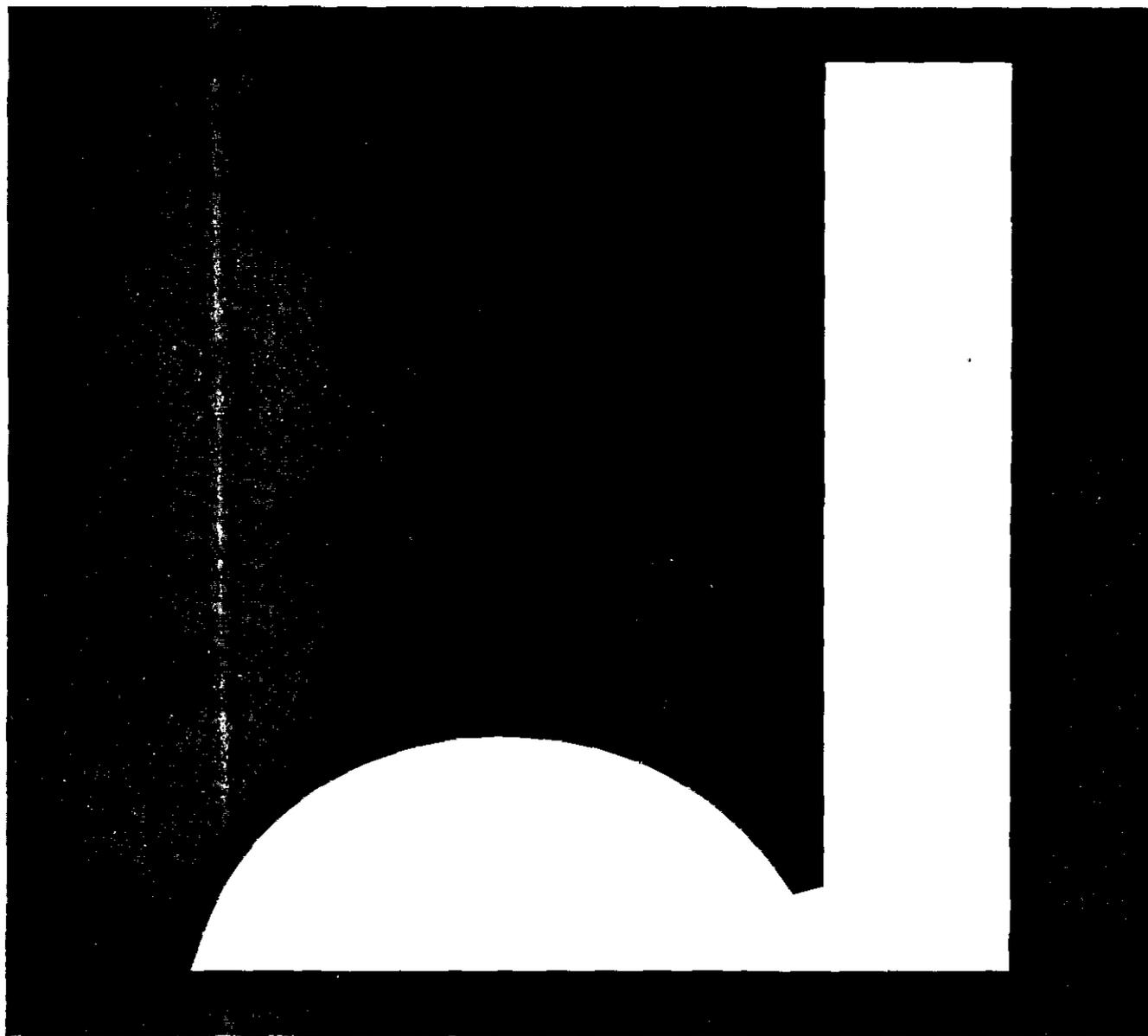




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LV - Nº 001

TERÇA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2000

BRASÍLIA-DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i></p> <p style="text-align: center;">1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p style="text-align: center;">2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p style="text-align: center;">4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>	
<p style="text-align: center;">CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i></p> <p style="text-align: center;">Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p> <p style="text-align: center;">(1) Reeleitos em 2-4-97</p>	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i></p> <p style="text-align: center;">(2) Designação: 30-6-99</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Marina Silva</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSDB – 13</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p style="text-align: center;">Líder <i>Artindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;"><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;"><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 184, de 1999, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alto Uruguai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Rio Grande do Sul.	00009
Nº 185, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.	00009
Nº 6, de 1999-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do Subprojeto nº 16.088.0537.1204.0721 – BR-402/MA – Rosário – Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais).	00009
Nº 7, de 1999-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do Programa de Trabalho nº 16.088.0537.1204.0023 – BR-080/GO – Uruaçu – Padre Bernardo, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).	00010
Nº 8, de 1999-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do Subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG – Araçuaí – Salinas, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.	00010
Nº 9, de 1999-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – BR-364/AC – Rio Branco – Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).	00010
Nº 10, de 1999-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do Subprojeto nº 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, da Unidade Orçamentária 44.204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais).	00011
Nº 11, de 1999-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do Subprojeto nº 16.090.0563.1700.0043 – Ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto da Santos, listado no Quadro II anexo à Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999.	00011

SENADO FEDERAL

2 – RESOLUÇÕES

Nº 80, de 1999, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$136,000,000.00 (cento e trinta e seis milhões de dólares norte-americanos), destinada a financiar parcialmente a implementação do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Ceará – PROGERIRH..... 00012

Nº 81, de 1999, que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinada à composição de linha de crédito e ao financiamento do BNDES..... 00013

3 – ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE JANEIRO DE 2000

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 7, de 2000 (nº 1.944/99, na origem), de 16 de dezembro último, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Isnard Penna Brasil Júnior, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 00014

Nº 8, de 2000-CN (nº 1.967/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 14 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00015

Nº 9, de 2000-CN (nº 1.968/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 14 de dezembro de 1999, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$37.036.865,00 (trinta e sete milhões, trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes Orçamentos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00015

Nº 10, de 2000-CN (nº 1.969/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 15 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$51.472.000,00 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e setenta e dois mil reais), em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00015

Nº 11, de 2000-CN (nº 1.970/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 14 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$29.631.000,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e trinta e um mil reais), em favor do Ministério da Educação, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00016

Nº 12, de 2000-CN (nº 1.971/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 15 de dezembro de 1999, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$66.300.946,00 (sessenta e seis milhões, trezentos mil, novecentos e quarenta e seis reais), em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cultura, para reforço de dotações consignadas nos vigentes Orçamentos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 00016

Nº 13, de 2000-CN (nº 1.972/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 15 de dezembro de 1999, que abre aos Orçamentos

Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Judiciário e do Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$21.194.523,00 (vinte e um milhões, cento e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais), para reforço de dotações consignadas nos vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00016	mento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	00016
Nº 14, de 2000-CN (nº 1.973/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 15 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$23.895.850,00 (vinte e três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinqüenta reais), para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00016	Nº 19, de 2000-CN (nº 2.022/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor global de R\$377.993.400,00 (trezentos e setenta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil e quatrocentos reais), em favor do Ministério da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00016
Nº 15, de 2000-CN (nº 2.018/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em favor da Presidência da República, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00016	Nº 20, de 2000-CN (nº 2.023/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00016
Nº 16, de 2000-CN (nº 2.019/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$395.003.844,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais), em favor dos Ministérios da Educação, Saúde, Cultura e Esporte e Turismo, para reforço de dotações consignadas nos vigentes Orçamentos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00016	Nº 21, de 2000-CN (nº 2.024/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento e da Fazenda, crédito suplementar no valor global de R\$11.706.000,00 (onze milhões, setecentos e seis mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00016
Nº 17, de 2000-CN (nº 2.020/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$6.824.000,00 (seis milhões, oitocentos e vinte quatro mil reais), em favor da Câmara dos Deputados, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00016	Nº 22, de 2000-CN (nº 2.025/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes Orçamentos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	00017
Nº 18, de 2000-CN (nº 2.021/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), para reforço de dotações consignadas no vigente Orça-		Nº 23, de 2000-CN (nº 2.026/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor global de R\$56.052.300,00 (cinqüenta e seis milhões, cinqüenta e dois mil e trezentos reais), em favor dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, para reforço de dotações consignadas nos vigentes	

Orçamentos. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	00017		
Nº 24, de 2000-CN (nº 2.027/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$514.169.867,00 (quinhentos e quatorze milhões, cento e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas nos Orçamentos vigentes. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	00017		
Nº 25, de 2000-CN (nº 2.028/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$1.774.225,00 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais), em favor do Ministério da Integração Nacional, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	00017		
Nº 26, de 2000-CN (nº 2.029/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$1.063.181,00 (um milhão, sessenta e três mil, cento e oitenta e um reais), para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	00017		
Nº 27, de 2000-CN (nº 2.030/99, na origem), encaminhando cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), em favor do Ministério da Saúde, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	00017		
3.2.2 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados			
Nº 1.363/99, de 17 de dezembro último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1996 (nº 3.179/97, naquela Casa), de autoria do Senador Freitas Neto e outros Senhores Senadores, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e dá outras providências.	00017		
3.2.3 – Parecer			
Nº 1, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999 (nº 3.808/97, na Casa de origem), que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.	00017		
		3.2.4 – Comunicação da Presidência	
		Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente.	00022
		3.2.5 – Leitura de requerimento	
		Nº 1, de 2000, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Álvaro Valle. Aprovado , após usarem da palavra os Srs. Romeu Tuma, Lúcio Alcântara e Ramez Tebet, tendo o Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, em nome da Mesa, associado-se às homenagens prestadas.	00022
		3.2.6 – Comunicações da Presidência	
		Recebimento da Mensagem nº 1, de 2000 (nº 2.015/99, na origem), de 28 de dezembro último, pela qual o Presidente da República encaminha a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2000. À Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência.	00023
		Recebimento da Mensagem nº 2, de 2000 (nº 1.977/99, na origem), de 17 de dezembro último, pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo do cumprimento das metas indicativas e critérios de desempenho relativos ao Programa de Apoio financeiro ao Governo brasileiro, liderado pelo Fundo Monetário Internacional, correspondente ao terceiro trimestre de 1999. À Comissão de Assuntos Econômicos.	00024
		Recebimento da Mensagem nº 3, de 2000 (nº 2/2000, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$5,050,000.00 (cinco milhões e cinquenta mil dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica para Reforma da Previdência Social. À Comissão de Assuntos Econômicos.	00024
		3.2.7 – Discurso do Expediente	
		SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Solidariedade do Governo Federal às populações atingidas pelas enchentes.	00024
		3.2.8 – Leitura de requerimento	
		Nº 2, de 2000, de autoria do Senador Iris Rezende e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Iturival Nascimento. Aprovado , após usarem da palavra os Srs. Iris Rezende e Maguito Vilela, tendo o Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, em nome da Mesa, associado-se às homenagens prestadas.	00028

3.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR NABOR JÚNIOR – Preocupação com aumento nos preços dos combustíveis e suas conseqüências sobre o processo inflacionário..... 00029

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Cobrança de ações governamentais para socorro das vítimas das enchentes no sul de Minas Gerais..... 00034

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Consideração sobre decisão do Banco Central de limitar a compra de bancos estaduais pelos bancos estrangeiros..... 00037

SENADOR ARLINDO PORTO, como Líder – Situação preocupante dos municípios mineiros assolados pelas inundações..... 00041

SENADORA HELOÍSA HELENA – Solidariedade às vítimas das inundações no Estado de Minas Gerais..... 00042

SENADOR TIÃO VIANA – Preocupação com o surto urbano da febre amarela..... 00044

SENADOR RAMEZ TEBET – Refuta críticas da imprensa sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Defesa da modificação constitucional visando permitir a redução do recesso parlamentar..... 00045

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Apelo ao Presidente da República para viabilizar junto à Receita Federal a liberação de um piano Bösendorfer, importado pela Rádio Mec, retido há quatro meses na alfândega do Rio de Janeiro. 00049

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Considerações sobre a convocação extraordinário do Congresso Nacional. Comentários sobre matérias publicadas na imprensa a respeito da flexibilização dos direitos trabalhistas e da livre negociação..... 00051

SENADOR MOREIRA MENDES – Visita a diversos municípios de Rondônia durante o recesso parlamentar. Transcurso do 18º aniversário de Rondônia..... 00054

SENADOR EDISON LOBÃO – Votos de pleno êxito à nova Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão..... 00058

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Solicitação à Mesa de gestão junto ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para o envio da complementação dos dados solicitados ao BNDES, em requerimento de informação apresentado por S. Exª..... 00061

3.2.10 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 4, de 2000 (nº 1.991/99, na origem), de 21 de dezembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até onze

milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 00063

Recebimento da Mensagem nº 5, de 2000 (nº 1.992/99, na origem), de 21 de dezembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até quinze milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Segundo Projeto relativo ao Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 00063

Recebimento da Mensagem nº 6, de 2000 (nº 1.993/99, na origem), de 21 de dezembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até trinta milhões e trezentos mil dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Assistência Técnica a Saneamento para População de Baixa Renda. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 00063

Recebimento do Ofício nº 683, de 1999, de 10 de dezembro último, encaminhando a documentação referente à oferta de Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, emitidas no último dia 1º de dezembro de 1999, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1999. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 00063

Recebimento do Ofício nº S/1, de 2000 (nº 308/99, na origem), de 13 de dezembro último, da Prefeitura Municipal de Joinville, solicitando autorização do Senado Federal para que possa habilitar-se a contratar operação de crédito destinada ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM. À Comissão de Assuntos Econômicos..... 00063

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.016, em 4 de janeiro de 2000 e publicada no dia 5 do mesmo mês e ano, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$5.000.000,00, para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria..... 00063

3.2.11 – Offícios		
Nºs 2 a 6/2000, de 5 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 2.014-1, 1.986, 2.008, 2.009 e 2.015-1, de 1999, respectivamente.	00065	de amanhã, dia 11 do corrente, será destinada aos trabalhos das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cujas reuniões estão marcadas para as 10 e 17 horas e 30 minutos, respectivamente.....
3.2.12 – Leitura de requerimento		3.3 – ENCERRAMENTO
Nº 3, de 2000, de autoria dos Senadores Iris Rezende e Maguito Vilela, solicitando que seja enviada ao Governador Joaquim Roriz e seus familiares, mensagem de pêsames pelo falecimento de sua irmã Srª Iris Luzia Roriz Solano. À publicação.	00065	4 – RETIFICAÇÃO
3.2.13 – Discursos encaminhados à publicação		Ata da 181ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 1999 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Elogios à atuação do Congresso Nacional durante o ano passado.....	00065	5 – EMENDAS
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Congratulações à Rede Globo de Televisão pelo transcurso dos seus 34 anos de existência.....	00067	Nº 22, adicionada à Medida Provisória nº 2.012-2, de 1999.
SENADOR MAURO MIRANDA – Votos de pesar à família do Governador Joaquim Roriz pela morte da Srª Iris Luzia Roriz Solano.....	00069	Nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 2.015-1, de 1999.
3.2.14 – Comunicação da Presidência		6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL
Lembrando aos Senhores Senadores que a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária		Nºs 9 a 11, de 2000
		7 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
		9 – COMISSÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
		10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 184, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a "Rádio Alto Uruguai Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de novembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 7 de dezembro de 1992, a concessão outorgada a "Rádio Alto Uruguai Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio FM Cidade do Sol Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 86, de 13 de março de 1998, que renova por dez anos, a partir de 15 de fevereiro de 1995, a permissão outorgada a "Rádio FM Cidade do Sol Ltda." para ex-

plorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1999-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0721 – BR-402/MA – Rosário – Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do subprojeto 16.088.0537.1204.0721 – BR-402/MA – Rosário – Divisa MA/PI, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$ 4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos liberados nos termos do artigo anterior, informando qualquer irregularidade à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 7, DE 1999-CN**

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 no programa de trabalho 16.088.0537.1204.0023 – BR-080/GO – Uruaçu – Padre Bernardo, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no programa de trabalho 16.088.0537.1204.0023 – BR-080/GO – Uruaçu – Padre Bernardo, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o programa de trabalho 16.088.0537.1204.0023 – BR-080/GO – Uruaçu – Padre Bernardo, encaminhando ao Congresso Nacional relatórios até o dia 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 8, DE 1999-CN**

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999, do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG – Araçuaí – Salinas, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do subprojeto 16.088.0537.1204.0662 – BR-342/MG – Araçuaí – Salinas, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, devendo, na seqüência, observar o seguinte:

I – a realização, por parte do DNER, ou o Órgão por ele delegado, no prazo de 30 dias, de estudos acurados para aferir preços que poderiam ser obtidos com a celebração de novos contratos e, na eventualidade da verificação da possibilidade de obtenção de preços mais favoráveis do que aqueles vigentes nos contratos, que proceda a renegociação das condições financeiras, atualmente praticadas, devendo, ainda, enviar tal estudo ao Tribunal de Contas e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

II – a verificação, por parte do DNER, ou o Órgão por ele delegado, da estrita observância das normas técnicas e do cronograma da obra, com comunicação bimestral ao Tribunal de Contas da União, sob pena de suspensão do contrato.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos liberados nos termos do artigo anterior, informando qualquer irregularidade à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 1999-CN**

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – BR-364-AC – Rio Branco – Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do subprojeto 16.088.0537.1204.0174 – BR-364-AC – Rio Branco – Cruzeiro do Sul, da Unidade Orçamentária 39.201 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos liberados nos termos do artigo anterior, informando qualquer irregularidade à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1999-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, da Unidade Orçamentária 44204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), no programa de trabalho 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, da Unidade Orçamentária 44204 – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no valor de R\$8.322.200,00 (oito milhões, trezentos e vinte e dois mil e duzentos reais).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orça-

mentária, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o programa de trabalho 04.054.0297.1267.0075 – Construção da Barragem de Pedra Redonda – Município de Conceição do Canindé – PI, encaminhando ao Congresso Nacional relatórios até o dia 31 de outubro e 30 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1999-CN

Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 do subprojeto 16.090.0563.1700.0043 – Ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, listado no Quadro II anexo à Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 1999 (Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999), do programa de trabalho 16.090.0563.1700.0043 – Ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o programa de trabalho liberado nos termos do artigo anterior, verificando se estão sendo adotadas as providências necessárias ao saneamento das irregularidades detectadas pela auditoria do Tribunal, encaminhando ao Congresso Nacional relatório até o dia 31 de março do próximo exercício financeiro.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 80, DE 1999

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, no valor equivalente a até US\$136,000,000.00 (cento e trinta e seis milhões de dólares norte-americanos), destinada a financiar parcialmente a implementação do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Ceará – Progerirh.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, a contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, no valor equivalente a até US\$136,000,000.00 (cento e trinta e seis milhões de dólares norte-americanos).

§ 1º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a conceder garantia à operação de crédito autorizada no caput deste artigo.

§ 2º A operação de crédito externo autorizada destina-se ao financiamento parcial do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – Progerirh.

Art. 2º A operação de crédito será realizada sob as seguintes condições:

I – *mutuário*: Estado do Ceará;

II – *mutuante*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird;

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: US\$136,000,000.00 (cento e trinta e seis milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$ 261.487.200,00 (duzentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete

mil e duzentos reais), cotados em 30 de novembro de 1999;

V – *juros*: a uma taxa igual ao Custo de Empréstimos Qualificados determinado para o semestre precedente pelo Bird, mais 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o valor desembolsado;

VI – *comissão de compromisso*: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante não desembolsado do financiamento, começando a vigorar a partir da data de assinatura do Contrato;

VII – *prazo*: quinze anos;

VIII – *carência*: até cinco anos e seis meses;

IX – *comissão inicial*: 1% (um por cento) do valor efetivo do financiamento, sacada da conta do empréstimo após a assinatura do Contrato;

X – *prazo para desembolso*: cinco anos, contado a partir da data de assinatura do Contrato;

XI – *condições de pagamento*:

a) *do principal*: em vinte parcelas semestrais sucessivas, em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2005 e a última em 15 de novembro de 2014;

b) *dos juros*: semestralmente vencidos, em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano;

c) *da comissão de compromisso*: juntamente com os juros;

d) *da comissão inicial*: sacada da conta do empréstimo após a assinatura do Contrato.

Parágrafo único. As datas estipuladas para repagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de celebração do Contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 81, DE 1999

Autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinada à composição de linha de crédito e ao refinanciamento do BNDES.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, a conceder garantia em operação de crédito externo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor equivalente a até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, sem a contraprestação de garantias exigidas nos termos do § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

Parágrafo único. A operação de crédito externo referida neste artigo destina-se à composição de linha de crédito e ao refinanciamento do BNDES.

Art. 2º A operação de crédito externo referida no art. 1º apresenta as seguintes características:

I – *mutuário*: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

II – *mutuante*: Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW;

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor da operação*: equivalente a até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal;

V – *juros*:

a) *taxa fixa em dólar norte-americano*: custo efetivo de captação do KfW no mercado de capitais norte-americano, para operações de prazos similares, acrescido de margem de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), incidente sobre o valor do principal do empréstimo a partir de cada desembolso; ou

b) *taxa flutuante em dólar norte-americano*: Líbor de seis meses acrescida de margem de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), inci-

dente sobre o valor do principal do empréstimo a partir de cada desembolso;

VI – *prazo*: dez anos;

VII – *carência*: dez anos;

VIII – *comissão de compromisso*: até 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante não desembolsado, iniciando a incidência sessenta dias após a data da assinatura do Contrato, ou o primeiro desembolso, o que ocorrer primeiro, até que o empréstimo seja totalmente desembolsado;

IX – *comissão de administração*: até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do empréstimo;

X – *comissões dos agentes de processo*: limitadas a DEM 2.000,00;

XI – *despesas gerais*: limitadas a 0,1% (um décimo por cento) do empréstimo, ou seja, US\$ 150,000.00 (cento e cinquenta mil dólares norte-americanos);

XII – *prazo para desembolso*: até 30 de junho de 2000;

XIII – *condições de pagamento*:

a) *do principal*: uma única parcela, vencendo dez anos após a assinatura do Contrato de Empréstimo;

b) *dos juros*: semestralmente vencidos, em 30 de junho e 30 de dezembro de cada ano;

c) *da comissão de compromisso*: trimestralmente vencida, iniciando a incidência sessenta dias após a data da assinatura do Contrato, ou o primeiro desembolso, o que ocorrer primeiro, até que o empréstimo seja totalmente desembolsado;

d) *da comissão de administração*: até sessenta dias depois da data de assinatura do Contrato, mas antes do primeiro pedido de desembolso;

e) *das comissões dos agentes de processo*: simultaneamente ao desembolso dos recursos no exterior;

f) *das despesas gerais*: após a emissão do Certificado de Registro pelo Banco Central do Brasil devidamente comprovadas.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e encargos poderão ser alteradas em função da data da assinatura do Contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1999. – Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Ata da 1ª Sessão Não Deliberativa em 10 de janeiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Ademir Andrade
Carlos Patrocínio e Leomar Quintanilha

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 7, DE 2000

(Mensagem nº 1.944/99, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso II, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Isnard Penha Brasil Júnior, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Os méritos do Diplomata Isnard Penha Brasil Júnior, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam na anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de dezembro de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

INFORMAÇÃO

Curriculum

Ministro de Segunda Classe Isnard Penha Brasil Júnior

Belém/PA, 29 de março de 1946.

Filho de Isnard Penha Brasil e Aracy Cabral Penha Brasil.

Licenciatura em Inglês, Faculdade de Filosofia, PUC/PE.

Bacharel em Direito, PUC/PE.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento de Chefes de Setores de Promoção Comercial do MRE e do "Centro Internacional de Comércio" "UNCTAD/GATT".

V Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento de Chefes do Secom.

Curso de "Marketing Management", Universidade de Aoyamã, Japão.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Curso de altos Estudos, IRBr.

Terceiro Secretário, 12 de março de 1971.

Segundo Secretário, merecimento, 1º de novembro de 1975.

Primeiro Secretário, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Conselheiro, merecimento, 1º de julho de 1986.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1995.

Assistente do Chefe da Divisão de Atos Internacionais, 1971/72.

Assistente do Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, 1972/74.

Assistente do Chefe da Divisão do Oriente Próximo, 1980/81.

Assessor do Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania, 1981/83.

Chefe, substituto, da Divisão do Oriente Próximo, 1981/83.

Chefe da Seção de Segurança Nacional e Mobilização da Divisão de Segurança e Informações, 1985/86.

México, Terceiro Secretário, 1974/75.

Tóquio, Segundo Secretário, 1975/77.

Tóquio, Chefe do Secom, 1976/77.

Madri, Segundo Secretário, 1977/79.

Madri, Chefe do Secom, 1977/79.

Jaddah, Encarregado de Negócios, 1979 e 1980.

Madri, Primeiro Secretário, 1979/80.

Abu-Dhabi, Encarregado de Negócios, 1983.

Kuala Lumpur, Conselheiro, 1989.

Kuala Lumpur, Chefe da Chancelaria e Chefe do Secom, 1989/90.

Kuala Lumpur, Encarregado de Negócios, 1989/90.

Haia, Conselheiro, 1991/94.

Nova Delhi, 1994/96

Vancouver, 1996/99.

II Reunião da Comissão Mista Brasil-México, 1974 (membro).

X Conferência dos Estados da América membros da OIT, México, 1974 (conselheiro técnico governamental).

I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Mexicana de Cooperação Técnica e Científica, México, 1974 (secretário-geral da seção brasileira).

IV CIECC (Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura), México, 1975 (assessor).

II Reunião Latino-Americana sobre População, México, 1975 (delegado).

Reunião Extraordinária do Comitê Plenário da Cepal, México, 1975 (delegado).

VI Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, México, 1975 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Iraque, Brasília, 1981 (delegado). XXII, XXIII, XXVI, XXVIII e Segunda Sessão Especial, do Conselho Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC), Kuala Lumpur (chefe da delegação).

Reunião do Grupo de Peritos para o exame do Mecanismo para Incrementar o Comércio entre os Países em Desenvolvimento, Kuala Lumpur, 1990 (delegado).

Reunião sobre o estabelecimento sobre Centro Meridional de Intercâmbio de Dados sobre Investimentos, Kuala Lumpur (delegado).

1ª Reunião de Cúpula do grupo para Consulta e Cooperação Sul-Sul (G-15), Kuala Lumpur, 1990 (membro).

Diretor Executivo Alternativo do Fundo Comum de Produtos de Base, Amsterdam, 1992.

Reunião sobre o estabelecimento do Centro Meridional de Intercâmbio de Dados sobre Investimentos, Kuala Lumpur, 1990 (delegado).

I Reunião de Cúpula do Grupo para Consulta e Cooperação Sul-Sul (G-15), Kuala Lumpur, 1990 (membro).

Diretor Executivo Alternativo do Fundo Comum de Produtos de Base, Amsterdam, 1992.

À disposição da Presidência da República, 1983/85.

Instrutor do Curso de Mobilização Nacional, ESNI, 1983/85.

Assessor da Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, 1986/87.

Assessor do Gabinete do Ministro do Interior, 1987/88.

Ordem do Mérito Guararapes, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Civil, Oficial, Espanha.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Nº 8, de 2000-CN (nº 1.967/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 14 de dezembro de 1999, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento".

Nº 9, de 2000-CN (nº 1.968/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 14 de dezembro de 1999, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$37.036.865,00 (trinta e sete milhões, trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos".

Nº 10, de 2000-CN (nº 1.969/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 15 de dezembro de 1999, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$51.472.000,00 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e setenta e dois mil reais), em favor do Ministé-

rio da Agricultura e do Abastecimento, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Nº 11, de 2000-CN (nº 1.970/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 14 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$29.631.000,00 (vinte e novem milhões, seiscentos e trinta e um mil reais), em favor do Ministério da Educação, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento”.

Nº 12, de 2000-CN (nº 1.971/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 15 de dezembro de 1999, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$66.300.946,00 (sessenta e seis milhões, trezentos mil, novecentos e quarenta e seis reais), em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cultura, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Nº 13, de 2000-CN (nº 1.972/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 15 de dezembro de 1999, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Judiciário e do Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$21.194.523,00 (vinte e um milhões, cento e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Nº 14, de 2000-CN (nº 1.973/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 15 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$23.895.850,00 (vinte e três milhões oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Nº 15, de 2000-CN (nº 2.018/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em favor da Presidência da República, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento”.

Nº 16, de 2000-CN (nº 2.019/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$395.003.844,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais), em favor dos Ministérios da Educação, Saúde, Cultura e Esporte e Turismo, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Nº 17, de 2000-CN (nº 2.020/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$6.824.000,00 (seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil reais), em favor da Câmara dos Deputados, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento”.

Nº 18, de 2000-CN (nº 2.021/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Nº 19, de 2000-CN (nº 2.022/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$377.993.400,00 (trezentos e setenta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, e quatrocentos reais), em favor do Ministério da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Nº 20, de 2000-CN (nº 2.023/99, na origem), encaminhando, nos termos do parágrafo 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento”.

Nº 21, de 2000-CN (nº 2.024/99, na origem), encaminhando, nos termos do parágrafo 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento

Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento e da Fazenda, crédito suplementar no valor global de R\$11.706.000,00 (onze milhões, setecentos e seis mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento”.

Nº 22, de 2000-CN (nº 2.025/99, na origem), encaminhando, nos termos do parágrafo 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Nº 23, de 2000-CN (nº 2.026/99, na origem), encaminhando, nos termos do parágrafo 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$56.052.300,00 (cinquenta e seis milhões, cinquenta e dois mil e trezentos reais), em favor dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos”.

Nº 24, de 2000-CN (nº 2.027/99, na origem), encaminhando, nos termos do parágrafo 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$514.169.867,00 (quinhentos e quatorze milhões, cento e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes”.

Nº 25, de 2000-CN (nº 2.028/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$1.774.225,00 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais), em favor do Ministério da Integração Nacional, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento”.

Nº 26, de 2000-CN (nº 2.029/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento Fis-

cal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$1.063.181,00 (um milhão sessenta e três mil, cento e oitenta e um reais), para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento”.

Nº 27, de 2000-CN (nº 2.030/99, na origem), encaminhando, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, cópia do Decreto de 21 de dezembro de 1999, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), em favor do Ministério da Saúde, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento”.

As mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1.363/99, de 17 de dezembro, último comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1996 (nº 3.179/97, naquela Casa), de autoria do Senador Freitas Neto e outros Senhores Senadores, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 17-12-99)

PARECER

PARECER Nº 1, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999 (nº 3.808, de 1997, na Casa de origem), que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Relator: Senador Lúcio Alcântara

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, cumprindo determinação estatuída no art. 81, inciso II, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, conhecida como Lei Geral das Telecomunicações.

Na Câmara dos Deputados, o projeto, de iniciativa do Deputado José Pimentel (PT – CE), analisado em conjunto com o Projeto de Lei nº 3.938, de 1997, de autoria do Poder Executivo, foi exaustivamente de-

batido pela Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática, que incorporou ao texto original inúmeros aperfeiçoamentos que culminaram no projeto que ora examinamos nesta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Ainda na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

II – Análise

A Lei Geral das Telecomunicações reorganizou os serviços de telecomunicações em novo modelo institucional, eliminando o monopólio estatal até então vigente, que concedia exclusividade para a exploração dos serviços a empresas sob controle acionário do Estado.

Ao delegar à iniciativa privada a exploração econômica dos serviços de telecomunicações, contudo, aquela Lei instituiu princípios fundamentais que iriam tortear a ação do Estado no novo cenário primeiramente, estabeleceu como dever do Poder Público garantir o acesso às telecomunicações a todos os cidadãos, a tarifas e preços razoáveis e em condições adequadas, segundo, institui como direitos básicos dos usuários o acesso a serviços com padrões de regularidade e qualidade adequados, assim como a liberdade de escolha da empresa concessionária e a preservação de sua privacidade no uso dos serviços, e em terceiro lugar, o fortalecimento do papel regulador do Estado, com o objetivo primordial de zelar para que o desenvolvimento do setor de telecomunicações esteja sempre em harmonia com as metas mais gerais de desenvolvimento social do País, incluindo-se a redução das desigualdades regionais.

A garantia de acesso aos serviços de telecomunicações está consubstanciada na Lei Geral em dois dispositivos essenciais: no art. 63, a Lei determina que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em regime público deverão assumir obrigações de universalização desses serviços, e no art. 64, aquela Lei determina que a União se comprometa a assegurar a existência, a universalização e a continuidade dos serviços prestados em regime público.

Obrigações de universalização são aquelas que objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica (Lei Geral das Telecomunicações, art. 79, § 1º).

Para a implementação da universalização dos serviços de telecomunicações, a Lei Geral determi-

nou a criação de um fundo especificamente constituído para suprir os recursos complementares destinados a cobrir aquela parcela do custo operacional das prestadoras exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização e que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço (Lei nº 9.472/97, art. 80, **caput** e inciso II). Esse dispositivo determina, ainda, que as empresas prestadoras deverão contribuir para esse fundo, nos termos da lei.

Destacamos aqui dois pontos que nos parecem essenciais. Primeiro, a Lei Geral das Telecomunicações, ao determinar a criação de um fundo de universalização, deixa claro que os recursos desse fundo se destinarão a financiar apenas parte dos custos de universalização, aquela que as empresas não possam implementar por meio de uma exploração eficiente dos serviços; dessa forma, o fundo de universalização constitui um mecanismo de apoio aos custos advindos da obrigação de universalização. E segundo, que é obrigação das empresas prestadoras contribuir para esse fundo, em termos a serem estabelecidos em lei.

Lei essa de que trata, precisamente, o projeto que submetemos à apreciação desta Comissão.

Os quatro primeiros artigos do projeto instituem o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e delimitam as competências que cabem aos órgãos do Poder Executivo no uso dos seus recursos. Dessa forma, cabe ao Ministério das Comunicações, enquanto órgão da administração direta do Poder Executivo, formular as políticas e as diretrizes gerais que orientarão as aplicações do Fundo, assim como definir os programas, projetos, e atividades por ele financiados. Essas competências são coerentes com as disposições da Lei Geral das Telecomunicações que, em seu art. 18, determina caber ao Poder Executivo, no âmbito da formulação da política de telecomunicações do País, instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviço de telecomunicações no regime público, assim como aprovar o Plano Geral de Metas de Universalização. E, como vimos, a instituição de modalidade de serviço no regime público implica, **a fortiori**, a obrigação de progressiva universalização daquela modalidade (Lei Geral das Telecomunicações, art. 64).

Por outro lado, o art. 4º estabelece que cabe à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, enquanto autarquia integrante da administração pública federal indireta, e ainda em coerência com as competências definidas para ela pela Lei Geral em seu art. 19, a implementação, o acompanhamento e a

fiscalização das políticas, diretrizes e ações definidas no âmbito da administração direta do Poder Executivo, assim como a elaboração anual de proposta orçamentária do Fundo, devendo submetê-la ao Ministério das Comunicações.

Esta proposta orçamentária deverá contemplar, além das metas periódicas para a universalização dos serviços de telecomunicações, o atendimento do interesse público e as desigualdades regionais.

Já o art. 3º determina que os recursos do Fundo deverão ser depositados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o qual, no entanto, encarregar-se-á apenas do recebimento dos recursos e de sua manutenção em conta especial, devendo repassá-los à Anatel à medida em que a agência determinar suas aplicações.

O art. 5º do projeto de lei define certos objetivos específicos, de evidente alcance social, que deverão satisfazer os programas, projetos e atividades em que serão aplicados os recursos do Fundo, objetivos esses que deverão, é evidente, estar em consonância com o Plano Geral de Metas de Universalização. Dessa forma, o projeto busca instituir, em lei, algumas prioridades que deverão ser necessariamente contempladas no processo de universalização dos serviços de telecomunicações. Todas têm evidente alcance social, como o atendimento às localidades com menos de cem habitantes, à implantação de acessos individuais à telefonia fixa e de acesso a redes digitais em estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde, em condições favorecidas, o atendimento a áreas remotas e de fronteira, o fornecimento de equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes, e a implantação da telefonia rural.

Além dessas prioridades, o projeto de lei determina, nos §§ 1º e 2º de seu art. 5º, a aplicação de pelo menos trinta por cento dos recursos do Fundo em programas, projetos e atividades executados pelas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado nas áreas abrangidas pela Sudam e Sudene, em evidente referência à redução de desigualdades regionais, assim como pelo menos dezoito por cento em estabelecimentos públicos de ensino.

As receitas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações são provenientes das fontes definidas no art. 6º do projeto. Além de dotações designadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais, doações e outras que lhe vierem a ser destinadas, merecem destaque as seguintes fontes: primeiro, cinquenta por cento dos recursos originariamente destinados ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – o FISTEL, relativos ao exer-

cício do poder concedente e da atividade ordenadora do Estado na exploração dos serviços de telecomunicações, assim como do poder de outorga do direito de uso de radiofrequências e de quantias recebidas pela aprovação de laudos de ensaios e prestação de serviços técnicos pela Anatel; segundo, o preço cobrado pela Anatel das empresas prestadoras pela transferência de concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviço de telecomunicações ou de uso de radiofrequência; e terceiro, uma contribuição de um por cento sobre a receita operacional bruta, calculada após a exclusão dos recolhimentos devidos ao ICMS, ao PIS e ao Confins, a ser recolhida por toda empresa prestadora de serviço de telecomunicações, seja no regime público, seja no privado.

O projeto pretende, com essas disposições, assegurar um tratamento equânime às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, no tocante a suas contribuições ao Fundo de Universalização, contribuições essas que a Lei Geral das Telecomunicações torna obrigatórias, conforme já salientamos.

Visando a garantir total transparência pública, tanto ao processo de arrecadação dos recursos do Fundo, quanto às suas aplicações, o projeto de lei estatui, no art. 7º, que a Anatel deverá publicar, em até sessenta dias após o encerramento de cada ano, um demonstrativo das receitas e das aplicações do Fundo, informando às entidades beneficiadas a finalidade das aplicações. Vão no mesmo sentido as determinações do art. 8º, obrigando as empresas prestadoras, que tenham implantado serviço de telecomunicações com recursos do Fundo, a apresentarem balancete anual detalhando as receitas e as despesas dos serviços correspondentes, devendo inclusive devolver ao Fundo, acrescidas das devidas correções e compensações, as parcelas que tenham se revelado superiores às estimativas originais do projeto de implantação.

Como forma de proteger o usuário dos serviços de telecomunicações de eventuais aumentos de tarifas decorrentes do exercício da obrigação de universalização por parte das empresas prestadoras, o art. 9º proíbe a revisão de tarifas e preços decorrentes unicamente de suas contribuições obrigatórias ao Fundo de Universalização. Além disso, o art. 10 determina que as empresas deverão detalhar, nas contas emitidas em nome dos usuários, o valor da contribuição ao Fundo referente aos serviços faturados, o qual deverá ser repassado, pelas entidades receptoras das contas, diretamente ao órgão encarregado de sua guarda e aplicação, no caso, o BNDES. Dessa forma, os recursos do Fundo provenientes das contribuições obrigatórias das empresas prestadoras são

recolhidos diretamente na fonte de suas receitas operacionais e imediatamente creditados à conta do Fundo de Universalização.

Finalmente, merece destaque o disposto no art. 12, que permite a concessão de nova autorização para a prestação de serviços de telecomunicações somente após 31 de dezembro de 2003, ou, no caso de haverem sido integralmente cumpridas, por parte da empresa prestadora, as obrigações de universalização dentro de toda a sua área de concessão, já a partir de 31 de dezembro de 2001.

O art. 14 fixa, ainda, em trinta dias, contados a partir da publicação da lei, o prazo para que o Poder Executivo promova a sua regulamentação.

III – Voto

Tendo em vista as considerações acima apresentadas, e por tratar-se de projeto de suma importância para levar as telecomunicações às populações menos assistidas, visto que institui instrumento indispensável à implementação de ações que objetivem universalizar o acesso aos serviços de telecomunicações, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999, e apelamos aos nobres Senadores a apoiar nosso voto.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 1999. –

Ney Suassuna, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **José Eduardo Dutra** – **Gerson Camata** – **Pedro Piva** – **Francelino Pereira** – **Eduardo Suplicy** – **Amir Lando** (Vencido) – **Antero Paes de Barros** – **Ramez Tebet** (abstenção) – **Agnelo Alves** (abstenção) – **Eduardo Siqueira Campos** – **Romero Jucá** – **Sérgio Machado** – **Luiz Otávio** – **Bello Parga** – **Paulo Souto**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8(1), de 15 de agosto de 1995

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 18. Cabe ao Poder Executivo, observadas as disposições desta lei, por meio de decreto:

I – instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviço no regime público, concomitantemente ou não com sua prestação no regime privado;

II – aprovar o plano geral de outorgas de serviço prestado no regime público;

III – aprovar o plano geral de metas para a progressiva universalização de serviço prestado no regime público;

IV – autorizar a participação de empresa brasileira em organizações ou consórcios intergovernamentais destinados ao provimento de meios ou à prestação de serviços de telecomunicações.

Parágrafo único. O Poder Executivo, levando em conta os interesses do País no contexto de suas relações com os demais países, poderá estabelecer limites à participação estrangeira no capital de prestadora de serviços de telecomunicações.

Art. 19. À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de telecomunicações;

II – representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações, sob a coordenação do Poder Executivo;

III – elaborar e propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado das Comunicações, a adoção das medidas a que se refere os incisos I a IV do artigo anterior, submetendo previamente a consulta pública às relativas aos incisos I a III;

IV – expedir normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações no regime público;

V – editar atos de outorga e extinção de direito de exploração do serviço no regime público;

VI – celebrar e gerenciar contratos de concessão e fiscalização a prestação de serviço no regime público, aplicando sanções e realizando intervenções;

VII – controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las nas condições previstas nesta lei, bem como homologar reajustes;

VIII – administrar o espectro de radiofrequência e o uso de órbitas; expedindo as respectivas normas;

IX – editar atos de outorga e extinção do direito de uso de radiodifusão e de órbita, fiscalizando e aplicando, sanções;

X – expedir normas sobre prestação de serviços de telecomunicações no regime privado;

XI – expedir e extinguir autorização para prestação de serviço no regime privado, fiscalizando e aplicando sanções;

XII – expedir normas e padrões a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços de telecomunicações quanto aos equipamentos que utilizarem;

XIII – expedir ou reconhecer a certificação de produtos, observados os padrões e normas por ela estabelecidos;

XIV – expedir normas e padrões que assegurem a compatibilidade, a operação integrada e a interconexão entre as redes, abrangendo inclusive os equipamentos terminais;

XV – realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência;

XVI – deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação de telecomunicações e sobre os casos omissos;

XVII – compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviços de telecomunicações;

XVIII – reprimir infrações dos direitos dos usuários;

XIX – exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matérias de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;

XX – propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministério das Comunicações, a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à implantação ou manutenção de serviços no regime público;

XXI – arrecadar e aplicar suas receitas;

XXII – resolver quanto à celebração, alteração ou extinção de seus contratos, bem como quanto à nomeação, exoneração e demissão de servidores, realizando os procedimentos necessários, na forma em que dispuser o regulamento;

XXIII – contratar pessoal por prazo determinado, de acordo com o disposto na Lei nº 8.745⁽⁹⁾, de 9 de dezembro de 1993;

XXIV – adquirir, administrar e alienar seus bens;

XXV – decidir em último grau sobre as matérias de sua alçada, sempre admitido recurso ao Conselho Diretor;

XXVI – formular ao Ministério das Comunicações proposta de orçamento;

XXVII – aprovar o seu regimento interno;

XXVIII – elaborar relatório anual de suas atividades, nele destacando o cumprimento da política do setor definida nos termos do artigo anterior;

XXIX – enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério das Comunicações e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional;

XXX – rever, periodicamente, os planos enumerados nos incisos II e III do artigo anterior, submetendo-os, por intermédio do Ministro de Estado das Comunicações, ao Presidente da República, para aprovação;

XXXI – promover interação com administrações de telecomunicações dos países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, com vista à consecução de objetivos de interesse comum.

Art. 63. Quanto ao regime jurídico de sua prestação, os serviços de telecomunicações classificam-se em públicos e privados.

Parágrafo único. Serviço de telecomunicações em regime público é o prestado mediante concessão ou permissão, com atribuição a sua prestadora de obrigações de universalização e de continuidade.

Art. 64. Comportar-se prestação no regime público as modalidades de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União comprometa-se a assegurar.

Parágrafo único. Incluem-se neste caso as diversas modalidades do serviço telefônico fixo comutado, de qualquer âmbito, destinado ao uso do público em geral.

Art. 79. A Agência regulará as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público.

§ 1º Obrigações de universalização são as que objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição socioeconômica, bem como as destinadas a permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.

§ 2º Obrigações de continuidade são as que objetivam possibilitar aos usuários dos serviços sua fruição de forma ininterrupta, sem paralisações injustificadas, devendo os serviços estar à disposição dos usuários, em condições adequadas de uso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de ex-Deputado Federal Álvaro Valle.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 10 de janeiro de 2000. – **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, apresentei requerimento de voto de pesar à família e ao Estado do Rio de Janeiro, homenageando o ex-deputado Álvaro Valle.

Homem de bem, que dedicou parte de sua vida à atividade de diplomata, possuía alto grau de cultura e conhecimento geral da política brasileira e foi o fundador do Partido Liberal, ao qual pertenci a primeira vez que me candidatei. Álvaro Valle me acolheu com muito carinho e simpatia, sempre pronto a discutir a linha liberal do Partido e, por muitos anos, foi seu Presidente, deixando-o nesta hora de infausto acontecimento, levado por uma doença terrível.

Pediria aos Srs. Senadores que compreendessem a necessidade desse voto e o apoiassem, para que possamos prestar essa homenagem a um homem que muito trabalhou pela República e pela democracia brasileira.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Não posso deixar de associar-me à manifestação de V. Ex^a, quando recorda quem foi Álvaro Valle, o papel importante e significativo que desempenhou na vida política do País, muito particularmente do meu Estado, o Rio de Janeiro. Estado e cidade hoje pranteiam o seu desaparecimento de forma muito sentida, recordando quem foi, as suas qualidades, as suas virtudes, jamais negadas por qualquer adversário que tivesse tido na vida, enfim, um homem que merece a homenagem desta Casa. S. Ex^a nunca pertenceu a ela, sempre foi um Deputado de muitos mandatos, de muitos votos, mas merece, sim, a homenagem que o Senado deve prestar à sua figura. As palavras de V. Ex^a, que levanta tão oportunamente a questão, merecem o apoio de todos nós, razão pela qual peço que o meu aparte seja inscrito no pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço e peço que seja incorporado ao meu pronunciamento o voto de pesar formulado por V. Ex^a pelo falecimento do ex-Deputado Álvaro Valle.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive o privilégio de ser colega, na Câmara dos Deputados, do Deputado Álvaro Valle, que se destacou sempre como Parlamentar muito atuante. Pertencente àquele grupo de políticos com uma atuação muito forte na classe média do Rio de Janeiro, granjeou apoio e os milhares de sufrágios que lhe deram muitos mandatos. Na última vez em que foi Deputado, elegeu-se com 384 mil votos. Na eleição de 1998, em que concorreu já doente, portanto sem o **élan** necessário, perdeu por um voto.

Álvaro Valle está entre os políticos que cresceram em torno de Carlos Lacerda. Não estamos aqui para fazer juízo de valor sobre méritos ou deméritos, qualidades ou deficiências de políticos. Mas Álvaro Valle foi realmente um político muito identificado com o eleitor tijuicano, do Grajaú, daquela região, o eleito da classe média do Rio de Janeiro. Sempre lutou muito pela ética na política, pelo combate à corrupção, pela defesa da Língua Portuguesa. Era um homem muito preparado, diplomata que foi.

Devemos, com toda justiça, apoiar o requerimento do Senador Romeu Tuma, porque, além de tudo, Álvaro Valle contribuiu para a formação de quadros políticos. Quando criou o PL, numa dissidência com o PFL, em primeiro lugar, criou uma escola de cursos de formação política que procurou semear pelo Brasil inteiro. Criou uma marca muito interessan-

te, para melhorar a qualidade musical dos programas de partidos políticos, que era um fundo musical muito bonito, que identificava qualquer programa que o PL estivesse fazendo. Ele foi realmente um parlamentar atuante e brilhante, que prestou grandes serviços ao País. Independentemente de concordarmos ou não com a linha política que defendia – eu mesmo tinha muitas discordâncias –, é justa a homenagem que se presta a Álvaro Valle.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço o Senador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson (PPS – PE) – Nobre Senador Lúcio Alcântara, também quero associar-me às homenagens que o Senado presta à figura do Deputado Álvaro Valle. O Senador Romeu Tuma, em hora muito oportuna, requer um voto de pesar. Lamentamos muito o desaparecimento do Deputado Álvaro Valle, com quem convivemos tanto tempo na Câmara dos Deputados e aprendemos muito. Foi um parlamentar que exerceu com muita dignidade e ética vários mandatos. Hoje, o Brasil e o PL, que tinha nele o seu Presidente de honra, sentem intensamente a sua perda, e nós, mais ainda, porque tivemos o privilégio de conviver ao seu lado, como Deputado Federal por oito anos. Foi um homem dedicado à educação, pois, em qualquer matéria relacionada a essa área, estava sempre presente, como também no tocante à diplomacia, já que era diplomata de carreira. A presença de Álvaro Valle no cenário político nacional foi sempre marcante, dada a sua cultura e a ética demonstradas na vida pública. Receba também o meu aparte, Senador Lúcio Alcântara, de solidariedade à figura extraordinária do Deputado Álvaro Valle.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, incorporo o pronunciamento do Senador Carlos Wilson, que lembrou a vinculação do Deputado Álvaro Valle com a educação e com a cultura, que foram assuntos que ocuparam muito do seu trabalho como Parlamentar. Quero apoiar integralmente o requerimento do Senador Romeu Tuma, lembrando que o recesso também nos privou de outro ex-Parlamentar, um paulista, Blota Júnior, que atuou na Assembléia Legislativa de São Paulo e teve vários mandatos na Câmara dos Deputados, foi nosso Colega, Secretário de Estado e um grande comunicador, um homem que marcou época na televisão brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é muito difícil não nos expressarmos quando o País se vê enlutado com a perda de um homem público da envergadura do ex-Parlamentar Álvaro Valle.

Álvaro Valle começou sua vida na União Democrática Nacional; era um homem de profundo sentimento liberal e teve, a meu ver, o grande mérito de fundar um partido, que, como era seu desejo, tivesse um caráter permanente. A maioria dos partidos atuam mais no período eleitoral, e Álvaro Valle, durante sua vida, procurou fazer com que seu partido pudesse ter uma atuação constante, permanente, vinculando suas idéias e, principalmente, sua doutrina. O Senador Lúcio Alcântara referiu-se, muito acertadamente, a essa característica do eminente homem público que o Brasil acaba de perder. Ex-Deputado Estadual, Ex-Deputado Federal, Álvaro Valle, segundo li nos jornais e ouvi agora do depoimento do Senador Lúcio Alcântara, depois de ter sido o Deputado Federal mais votado, na legislatura seguinte não conseguiu retornar à Câmara Federal pela diferença de um voto, e nem por isso vi qualquer registro de mágoa desse homem público que acabamos de perder.

O Senador Romeu Tuma fez muito bem em propor ao nosso Senado da República esse voto de profundo pesar, ao qual quero associar-me, como o faço, por meio dessas simples palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa se associa às manifestações de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Álvaro Valle, Presidente do Partido Liberal, cuja atuação no Congresso Nacional foi das mais destacadas, sempre com muita presteza e, ao mesmo tempo, um espírito de coleguismo completo; era, realmente, uma figura que se destacava pelo modo educado de proceder na Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, também, nas sessões do Congresso Nacional.

Por tudo isso, a Mesa cumpre as deliberações do Plenário e, ao mesmo tempo, associa-se ao pesar de todo o povo brasileiro e, em particular, do povo do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 1, de 2000 (nº 2.015/99, na origem), de 28 de dezembro último, pela qual o Presidente da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069,

de 23 de junho de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2000.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: "O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o *caput* deste artigo, mediante decreto legislativo no prazo de 10 dias a contar do seu recebimento."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 2, de 2000 (nº 1.977/99, na origem), de 17 de dezembro último, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 6º da Resolução nº 96, de 10 de dezembro de 1998, do Senado Federal, encaminha o demonstrativo do cumprimento das metas indicativas e critérios de desempenho relativos ao Programa de Apoio Financeiro ao Governo Brasileiro, liderado pelo Fundo Monetário Internacional, correspondente ao terceiro trimestre de 1999.

O expediente anexado ao respectivo processo vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 3, de 2000 (nº 2/00, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até cinco milhões e cinqüenta mil dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD destinada ao financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica para Reforma da Previdência Social.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o Senador José Roberto Arruda, por permuta com o Senador Ney Suassuna.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, em primeiro lugar, para cumprimentar as Senhoras e os Senhores Senadores nesta volta aos trabalhos legislativos, na certeza de que todos tiveram um final de ano com saúde e com harmonia, com suas respectivas famílias. E confesso, de público, o meu prazer por este reencontro

Quero também fazer um registro extremamente importante sobre a ação do Governo Federal, num momento de grande dificuldade vivida pela população de cidades atingidas pelas chuvas no final do ano passado e no começo deste.

Estive pessoalmente com o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que se fazia acompanhar dos Senadores do Estado de Minas Gerais Senador José de Alencar e Senador Francelino Pereira nas regiões atingidas pelas chuvas. Estavam presentes também o Ministro do Desenvolvimento Regional, Fernando Bezerra, e o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga.

Juntos, pudemos verificar, em primeiro lugar, o que acontecia na Rodovia Presidente Dutra, a que liga o Rio de Janeiro a São Paulo. Talvez ela seja a rodovia mais importante do País, cujo tráfego ficou interrompido, no primeiro dia do ano, pelo temporal que se abatia no Vale do Paraíba. Estivemos na cidade de Engenheiro Passos o Senador José de Alencar, o Senador Francelino Pereira e eu e pudemos constatar **in loco** o sofrimento da população, principalmente a que vive mais próxima do rio Paraíba do Sul. Nesse dia, o Governador Anthony Garotinho também esteve com o Presidente da República naquela cidade do Estado do Rio.

Depois, sobrevoamos todo o trecho da Rodovia Presidente Dutra, no sul do Estado do Rio de Janeiro, que havia sido atingido pelas chuvas.

Ainda no mesmo dia, estivemos no sul do Estado de Minas Gerais, sobrevoando as cidades de São Lourenço, de Passa Quatro, de Itanhandu, de Delfim Moreira e de Itajubá. Nesta última, tivemos a oportunidade de manifestar a solidariedade do Governo Federal e de todos nós para com uma população que vivia talvez o drama mais difícil de toda a história daquela região. O rio Sapucaí transbordou e praticamente toda a cidade ficou inundada. O próprio Presidente da República, em veículos do Exército, andou pela cidade e verificou o sofrimento daquela população.

Naquele dia, o Presidente Fernando Henrique assinou medida provisória, destinando um primeiro valor de recursos pequenos, mas emergenciais, para que os Prefeitos daquelas quatorze cidades sul-mineiras em estado de emergência pudessem começar a atender sua população. Além disso, o Governador de São Paulo, Mário Covas, e o Governador de Minas Gerais também determinaram providências importantes naquele momento emergencial. Essas regiões do Vale do Paraíba e do Vale do Sapucaí estão na confluência entre o sul do Estado de Minas Gerais e o Vale do Paraíba, já no Estado de São Paulo.

dois Estados castigados pelas fortes chuvas, além do Estado do Rio.

Sr. Presidente, isto nos remete a dois aspectos pontuais: primeiramente, a necessidade continuada de atendimento daquelas populações. Passado o momento da inundação, é hora de se refazerem as estradas, de se corrigirem os leitos dos rios e de se reconstruírem as áreas urbanas que foram inundadas.

Algumas providências de responsabilidade do poder público são importantes. Falo, por exemplo, do refazimento de galerias de águas pluviais, galerias de água e esgoto algumas daquelas cidades ainda não tiveram restauradas as redes de água potável e de limpeza das ruas. Há também aquelas medidas referentes à saúde pública, como a vacinação das populações atingidas.

Outro ponto em que todos devemos participar diz respeito aos meios que poderão ser criados excepcionalmente para que os cidadãos possam reconstruir suas casas, para que os comerciantes possam refazer suas lojas, suas fábricas, a fim de que a atividade econômica de todas aquelas cidades possa voltar ao normal. O Governo Federal estuda a criação de linhas emergenciais de crédito pela Caixa Econômica Federal. Entretanto, na visita que fizemos a Minas Gerais e os Senadores Francelino Pereira e José Alencar, como mineiros que são, acompanharam muito de perto essas questões, sugeriram-nos a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço dos cidadãos atingidos diretamente pelas cheias. Ora, se determinado cidadão teve sua casa destruída, nada mais natural que ele possa fazer uso do seu próprio Fundo de Garantia para a reconstrução de sua moradia.

Em vista disso, Sr. Presidente, deixamos aqui na tribuna esta sugestão vinda diretamente da população atingida, das pessoas que sofreram com as chuvas, para que um mecanismo ágil, rápido, eficiente e desburocratizado possa liberar o Fundo de Garantia dessas pessoas para que suas vidas rapidamente voltem ao normal. Em cidades como Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Itanhandu e São Lourenço não há uma só família que não tenha sido atingida diretamente pela chuva.

Além dos sofrimentos pessoais causados numa situação como essa, há os danos materiais, a perda de móveis e de imóveis. Enfim, em todas essas cidades o comércio ainda está fechado. Os supermercados tiveram perda total dos gêneros alimentícios.

Iniciou-se no Distrito Federal, neste final de semana, uma campanha de solidariedade muito bonita, que já coletou mais de três carretas de gêneros alimentícios não-perecíveis. Esses donativos estão sen-

do encaminhados para Itajubá e para toda a região que sofreu com as enchentes. As pessoas que lideraram esse movimento, os clubes de serviços, como **Rotary** e **Lions** as igrejas, a Legião da Boa Vontade, a maçonaria, enfim todas essas entidades solicitam contribuição com gêneros alimentícios não-perecíveis, roupas, medicamentos – principalmente analgésicos –, fraldas descartáveis – item muito necessário num momento como esse –, que serão entregues nos postos já abertos em Brasília para serem encaminhados às regiões atingidas pelas chuvas.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Conceda-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço V. Ex.^a com muito prazer.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador José Roberto Arruda, em nome do povo do Espírito Santo, apresento a nossa solidariedade aos mineiros principalmente, aos cariocas, aos fluminenses e aos paulistas, duramente atingidos pelas enchentes. V. Ex.^a teve a oportunidade de – e agora faz esse relatório para o Senado – ver o que estava acontecendo, de sentir o que aquelas populações estavam sentindo na viagem em que acompanhou o Presidente da República. Aliás, o gesto do Presidente da República foi digno de um Chefe de Estado. Menos de doze horas depois do início das ocorrências, mesmo enfrentando os perigos do mau tempo, Sua Excelência se dirigiu ao local, não mandou assessores, liberou recursos e ainda os continua liberando, num ato rápido de ação governamental. Lembro que, em 1986, quando das terríveis enchentes que o Espírito Santo enfrentou, nossos irmãos mineiros foram solidários com o nosso Estado: fizeram campanhas e mandaram donativos, assim como nós, capixabas, agora estamos fazendo. Mas o Presidente da República de então, talvez por outras circunstâncias, muito ocupado, não nos pôde visitar e levar solidariedade por ocasião daquela tragédia que enfrentamos, com mais de cem mil desabrigados na pequena área do nosso território. Congratulo-me com o Presidente da República pela rapidez com que Sua Excelência compareceu aos locais atingidos e apresento a solidariedade que, no Espírito Santo, se transforma num ato efetivo, pelas campanhas que estão sendo feitas para recolhimento de roupas e de alimentos a serem enviados às populações atingidas. Cumprimento V. Ex.^a pelo relato que faz ao Senado Federal da visita que fez e daquilo que viu.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata. Recoilho, com muito prazer, o seu aparte. Além da agilidade do

Governo Federal e da ida do Presidente da República às regiões atingidas, também o Senador Francelino Pereira, que já estava em viagem para Brasília, mudou toda a sua programação para acompanhar o Presidente. O Senador José Alencar, que se encontrava, naquele momento, em viagem pelo Rio de Janeiro, deslocou-se para São José dos Campos. Apenas o Senador Arlindo Porto, que estava numa fazenda no interior de Minas, com um tempo de deslocamento que inviabilizaria sua visita, não nos pôde acompanhar. Os outros dois Senadores mineiros foram muito ágeis para que pudessem estar presentes, levando a sua solidariedade e representando o povo mineiro.

Mais importante que essa agilidade é o exemplo que fica para todo o Governo Federal, para os Ministros e para todos os escalões do burocracia federal. No dia seguinte à tragédia, o Ministério da Saúde já fazia, por intermédio de aviões da FAB, chegarem às regiões atingidas as vacinas e os primeiros medicamentos. A Defesa Civil também se fez presente.

Registro ainda – em nome também dos Senadores Francelino Pereira, José Alencar e Fernando Bezerra, que estava presente como Ministro e que sentiu bastante medo – a eficiência e a competência dos pilotos da FAB, que fizeram com que, num momento de muita dificuldade, diante de um temporal que caía sobre a Serra da Mantiqueira, chegássemos ao local.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Interrompo o importante discurso de V. Ex^a sobre a gravidade do que ocorreu em Minas Gerais e na terra do pai de V. Ex^a, Itajubá, para registrar que, no meu Estado, na região urbana da capital, foram sufocantes a perda e a tristeza sofridas pelos cidadãos moradores principalmente das regiões ribeirinhas, sem nenhum tipo de assistência, sem canalização, sem infra-estrutura, nesses períodos de chuva. Será que não há solução para isso? V. Ex^a traz um encaminhamento, sob a liderança do Presidente da República, que não permaneceu em seu gabinete esperando telefonemas e relatórios sobre as ocorrências. Ele foi ao local, sentiu a água nos joelhos e soube, com a sua sensibilidade humanística, tomar as providências *in loco*, sob o testemunho e com a ajuda dos Senadores que o acompanharam. Não apenas o Presidente merece nosso apoio neste momento difícil. Que fique o exemplo aos Srs. Governadores e aos Ministros. Os Governadores devem ser alertados sobre a necessidade da sua presença nos loca-

is em que a tristeza e a morte inesperada tomam conta de boa parte da população, principalmente de crianças, que morrem sufocadas, atarradas, às vezes pela impossibilidade de socorro. Um rapaz faleceu após ajudar praticamente o dia inteiro. Ao voltar, já cansado, foi soterrado por uma avalanche em seu Estado. Espero que a Defesa Civil seja super-estruturada no sentido de colaborar e estar presente no planejamento dos Ministérios e que os Governadores também participem a fim de que as conseqüências dessas tragédias sejam minimizadas ou, se possível, evitadas. Parabéns a V. Ex^a pelo relatório.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a sublima o lado humano dessa ação administrativa. Nós que percorremos as ruas alagadas de cidades mineiras pudemos sentir a aflição daquelas pessoas, daquelas donas de casa vendo suas residências totalmente inundadas, elas próprias na rua, com água pela cintura, pedindo ajuda. Só quem assistiu, só quem viu de perto o sofrimento de famílias humildes – e isso aconteceu agora em Campos do Jordão, em cidades do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais –, do ser humano, impotente diante da elevação das águas, da inundação de áreas urbanas e rurais, sabe a importância de uma ação rápida do Poder Público para, pelo menos, minorar os sofrimentos trazidos por um acidente climático dessa natureza.

Agradeço ainda especialmente ao Exército brasileiro. Não fossem os batalhões de engenharia sediados naquela região, que, com heroísmo, coragem e determinação, atravessaram dias e noites socorrendo as vítimas, muito provavelmente teríamos hoje muito mais brasileiros vitimados pelas enchentes, além das mais de duas dezenas de mortes.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Ilustre Senador, nosso coestaduano nascido em Itajubá, Minas Gerais, cumprimento-o pela forma com que V. Ex^a propiciou a nossa chegada a Itajubá naquele dia. Realmente ficamos emocionados com o quadro que vimos não só na sua terra, Itajubá, como também no sobrevôo que fizemos naquela região, totalmente atingida pelas cheias, especialmente do Sapucaí. Confirmo as informações de V. Ex^a. Foi emocionante aquela ocasião – já que não pudemos chegar à casa de D. Maria Aparecida, sua querida mãe – em que V. Ex^a proporcionou a todos nós a possibi-

lidade de falar com ela pelo telefone. Estávamos lá, mas não podíamos chegar à sua casa: veja o quadro em que se encontrava aquela cidade e, naturalmente, as demais. Tenho feito contatos constantes, depois daquele dia, com o sul de Minas e gostaria de trazer uma informação a esta Casa, pois penso que ela pode ajudar neste assunto. O importantíssimo trecho da estrada federal que liga Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e Itajubá está em situação deplorável, precisando de urgentes reparos, assim como as casas de saúde, especialmente aquelas que receberam desabrigados e que cuidaram, com os parcos recursos que tinham, das pessoas, das crianças, das famílias, como é o caso da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, que eu colocaria como um símbolo: Fiz até um expediente, solicitando ao Ministro da Saúde que socorra essas casas de saúde e os hospitais do sul de Minas, especialmente a Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, que precisa urgentemente de socorro, de remédios e de recursos financeiros. Informo que estivemos na região no dia 4, e, no dia 5, o Governo de Minas transferiu-se para Pouso Alegre, levando não apenas pessoal da Polícia Militar, como também vários Secretários de Estado e pessoal ligado a recursos; o Estado está atento para a ação do Governo. Minas Gerais ficou muito sensibilizada com a ida do Presidente Fernando Henrique, naquele esforço épico de transpor a Serra da Mantiqueira em um dia em que até mesmo o Exército e Aeronáutica não recomendavam o vôo. No entanto, houve insistência de Sua Excelência para que pudéssemos fazer o sobrevôo e também a aterrissagem em Itajubá. Todo o povo de Minas Gerais ficou altamente reconhecido pelo esforço do Presidente, e é preciso que todos nós continuemos levando às autoridades governamentais, das esferas federal e estadual, tudo aquilo que precisa ser feito para minorar o sofrimento das famílias daquela região, que vimos de perto. Meus parabéns pela iniciativa de V. Ex^a naquela viagem e pelas informações absolutamente fidedignas que V. Ex^a traz a esta Casa.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Muito obrigado, Senador José Alencar. Incorporo, com muita honra, o aparte de V. Ex^a a este pronunciamento. Gostaria de dizer que pudemos assistir do avião a desmoronamentos de terra absurdos na BR 453, que liga Poços de Caldas, Pouso Alegre e Itajubá a Lorena, na Via Dutra. Sugiro que a Bancada mineira – farei questão de acompanhá-la – marque uma audiência com o Ministro dos Transportes, que foi verificar a Via Dutra, para que alguma providência de

emergência seja tomada. Afinal, trata-se da ligação mais importante entre a Via Dutra e a Fernão Dias.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador José Roberto Arruda, com muita emoção, ouço o relato de V. Ex^a a respeito da visita do Senhor Presidente da República ao Estado de Minas Gerais, o que demonstra, realmente, um espírito de solidariedade importante do Chefe da Nação em um momento difícil que o Estado atravessa. Como representante do Estado de Roraima não poderia deixar de comparar, Senador Líder do Governo, a atual postura do Senhor Presidente da República, louvável sob todos os aspectos, com a adotada em relação ao incêndio de Roraima, há dois anos, ocasião em que, por 30 dias, nosso Estado ardeu em chamas. Naquele momento, lamentamos muito a ausência do Presidente. Gostaria de fazer um apelo a Sua Excelência e de contar com a ajuda de V. Ex^a. Em função do incêndio, foi contratado um empréstimo de US\$25 milhões – se não estou equivocado – para a prevenção de incêndios na Amazônia; o Estado de Roraima, que foi o motivador desse empréstimo, não foi contemplado com nenhuma quantia, ao passo que outros Estados da Região Norte foram beneficiados. Ao mesmo tempo em que louvo a atual atitude do Presidente, recorro à situação de Roraima naquele incêndio e peço uma correção quanto ao fato de não ter sido destinado nenhum centavo para a prevenção de incêndios em Roraima. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF)

– Senador Mozarildo Cavalcanti, conte com o meu apoio e a minha atuação no sentido de que este assunto seja bem encaminhado dentro do que for administrativamente correto, como propõe V. Ex^a.

Penso que este tipo de postura serve de paradigma de uma ação ágil que deve ter o Governo Federal e os governantes de uma maneira geral, na busca de soluções, levando solidariedade à população de uma determinada região, quando atingida por um acidente climático desta magnitude.

Sr. Presidente, Brasília, como Capital do País, recebe brasileiros vindos de todas as regiões. Há alguns anos, durante uma seca fortíssima por que passou o Estado do Ceará, a população de Brasília mostrou o seu espírito de solidariedade, coletando uma quantidade enorme de alimentos, transportando-os em carretas, para acudir as populações sofridas da-

quele Estado do Nordeste. Agora é a vez de se coletarem alimentos, remédios e roupas para as populações que sofrem principalmente no Estado de Minas Gerais e também em algumas cidades dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Construí toda a minha vida profissional e política no Distrito Federal e queria dizer do meu orgulho, da minha satisfação em ver essas manifestações espontâneas de cidadania, de sentimento humano, que partem de pessoas mais simples, das lideranças comunitárias mais humildes e, portanto, mais eficazes no trato dessas questões.

Várias carretas e caminhões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, já estão dirigindo-se para as áreas atingidas. Fica aqui, em meu nome e desta Casa, os nossos agradecimentos à população, que manifesta desta forma a sua solidariedade humana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Federal Iturival Nascimento.

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 10 de janeiro de 2000. – **Iris Rezende – Maguito Vilela – Mauro Miranda.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende, para encaminhar a votação.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imenso pesar e tristeza que compareço hoje a esta tribuna para a homenagem póstuma a um ilustre amigo e companheiro que muito dignificou Goiás e o Brasil. Nós nos comovemos profundamente com a morte no dia 3 de janeiro do ex-Deputado Iturival Nascimento, vítima de isquemia. Aqui, reverenciamos um homem público de primeira linha, que soube, como poucos, honrar as inúmeras e relevantes tarefas que assumiu ao longo

de uma vida marcada pelo trabalho incessante e pela dedicação irrestrita às causas do povo.

Iturival Nascimento morreu em Goiânia aos 64 anos. Natural de Rio Verde, Goiás, ali plantou os alicerces de uma trajetória política bem sucedida e plena de realizações. Era filho de Rafael Nascimento, um dos pioneiros desse próspero Município do sudoeste goiano. Deixa viúva, a Sr^a Janete Nascimento, e seis filhos.

Iturival Nascimento iniciou sua vida pública como Vereador em Rio Verde. Posteriormente, elegeu-se Deputado Estadual por dois mandatos. Destacou-se, sobretudo, no Congresso Nacional, sendo eleito Deputado Federal por quatro mandatos consecutivos, de 1974 a 1990. Com atuação firme e combativa, foi uma das mais respeitáveis vozes de Goiás no Parlamento brasileiro, onde defendeu os interesses maiores de seu Estado e de seu País, levantando bem alto a bandeira da prosperidade e da justiça social.

Em 1992, Iturival Nascimento foi indicado para a função de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, atividade que vinha desempenhando com extremo zelo e dedicação.

Iturival assumiria no início deste ano a Presidência do Tribunal de Contas do Estado. A doença, entretanto, impediu que realizasse mais um de seus sonhos. Mas Iturival permanecerá vivo na memória de nosso povo, pois deixou exemplos fecundos e grandes ensinamentos que servem como verdadeiro guia para as gerações do presente e do futuro.

A família de Iturival Nascimento teve papel decisivo no decorrer da história de Rio Verde e do Estado de Goiás. A política daquele Município foi fortemente influenciada por esses autênticos pioneiros do bem comum. O irmão de Iturival, Iron Nascimento, falecido no ano passado, foi Prefeito de Rio Verde e Deputado Estadual. Já Iturival, um dos filhos do conselheiro, é Vereador pelo Município.

A morte desse ex-Deputado destemido e corajoso deixa uma lacuna difícil de ser preenchida. Ele soube exercer a política com paixão, honestidade e coerência. Goiás sofre uma perda irreparável e deixa de ter no seu convívio um verdadeiro entusiasta da vida pública, um lutador, que, como ninguém, defendeu com bravura e determinação suas idéias.

O registro que faço desta tribuna tem, para mim e para os ilustres Senadores Maguito Vilela e Mauro Miranda, um significado muito especial. Iturival Nascimento foi um fraternal amigo e companheiro de muitas jornadas. Ele atuou como um dos entusiastas do antigo PSD, foi um dos fundadores do inesquecível MDB e membro ativo do nosso PMDB.

Estivemos juntos nos diversos embates históricos. Enfrentou o autoritarismo e seus métodos de repressão agindo com bravura pelos ideais democráticos, abrindo os caminhos da justiça e empreendendo inúmeras conquistas que permitiram a consolidação do Estado de Direito.

Como cidadão, portou-se sempre com dignidade, sendo exemplar pai de família, amigo leal e companheiro de partido que nunca titubeou, agindo sempre com firmeza e determinação, notadamente nos períodos históricos mais conturbados e difíceis, destacando-se como autêntico democrata.

Homem de temperamento forte, defendia com franqueza suas posições, obtendo o respeito e a admiração da opinião pública. Tinha, sobretudo, um coração magnânimo, capaz de gestos de bondade e de mansidão, sempre guiado por sentimentos puros e nobres.

O Senado da República, portanto, faz, neste dia, com a aprovação do presente requerimento, uma justa homenagem ao ex-Deputado Iturival Nascimento, por meio do voto de profundo pesar e da apresentação de sinceras condolências à família enlutada.

Iturival Nascimento, Sr. Presidente, inscreveu seu nome na história de Goiás e do País e será lembrado pelo grande senso humanista e democrático. Da tribuna do Senado, homenageamos um homem que soube abraçar a atividade pública com ética, dignidade e honradez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu e o Senador Mauro Miranda delegamos ao nosso Líder, Senador Iris Rezende, a possibilidade de prestar esta homenagem póstuma em nosso nome.

Extremamente honrado, agradeço ao Senador Iris Rezende as palavras corretas ao prestar esta homenagem póstuma a Iturival Nascimento.

Mas eu queria registrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que há aproximadamente sete meses, tanto eu quanto os Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda prestamos esta mesma homenagem ao Deputado Iron Nascimento, irmão de Iturival Nascimento. Num espaço de sete meses, perdemos grandes líderes políticos. Um Deputado Estadual, um Deputado Federal, um Prefeito, outro Vereador, esses dois irmãos sempre prestaram relevantes serviços a Goiás e ao Brasil. Em um curto espaço de tempo, essas duas vezes calaram-se para sempre,

deixando o mundo político goiano enlutado, porque tanto Iturival Nascimento quanto Iron Nascimento trabalharam muito pelo povo goiano, por Goiás, pelo Brasil, pelo povo brasileiro.

Lembro-me das lutas de Iturival Nascimento pelas grandes ferrovias neste País, a Norte-Sul, a Leste-Oeste; as grandes lutas de Iturival Nascimento pela hidrovía Araguaia-Tocantins; as grandes lutas de Iturival Nascimento pelas rodovias que cortam o Centro-Oeste brasileiro.

Iturival Nascimento deixa o seu filho, terceiro suplente de Deputado Federal por Goiás, como seu representante político, além de Iturival, Vereador em Rio Verde, que também segue as pegadas do pai.

Ao fazer esse registro, lembro que Iturival Nascimento, depois de ter sido Vereador por duas vezes, Deputado Estadual duas vezes e Deputado Federal por quatro mandatos – inclusive tive o privilégio de ser seu colega aqui, na Câmara Federal –, foi indicado e nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado pelo então Governador Iris Rezende Machado. O ex-Governador não só o indicou como também o nomeou Conselheiro, e ele assumiria agora, exatamente neste mês, a Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Iturival foi um homem da maior confiança de Iris Rezende Machado, sempre trabalhou por toda a trajetória política do Senador.

Sr. Presidente, as palavras do Senador Iris Rezende Machado são as palavras de todo o povo goiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa se associa às manifestações de pesar pelo falecimento do nobre Parlamentar Iturival Nascimento.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, acompanhamos ao longo de todo o ano findo a estreita relação entre a ameaça do recrudescimento dos índices inflacionários e os constantes aumentos dos preços impostos aos derivados de petróleo e ao álcool em todo o País.

A questão é muito grave e exige atenção não apenas do Governo mas também dos representantes da sociedade reunidos neste Plenário. Afinal estamos chegando velozmente a uma situação de impasse, que vai contrapor as necessidades financeira da Petrobrás e o perigo de vermos realimentada a infla-

ção que, como sabemos, é extremamente sensível às oscilações dos preços dos combustíveis.

O assunto está voltando à ordem do dia na forma habitual. São notícias esparsas, divulgadas por diferentes órgãos de imprensa, originárias de vários setores da administração pública.

O primeiro aviso concreto de que algo virá neste sentido foi estampado sexta-feira, na página 10, do caderno de economia da **Folha S. Paulo**, que avisava: "Combustível deve subir até março". Alertava ainda para as variáveis que serão consideradas para a fixação dos novos níveis: "Reajuste não passará de 10% se o petróleo cair e o dólar ficar em R\$1,85".

Em tempos passados, os aumentos impostos aos derivados de petróleo faziam parte da política de restrição ao consumo, ou seja, ao invés de se fazer o rodízio generalizado entre todos os automobilistas, provocava-se a seleção financeira dos consumidores. Só comprava quem podia pagar muito caro. Os outros simplesmente eram condenados a deixar os carros nas garagens, por absoluta impossibilidade pecuniária de abastecê-los. Hoje, não; hoje, se o aumento vier, será por causa da brutal elevação dos custos de aquisição do petróleo no mercado internacional, decorrente da desvalorização sofrida pelo Real em 1999 e pela alta de preços imposta pelos países produtores. O fato é que, no passado, na moeda nacional, o custo de importação do petróleo subiu mais de 100%.

Sábado, o **Jornal do Brasil** também se dedicou ao tema, quando analisou os números da inflação do exercício anterior. Com base em estatísticas oficiais, informou que o aumento dos preços dos combustíveis, que somaram 46,6% em 12 meses, foi o fator decisivo para a preocupante inflação anual de 10,21%. No mesmo dia, outro grande jornal carioca, o **O Globo**, trouxe um sopro de esperança aos consumidores, anunciando que o preço da gasolina vai cair até 4%, devido a uma redução na carga tributária específica do Rio de Janeiro. Segundo o tradicional matutino, as refinarias estaduais estavam trabalhando, desde o último dia 1º, com preço-base de R\$1,30 ao invés de R\$1,44, para efeito de cálculos de impostos. Isto, se efetivamente repassado ao consumidor, representaria uma redução de até R\$0,05 por litro na hora de encher o tanque do automóvel. A mesma nota, entretanto, já advertia que "nem todas as distribuidoras estão repassando a redução dos preços aos postos – algumas reduziram apenas R\$0,03 por litro, ficando com os R\$0,02 restantes".

Ainda no sábado, entretanto, o jornal **O Estado de São Paulo** mostrava que aquela ínfima redução verificada no Rio era ilusória. Apontando como fonte o

próprio Ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, o jornal reafirmava a informação veiculada na véspera pela **Folha de S. Paulo**, já citada no início deste discurso, que o aumento viria mesmo e que não deveria passar de março. Os detalhes estão na coluna *Direto da Fonte*, assinada pela jornalista Sonia Racy. Diz ela:

"A expectativa é de que o aumento ocorra antes que março termine, assim que o Governo consiga ter uma idéia de como está se comportando a arrecadação federal. O percentual ainda não foi adiantado, mas avalia-se pelos corredores do Ministério que pode ficar abaixo de 10% se o dólar permanecer onde está e os preços internacionais não voltarem a subir."

A colunista dá detalhes ainda mais assustadores que seus concorrentes:

"No início de janeiro de 1999, o barril de petróleo **Brent** valia US\$10,48, e o dólar era cotado no Brasil a R\$1,21, ou seja, um barril custava R\$12,68. As coisas estavam diferentes no fim do ano: em dezembro, o barril do **Brent** estava valendo bem mais que o dobro de janeiro mais precisamente US\$25,24 e o dólar valia R\$1,83, ou seja, um barril estava custando R\$46,19."

A nota fecha as suas contas com uma constatação assustadora:

"Moral da história: o preço do barril subiu 140,8% no mercado internacional e o dólar valorizou-se internamente em 51,24%. O impacto associado dos dois números resultaria em uma elevação, em reais, de 264,27% por barril; caso não houvesse a produção interna nem o represamento de preços, por conta da contenção da inflação no segundo semestre, a gasolina comum já estaria chegando ao consumidor em torno de R\$2,27 por litro."

Não se pode evitar um suspiro de alívio quando se lê, no final da matéria, que esse aumento, fixando o preço da gasolina em mais de R\$2,00, é "um valor que, certamente, não está sendo cogitado pelo Governo".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as informações que acabo de trazer a este Plenário foram divulgadas, desde a última sexta-feira, pelos mais importantes e fidedignos órgãos da imprensa brasileira, assinadas por alguns dos melhores repórteres e colu-

nistas. Todas se basearam em declarações de autoridades responsáveis ou em subsídios fornecidos por órgãos oficiais que atuam no setor de preços e no acompanhamento das oscilações dos produtos consumidos pela sociedade, inclusive os diversos combustíveis.

O que se depreende de todas essas notícias é a seriedade da questão energética nacional, cujo agravamento se evidencia em números e projeções que não podemos ignorar. Seria ilusório afirmar que a solução estaria nesta ou naquela atitude; que bastaria fazer isso ou aquilo, e tudo estaria resolvido; que um simples decreto contemplaria tanto o equilíbrio da conta-petróleo como a economia do cidadão na hora de abastecer o seu automóvel.

Isto não existe! O que se exige é uma ação conjunta de todos os responsáveis pela administração pública e das empresas que operam no setor energético, para evitarmos que os preços internos dos derivados de petróleo que já estão entre os mais caros do mundo sofram ainda novos e insuportáveis aumentos.

O certo é que não podemos continuar na política de extrema liberalização de preços e esquemas, na produção, distribuição e venda no varejo dos combustíveis. Cabe ao Poder Público, sem dúvida, dar o primeiro passo, aliviando a excessiva carga tributária incidente sobre a gasolina, mas os setores privados que atuam nas diversas etapas do processo também devem ser chamados à responsabilidade, para que não se repitam abusos, como os que hoje ocorrem no Rio de Janeiro, onde as grandes distribuidoras se adornaram da maior parte da renúncia fiscal promovida pelo Governo do Estado.

No final da tarde de sexta-feira fui colher, no Ministério da Fazenda, uma base referencial para análise da composição de preços dos derivados de petróleo consumidos pelos automobilistas das principais regiões do País. Não se pode falar em tabelas ou números absolutos, porque os preços estão liberados, dentro das diretrizes implantadas pela atual administração.

O fato, entretanto, é que a gasolina poderia sair das refinarias custando pouco mais de R\$0,60 o litro, mas, quando se adicionam os diversos impostos federais e estaduais, esse valor quase dobra, vai a R\$1,19, e ainda é inflado em mais de 10% no trajeto entre os tanques dos postos, onde vale a lei do mercado, ou seja, fala mais alto a ganância dos comerciantes.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte ao nobre Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Nabor Júnior, V. Ex^a traz a debate um assunto que é objeto de preocupação de todos os brasileiros hoje. Curiosamente, a análise de V. Ex^a, repetindo informações sobre a elevação dos preços do petróleo no mercado mundial, sugere uma reflexão que não tem sido feita. Na verdade, se os preços internos dos derivados de petróleo precisam variar em função dos preços de aquisição dele no mercado mundial, em primeiro lugar, essa variação não pode ser linear, porquanto, como V. Ex^a assinalou muito bem, o petróleo importado representa apenas uma parte do custo final do petróleo utilizado para produção desses derivados. Em segundo lugar, temos assistido à elevação dos preços internos dos derivados quando o custo do petróleo sobe no mercado mundial, mas não temos assistido à redução dos preços internos dos derivados quando o preço do petróleo é reduzido no mercado mundial. V. Ex^a acaba de assinalar o que ocorreu, por exemplo, em 1999: uma elevação para mais do dobro, no final do ano, do preço do petróleo vigente em janeiro. Exatamente o oposto tinha ocorrido um ano antes: enquanto se verificavam reduções de preços no mercado externo, continuávamos praticando uma política de preços no mercado interno de derivados. Curiosamente, já tive oportunidade, em outra ocasião, de mostrar a V. Ex^a matéria que guardo comigo relativa aos preços de gasolina automotiva do tipo mais caro vendida nas bombas dos Estados Unidos. Ela é vendida a US\$1.469 por galão, o que, **grosso modo**, representa um preço de US\$0.37 por litro da gasolina mais cara naquele país. Se estamos vivendo um momento em que é preciso reajustar preços internos de derivados, de duas uma: ou estamos praticando uma política suicida com relação a esse aspecto, estamos desinteressados ou desatentos à influência que tem o preço dos derivados na formação geral do nível de preço do Brasil, ou alguma coisa está errada com a eficiência das unidades produtoras no nosso País, porque é inconcebível que, embora estejamos comprando a gasolina por mais do que o dobro do preço praticado para o tipo mais caro vendido nos Estados Unidos, ainda se cogite de elevação de preços no mercado interno. Sabemos, ainda, que a proporção do petróleo importado no conjunto do petróleo consumido nos Estados Unidos é mais elevada do que no Brasil. Embora tenham fantásticas reservas de petróleo, eles as administram utilizando o petróleo importado. Assim, considero importante a contribuição de V. Ex^a ao iniciar um debate sobre a questão, a fim de

que nem o Senado Federal nem a opinião pública possam embarcar nessa visão aligeirada de que pelo simples fato de o preço do petróleo ter subido lá fora devemos aumentar internamente o preço de seus derivados. Era a contribuição que gostaria de dar ao importante pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Geraldo Melo, agradeço o aparte valioso e oportuno com que me brinda, na abordagem de um tema da maior importância para a vida de todo o País. O petróleo, inquestionavelmente, exerce forte influência na ponderação de componentes levantados pelos órgãos oficiais a fim de medir a inflação. No ano passado, foi o aumento de seus preços o que mais ameaçou os programas de contenção inflacionária, os quais, mesmo assim, passaram de 10% – justamente porque o preço do petróleo subiu 46%. Minha preocupação é exatamente esta: se vier mesmo a ocorrer, em março, esse aumento de 10%, tal fato já vai ter reflexos na inflação do novo ano, afastando qualquer possibilidade de comprimi-la em 4% nos próximos 12 meses, como promete o Governo.

Aliás, se continuar a onda de aumentos nos serviços públicos, como pedágio, transportes, energia elétrica, telefones, aquela meta de 4% será superada em poucos meses.

Disse bem, ainda, V. Ex^a: hoje a Petrobrás já está produzindo, aqui mesmo, cerca de 2/3 do petróleo de que necessitamos – ou seja, importamos apenas 1/3 do petróleo consumido – mas, quando vai estabelecer o custo dos combustíveis, leva em consideração os preços do petróleo no mercado internacional. Destaco, também, a assertiva de V. Ex^a de que, quando aquelas tarifas mundiais entram em baixa, isso não encontra reflexos no mercado interno.

Fico, realmente, muito grato pela valiosa participação de V. Ex^a no meu discurso, cujas diretrizes retomo agora, gratificado por seu aparte.

Sr. Presidente, parece pacífico o ponto de partida para qualquer análise objetiva da questão: a carga tributária incidente sobre os derivados de petróleo é absurda e deve ser revista com seriedade e urgência, antes que a sociedade seja massacrada por mais um aumento, que, como todos sabemos, será o gatilho capaz de detonar novo surto inflacionário. Antes de elevar os preços dos combustíveis, todavia, o Governo deverá estar atento aos abusos cometidos pelas empresas que atuam nas diversas etapas do processo.

Reduzir a carga tributária incidente sobre os combustíveis é uma necessidade imperiosa e urgente, mas as autoridades terão de cumprir, rigorosa-

mente, sua obrigação de fiscalizar os produtores, intermediários e varejistas, porque não faz sentido permitir que eles engordem ainda mais os seus lucros à custa do sacrifício de toda a sociedade, porque, na prática, é isso que deve acontecer, ao menos parcialmente, se vier mesmo a ocorrer a pretendida renúncia fiscal. Em vez de repassar a redução de custos para o consumidor, os empresários simplesmente vão incorporá-la à sua margem de ganho, frustrando o objetivo maior, que é o de evitar um aumento abusivo do custo de vida.

Sou defensor da livre iniciativa, da competição empresarial, da economia de mercado; sou, entretanto, inimigo de todos os tipos de abusos e de explorações desonestas, principalmente quando recaem sobre um setor tão sensível da vida nacional: os combustíveis.

Nesse ponto, defendo duas posições convergentes, uma conceitual e outra estritamente prática.

Liberdade absoluta não existe; o Poder Público tem mais do que o direito de fiscalizar, intervir, e punir os agentes econômicos. Isso é um dever, é uma obrigação que não pode ser postergada a qualquer pretexto, pois, se assim agir, o governante estará sujeito à reprovação da cidadania.

Vivemos, hoje, uma fase crucial da nossa história, quando décadas de economia monitorada e estaticizada estão sendo substituídas pelas leis de mercado: nos últimos anos, privatizamos alguns dos mais importantes setores produtivos e de serviços e, portanto, criamos estruturas com as quais jamais havíamos convivido. Abrimos as portas para o século XXI e para a nossa inserção no mundo globalizado – mas isso não pode resultar na exploração desenfreada e desonesta, na ação predatória dos desprovidos de escrúpulos ou limites na avidez do lucro fácil.

Mais do que nunca, mais do que amanhã, impõe-se hoje grande firmeza na administração das novas estruturas, de modo a impedir atentados à economia popular. Quando uma empresa não repassa a seus clientes um benefício fiscal concedido pelo Governo, o que ocorre é uma verdadeira apropriação indébita; afinal, quem age dessa forma acaba ganhando duplamente: no imposto a menos, que deixa de pagar, e na margem de lucro, que se eleva com a manobra imoral e deletéria.

Por isso, reafirmo, qualquer renúncia fiscal deve ser precedida de um esquema severo de fiscalização, imune às tentações da corrupção e dotado de competência estrutural e cultural para essa importante tarefa. Abrir portas não pode ser sinônimo de destruir proteções sociais.

E chegamos à outra face desta moeda, a necessidade de evitar novos aumentos nos preços dos combustíveis. É quando nos detemos nas previsíveis conseqüências que essa majoração traria a toda a sociedade.

É uma falácia dizer que "só quem paga o aumento é que reclama". Aliás, mesmo se fosse verdade, isso incluiria todos os cidadãos, sem qualquer tipo de exceção, afinal, o aumento dos preços da gasolina, do óleo diesel, do querosene e do gás de cozinha é uma medida que vai muito além até mesmo das pessoas físicas, das famílias, dos lares.

Quando os postos remarcam suas bombas, estão deflagrando uma cadeia de reajustes em todos os setores da economia, porque tudo é transportado de uma forma ou de outra; os fretes ficam mais caros, os intermediários elevam suas margens, o distribuidor faz o mesmo, seus exemplos são seguidos pelo varejista, e o consumidor, que não pode deixar de adquirir os produtos essenciais, compra-os, efetivamente, mesmo à custa de grandes sacrifícios para seu orçamento doméstico.

Acabo de citar e, certamente, V. Exas. também leram as notícias do final de semana. Mas é importante reafirmar a advertência sobre o perigo da volta da inflação. E, ao fazê-lo, não pratico qualquer alarmismo vazio. Ao contrário, busco agir com a responsabilidade e a serena firmeza de sempre, porque os números de 1999 são deveras preocupantes e a perspectiva de começar o ano 2000 com novos aumentos nos preços dos combustíveis são mais preocupantes ainda.

O neoliberalismo econômico traz, em seu bojo, o desprezo pelos problemas pessoais, pelos dramas vividos pelos cidadãos em seu dia-a-dia. O que importa é a força da empresa e do Estado, mesmo quando à custa do desemprego, da miséria, da queda vertiginosa do padrão médio de vida da sociedade.

Mas podemos retratar a questão dentro dos próprios jargões do economês. Eles não se importam se as famílias vão ficar impossibilitadas de comprar gás para fazer suas refeições, mas se arrepiam de medo ante a ameaça de não cumprir os compromissos assumidos com o deus da globalização, o Fundo Monetário Internacional.

Esses tecnocratas pouco estão ligando para o desespero do chefe de família que, impotente, sem encontrar trabalho regular, vê a fome da esposa, a marginalização dos filhos e a prostituição das filhas, mas sofrem com a perspectiva de não atingirem as metas financeiras engendradas em seus próprios gabinetes.

É esta, portanto, a linguagem que falo, agora, na conclusão do presente discurso: tudo deve ser feito para evitar um novo aumento nos derivados de petróleo, a curto ou médio prazo. Porque isso trará um exploração incontrolável nos preços praticados no País, sem exceções. Em conseqüência, provocará a subida descontrolada da inflação por maiores que sejam as circunstâncias recessivas hoje vividas pela nação.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte a V.Ex^a, nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Nabor Júnior, apressei-me em solicitar-lhe este aparte porque sinto que devo cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento. V. Ex^a, ao abordar uma questão econômica de relevante interesse nacional, qual seja, a questão energética do País, a iminência de uma escalada do aumento do preço do petróleo e seus derivados, também mostra as conseqüências disso no campo social, fechando com chave de ouro este pronunciamento. Realmente, há o perigo de ocorrer uma inflação no País e, em ocorrendo, resultará nos problemas sociais a que V. Ex^a acaba de se referir quase ao final de seu pronunciamento. Quero cumprimentá-lo, deixar-lhe o meu abraço pela feliz iniciativa que teve de alertar o País, as autoridades, os tecnocratas e burocratas quanto a esta questão. O Brasil está perdendo oportunidades, Senador Nabor Júnior. Lembro a questão do álcool como fonte alternativa de combustível. Esse programa teve início aqui no Brasil, que hoje possui a melhor tecnologia sobre o assunto, mas foi inteiramente abandonado e já não se fala mais numa política de álcool no País, a ponto de não sabermos nem mais o que vai acontecer com o que existe ainda de política de álcool. Enquanto isso, o primeiro país do mundo, os Estados Unidos da América do Norte, está a desenvolver e a copiar a tecnologia brasileira. Senador Nabor Júnior, não se conhece, pelo menos para o desenvolvimento do interior do Brasil, o que vamos fazer a respeito do contrato que fechamos com a Bolívia. O gás está atravessando em meu Estado 722 quilômetros e, parece, vamos pagar mais caro do que se pagará na ponta. Esse gás estará entrando por Corumbá, vizinha de Porto Soares, na Bolívia. A Bancada de Mato Grosso do Sul está a pedir ao Governo Federal um preço diferenciado para o gás, a fim de promover o desenvolvimento do Estado e não temos sequer resposta sobre isso. Portanto, V. Ex^a tem inteira razão, o seu discurso tem profundidade e merece o meu aplauso.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Ramez Tebet, agradeço as importantes informações, os comentários elegantes e as palavras generosas de V. Ex^a em seu aparte.

Como o meu tempo está prestes a se esgotar, eu pediria apenas a compreensão da Mesa, para ter a honra e o prazer de ouvir também o nobre Senador José de Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Nabor Júnior e Sr. Presidente pela oportunidade que me concedem. Eu não poderia também deixar de trazer, eminente Senador Nabor Júnior, minha palavra de apreço e aplauso pelo seu oportuno pronunciamento. Estamos vivendo uma fase em que o maior cuidado das autoridades governamentais deve ser justamente evitar a retomada do processo inflacionário. O Brasil possui dimensões continentais, e nosso meio de transporte é o rodoviário, justamente aquele que consome mais combustível derivado de petróleo. Temos quase 8 mil quilômetros de costa, mas a navegação de cabotagem praticamente desapareceu. Não temos ferrovias, cujo custo seria mais econômico, ainda que também consuma derivados de petróleo. O Brasil, que está no mercado globalizado, precisa urgentemente cuidar do transporte para equiparar seus custos aos dos países com os quais compete no mercado internacional. De modo que, além do grande risco da retomada inflacionária, há a necessidade dessa importante preocupação com os custos dos transportes no Brasil, que são absolutamente incompatíveis com o nosso desiderato de alcançar mercados internacionais. Nenhum país do mundo se descuida disso. Nossas estradas andam muito mal cuidadas, o que também encarece o custo, principalmente com a ameaça de novos aumentos nos custos dos derivados de petróleo. Por essa razão, não poderia deixar de trazer uma palavra de aplauso ao pronunciamento de V. Ex^a, que vem numa hora oportuna. É preciso que nós todos levemos às autoridades federais essa preocupação e esse alerta tão bem abordados por V. Ex^a. Meus parabéns!

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço-lhe o aparte que V. Ex^a insere no meu modesto pronunciamento, Senador José Alencar.

O fato que ambos denunciamos – o inevitável impacto que um aumento nos preços dos combustíveis terá em toda a economia nacional, inclusive propiciando um recrudescimento da inflação – isso é algo admitido por todos os representantes do Governo, igualmente incapazes de negar que a única coisa

que ainda segura os índices é a letargia registrada em diversos setores da economia.

Os salários estão arrojados como poucas vezes vimos; o funcionamento amarga o quinto ano consecutivo sem aumento; o desemprego encosta nos piores índices já verificados; as indústrias reclamam por estarem com sua capacidade produtiva cada vez mais ociosa.

Seria muito perigoso, quase uma temeridade, confiar na força da recessão como o único freio ainda disponível para a disparada inflacionária. Acreditar nisso, só nisso, seria não confiar na capacidade gerencial e moral do Governo.

Com certeza, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, atentos à seriedade do problema, com firmeza e competência, saberão administrá-lo. É o que espera toda a nação brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho de Minas, do meu Estado, não para aplaudir, não para louvar. Venho de Minas para falar, em nome dos mineiros que representei na Câmara Municipal de Belo Horizonte, que representei por 16 anos na Câmara Federal, que governei por 4 anos e agora represento como Senador da República, que não estou aqui para louvar; estou aqui para transmitir ao Brasil inteiro um registro que precisa ser inscrito nos Anais do Senado.

O sul de Minas, onde se desenvolve uma civilização culta, trabalhadora, destemida e vencedora, está passando por momentos de angústias e recebe, neste momento, a solidariedade de todos como um sinal de respeito às suas origens, aos seus sofrimentos, às suas tristezas, mas também com esperança de que algo seja feito em seu benefício diante do desastre das inundações da última semana.

É bom registrar, Sr. Presidente, que, quando visitamos as várias regiões de Minas, 853 cidades, mais de 50 metrópoles, dezoito milhões de mineiros, aprofundamos nossa convicção de que o Estado não pode ser relegado diante das atenções, dos deveres e

compromissos de toda a Nação e, de forma especial, do Governo Federal.

O que ocorreu nos dias 2 e 3 de janeiro, em cerca 40 municípios do sul do Estado, estremeceu todos os mineiros, pois se trata de uma região que quase sempre foi preservada das inundações.

No Governo de Minas, tive oportunidade de acudir a população de mais de 150 cidades durante quatro anos e levar a todos, no momento exato, um abraço de solidariedade e prestar colaboração concreta no sentido de fazer com que as populações então atingidas pudessem recuperar o seu patrimônio e o seu próprio destino.

Esta Nação está envolvida numa visão globalizada do nosso destino. Mas é bom salientar, Sr. Presidente, que, quando a dor chega ao coração de cada comunidade mineira, quando o sofrimento atinge um povo que vive dentro de certa prosperidade e não vê caminho para socorrer os seus semelhantes, nesse momento, a situação se agrava, inquietação se alastra, cresce a expectativa de apoio.

Confesso a V. Ex^a, Sr. Presidente, que as atenções e os olhos de Minas estão voltados para o Governo Federal, para o Governo do Estado e para os seus próprios Municípios.

Destaco, Sr. Presidente, que a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso na região, no momento agudo e dramático das inundações, sobrevoando as serranias da Mantiqueira, ora em São Paulo, ora no Rio, ora no Sul de Minas, foi recebida com aplauso, solidariedade, respeito e estima. Testemunhei pessoalmente como a população que se aglomerava, sobretudo em Itajubá, como todos se dirigiam ao Presidente em uma manifestação de apreço, de solidariedade e de admiração. E o Presidente teve uma visão exata de que não pode permanecer no gabinete, muitas vezes presidindo sessões modorrentas, mas que deve sempre estar presente nestas comunidades atingidas por fenômenos dessa gravidade, exatamente para demonstrar que um ser humano e um Governo são solidários com o destino da Nação e de cada comunidade.

A verdade, Sr. Presidente, é que o Presidente da República foi recebido muito bem, e devemos salientar que Itajubá é um dos centros mais importantes da vida econômica, social, política e cultural do Estado. É uma cidade que está situada no Sul de Minas, entre o coração de Minas, Belo Horizonte e o Estado de São Paulo, e desenvolve o seu parque industrial, o seu cenário educacional, a sua cultura, em um clima de otimismo e de confiança. E quando a calamidade se abate sobre a cidade, a população recebe os gover-

nantes de braços abertos, em uma demonstração de que a solidariedade na dor, na tristeza e no abandono é sempre recebida com aplauso e com carinho.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, é que a Nação está com os olhos voltados para Minas Gerais e principalmente para o Governo Federal. Naquele momento, o Presidente, sempre procurado pela imprensa, pelos companheiros da viagem, pelas lideranças e pelo povo, era indagado sobre a possibilidade da remessa de recursos para amparo imediato à população. Sua Excelência tinha sempre o cuidado de dizer que não podia fixar uma importância, exatamente porque os danos ainda não tinham sido levantados. Conseqüentemente, não podia fixar uma quantia que pudesse servir de arrimo e que repercutisse bastante no coração dos mineiros. Mas Sua Excelência teve a acuidade de, diante da impossibilidade de definir um valor de natureza econômica para atender à população do sul de Minas, anunciar a assinatura de uma medida provisória destinando R\$5 milhões para atender – notem bem – à pobreza, para comprar remédios, alimentos, cobertores e agasalhos.

Os R\$5 milhões são destinados exclusivamente à Minas pobre, ao povo pobre do meu Estado e, conseqüentemente, essa decisão não pode ser motivo de crítica ou de restrição, porque representa apenas a primeira demonstração de que o governante tem o dever de socorrer o seu povo no momento da dor e da tristeza. Pois bem, a responsabilidade agora é maior.

Quero confessar a V. Ex^a que a região começa a ficar perplexa. Em primeiro lugar, os levantamentos já foram realizados, os relatórios já foram enviados ao Governo Federal, ao Governo do Estado, aos representantes mineiros no Senado da República e na Câmara dos Deputados, e a constatação é a de que não temos ainda uma definição clara do socorro que deve ser prestado ao povo do meu Estado.

Na semana passada, permaneci em Brasília, não apenas para participar da instalação dessa convocação extraordinária como também para reunir-me com a direção da Caixa Econômica Federal, com o Ministério da Integração Nacional, de conversar e trocar informações com o Secretário Executivo da Defesa Civil, sempre revelando a essas autoridades que havia necessidade de um encontro imediato de todas as estruturas do Governo Federal para que, hoje ou amanhã, pudesse ser anunciado ao Estado um roteiro, uma definição, das providências que devem ser tomadas para atender às populações atingidas pelas inundações.

Sr. Presidente, os custos dessa reconstrução em Minas Gerais – rodovias, estradas, ruas, hospi-

tais, casas – ficarão em torno de R\$50 a R\$80 milhões. O Governo não tem esses recursos para atender imediatamente ao povo?

A Caixa Econômica Federal tem os seus mecanismos que ainda não foram alterados. Todos aqueles que queiram buscar os recursos da Caixa deverão atender aos requisitos das normas já expressas em documentos do conhecimento de toda a estrutura daquela instituição.

Agora, Sr. Presidente, chegou o momento da reconstrução. Tudo está sendo realizado com a devida emergência. O socorro imediato já está produzindo os seus efeitos, mas a reconstrução não pode demorar. Estradas estão danificadas. O transporte está paralisado. Rodovias importantes, como a Fernão Dias, estão bastante estranguladas.

De qualquer maneira, a nossa presença aqui tem o objetivo de convocar o Governo a seguir o exemplo e a determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e reunir os seus Ministros, os seus Secretários, a sua estrutura, para dar uma demonstração ao Brasil de que o Governo Federal é solidário não apenas com as soluções nacionais ou internacionais, mas também com as soluções locais, emergenciais, de cada cidade do Brasil e particularmente de Minas Gerais.

A verdade, Sr. Presidente, é que este é o momento não para aplaudir, mas para esperar, com angústia, e saber se efetivamente esses recursos serão destinados ao sul do meu Estado. Saliento como exemplo quatro cidades: a primeira, Itajubá; a segunda, São Lourenço, centro importante do turismo no Brasil, onde as inundações atingiram inclusive o segundo andar de algumas construções e algumas ruas; a terceira, Santa Rita do Sapucaí, parque educacional e técnico da maior importância, e finalmente Pouso Alegre, centro da maior significação para a vida econômica, social e política do meu Estado.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCELINO PORTO (PFL – MG) – Concedo um aparte ao nobre Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Francelino Pereira, eu gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade dessa manifestação. Mesmo estando inscrito para falar dentro de alguns minutos, ressalto a importância do alerta e do chamamento que V. Ex^a faz ao Governo e à sociedade brasileira. Naturalmente, as medidas emergenciais foram tomadas. A presença do Senhor Presidente da República, visitando a área imediatamente, inclusive acompanhado por V. Ex^a e pelo nobre Senador José Alencar...

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Também com a presença do Governador Itamar Franco.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – O Governador Itamar Franco, buscando a celeridade das ações, também lá esteve. E eu queria, neste momento, destacar a importância do chamamento que V. Ex^a faz, conclamando o Governo Estadual e o Governo Federal a tomarem medidas necessárias com a urgência que o caso merece. Destaco, como bem ressaltado já foi, a solidariedade que está tendo a população daquela região, especialmente dos mineiros. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Muito obrigado, Senador Arlindo Porto, pela solidariedade, pelo conhecimento e o acompanhamento que vem fazendo de tudo que está ocorrendo no sul do nosso Estado.

Sr. Presidente, concluo convocando esta Casa para a oportunidade que se apresenta no sentido de criar-se uma estrutura dentro do mecanismo do Orçamento da União para definir recursos destinados à prevenção das emergências e desastres. Tive oportunidade de dizer na TV Senado que a proposta de orçamento que vamos votar logo mais e o PPA conterão recursos destinados, não apenas às emergências e ao processo de reconstrução, mas também ao momento da prevenção, absolutamente necessária, porque não se pode explicar à Nação, com todas as informações que vêm hoje ao conhecimento da sociedade e do povo em geral, que essas inundações ocorridas no sul de Minas Gerais surpreenderam os Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Sr. Presidente, na verdade, houve o anúncio. O setor específico do Governo anunciou que as inundações ocorreriam. Claro que não especificaram sua dimensão, mas as medidas foram exatamente para o momento da emergência, da dor e do sofrimento. É óbvio que, nessa hora, a solidariedade é bem recebida, mas o importante é que sejam definidos os recursos no Orçamento que votaremos não apenas para uma emergência, não apenas para a reconstrução, mas também para a prevenção dos desastres, como por exemplo das inundações que sempre ocorrem neste País.

Concluindo, Sr. Presidente, estamos começando o ano 2000, e o primeiro sinal que deveríamos dar seria rever o comportamento do Congresso Nacional em relação ao Orçamento da República, fonte de corrupção, fonte de deslizos. O Congresso Nacional não pode mais ficar alheio ou indiferente àqueles que manipulam o Orçamento no campo da corrupção, ferindo

a dignidade do povo brasileiro e impedindo o desenvolvimento da Nação. O Orçamento será votado, mas antes é preciso que se adote o compromisso para que as propostas orçamentárias representem não apenas o sentimento do povo brasileiro, mas sobretudo um projeto de governo concreto e real, pois o Orçamento que votamos desde que chegamos a esta Casa, em 1962, até hoje, é apenas peça de ficção e de enganação.

Dessa forma, Sr. Presidente, gostaria de convocar o Senado Federal neste momento para a responsabilidade de debruçar-se sobre a revisão dos instrumentos que nos levam a votar as propostas orçamentárias. E que estas representem de forma concreta um plano de governo, e não uma imagem de romance ou ficção, nem sempre levadas a sério.

Afinal, Sr. Presidente, quero aplaudir e louvar. Louvar e aplaudir a participação dos senadores José de Alencar e José Roberto Arruda, e dos ministros Pimenta da Veiga e Fernando Bezerra, na viagem que, ao lado do Presidente Fernando Henrique Cardoso, empreendemos às regiões inundadas, em Minas, Rio e São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **Folha de S.Paulo** de hoje traz matéria sobre a limitação à entrada de bancos estrangeiros no Brasil. Coincidentemente, há alguns dias, o mesmo jornal publicou entrevista com o Sr. Fernão Bracher, ex-Presidente do Banco Central e hoje banqueiro, Presidente de um banco.

S. Ex^a fazia uma afirmação que considerei da maior gravidade. Não tenho elementos talvez os Colegas possam me esclarecer melhor – para julgar a justeza da observação que S. S^a fazia, mas ele dizia que, não fora ainda certo percentual que temos de bancos nacionais, os resultados daquela crise da desvalorização do real teriam sido muito mais terríveis do que foram, porque esses bancos estrangeiros teriam drenado recursos do País, em face da iminência do descalabro da economia ocorrida naquele momento, e, conseqüentemente, a situação teria sido de enorme gravidade. Por isso, ele foi claro e taxativo, dizendo que é preciso limitar a entrada de mais bancos estrangeiros no País.

Claro que alguém sempre poderá dizer que o objetivo de Fernão Bracher é a reserva de mercado,

que ele não quer competição, não quer a entrada de novos bancos estrangeiros que venham ameaçar a posição dos bancos nacionais. É possível que os que dizem assim tenham razão. É preciso que se faça uma análise mais profunda dessa matéria.

Qual é o percentual razoável de participação de grupos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional? Como procedem outros países no mundo? Qual a participação admitida por países do Primeiro Mundo para os bancos estrangeiros? Ou há uma liberação geral? Vale tudo? Podem entrar à vontade, comprar e estabelecer-se, até ficar esmagadoramente majoritária a posição dos bancos estrangeiros no país? Ou é conveniente que se limite, que haja determinado percentual para isso? Penso que essa é uma pergunta que devemos fazer. Ou não há diferença alguma entre o sistema financeiro e outras atividades econômicas as indústrias, o comércio, os serviços, as empresas de aviação? Enfim, essa é uma questão que agora vem à baila novamente, com a idéia do Banco Central de limitar a entrada de bancos estrangeiros apenas à disputa pelos bancos estaduais a serem privatizados.

No entanto, o Banespa está na iminência de ser privatizado e, pelas regras vigentes, pode ser adquirido por instituição estrangeira. Quanto a isso, nessa mesma matéria de hoje da **Folha de S.Paulo**, um especialista afirma que, após a privatização do Banespa, a cara do Sistema Financeiro brasileiro vai ser outra.

Então, penso que devemos estudar o assunto, com o apoio e o socorro dos técnicos e especialistas, ouvindo inclusive os dirigentes do Banco Central. Até o próprio banqueiro Fernão Bracher quem sabe, na Comissão de Assuntos Econômicos, poderia esclarecer sua opinião manifesta na entrevista à **Folha de S.Paulo**, pois, a ser verdadeiro o que ele disse, o risco para a estabilidade da economia tende a aumentar muito, uma vez que, ao que parece, mesmo com essas medidas de limitação de entrada de bancos estrangeiros anunciadas pelo Banco Central, a tendência é crescer ainda mais a participação deles no Sistema Financeiro Nacional.

Assim, Sr. Presidente, é necessário até mesmo analisarmos o que aconteceu no Sistema Financeiro Nacional depois que os bancos estrangeiros entraram no Brasil. Os juros baixaram? A competição entre os bancos levou a melhorias perceptíveis para o consumidor? Como se comportam os bancos quanto às taxas de serviços cobradas por eles? Como é a relação entre o Sistema Financeiro e seus clientes, empresários ou pessoas físicas, que o procuram para tomar algum tipo de empréstimo? São essas as pergun-

tas que devemos fazer. O Sistema tornou-se mais sólido e tem contribuído para consolidar a economia do País?

Há riscos como esse referido pelo Dr. Fernão Bracher na entrevista concedida ao jornal **Folha de S. Paulo**. É evidente que, com uma economia frágil como a nossa, iremos enfrentar algumas crises no futuro. Se o percentual de participação do Sistema Financeiro Internacional aumentar muito, estará afetada a capacidade de o Estado brasileiro lidar com essa crise? Isso afetará nossa capacidade de superar a crise, de ter instrumentos que permitam defender os interesses futuros do País?

Sr. Presidente, mostro, com este pronunciamento, a necessidade da participação do Senado na matéria. O Senado aprova os dirigentes do Banco Central, a concessão de empréstimos, os avais e acompanha, por disposição constitucional, a execução da política monetária no País. Talvez precisemos meditar sobre o fato. Será que se trata apenas de um jogo, de uma encenação de banqueiros que não querem a competição dos bancos estrangeiros, que se estão sentindo ameaçados por sua presença? O leilão do Banespa mostra que há grandes bancos brasileiros interessados em disputá-lo. Parece-me que será permitida a participação de bancos estrangeiros. O Banespa é um colosso pelo seu número de agências, de depositantes, de clientes. Trata-se de uma estrutura já consolidada, já enraizada no País. Quais serão os efeitos, as conseqüências, os desdobramentos, se esse banco vier a ser adquirido por um banco estrangeiro?

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Lúcio Alcântara, exalto a manifestação de V. Ex^a com relação ao assunto. Hoje estamos sentindo no Brasil a presença extravagante de bancos estrangeiros. Observamos, nas pequenas, médias e especialmente grandes cidades, a presença de grandes conglomerados financeiros internacionais. V. Ex^a ressaltou que a abertura de capital financeiro brasileiro para bancos internacionais não ajudou, não facilitou a competitividade. Assistimos hoje a uma concentração cada vez maior de capital. Os grandes bancos estrangeiros priorizam seus investimentos. Os agricultores brasileiros estão sem acesso ao crédito que deveria ser liberado por esses bancos, assim como as micro e pequenas empresas. Eles procuram, sem dúvida, especular com o capital estrangeiro no Brasil, o que oferece

uma extraordinária remuneração. Fico triste quando vejo o extrato fornecido por um estabelecimento bancário – como o Banco do Brasil por exemplo – informar ao cliente que o seu cheque especial cobra uma taxa de 8,5%, o que chega quase a 150% de juros ao ano. Isso é algo que precisa ser meditado com profundidade. Os estabelecimentos bancários não investem no Sistema Financeiro de Habitação, enquanto em outros países desenvolvidos são eles os grandes agentes financiadores. Embora já tenha passado da hora de fazer essa análise, não nos devemos acomodar. Mesmo extemporâneo, devemos discutir o assunto. A Comissão de Assuntos Econômicos, naturalmente o espaço mais oportuno para isso, e o Plenário desta Casa deverão debater e fixar regras. Não devemos fazer reserva de mercado, mas temos de dar oportunidade a esses estabelecimentos estrangeiros de obter os incentivos e os apoios do Governo brasileiro e também de retribuir, principalmente neste momento difícil de desemprego. Sem dúvida, o setor financeiro é o grande agente responsável pela retomada do desenvolvimento, pela expansão da base financeira do País e pela oportunidade de termos investimentos seguros, de empresas rurais e urbanas, de pessoas físicas, de empresários ou de profissionais terem o objetivo da competitividade. Entretanto, hoje, há uma cartelização dos interesses dos bancos. Os juros estão elevados, e os recursos com taxas baixas não estão disponíveis, apenas os grandes financiamentos o estão. Exalto a oportunidade em que V. Ex^a levanta o assunto nesta Casa.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Arlindo Porto. V. Ex^a, como político, produtor e ex-Ministro da Agricultura, sabe das dificuldades que têm envolvido o problema do crédito no Brasil.

Mesmo esperançosos de que a economia brasileira cresça 4% neste ano, segundo o Governo e alguns analistas, temos de levar em consideração que as empresas estão excessivamente endividadas, conseqüentemente com poucas possibilidades de alavancar recursos para moverem o seu processo produtivo.

Por outro lado, à medida que os juros que o Governo paga para rolar a sua dívida caem, os bancos, que hoje emprestam basicamente ao Governo, porque os juros são altos e a segurança de receber é muito grande, não têm interesse em emprestar a um pequeno produtor, a um industrial, a alguém cujo risco seja maior.

Se continuar essa tendência, o Governo deverá pagar juros menores a fim de rolar sua dívida. Se isso

acontecer, os bancos deixarão de ter a remuneração que vêm tendo e terão de emprestar a outros clientes. Conseqüentemente, haverão de ter outra política, porque a maior parte das empresas encontra-se endividada e sem capacidade de obter novos créditos. Há um círculo vicioso que aprisiona o setor produtivo e o sistema financeiro.

Se os bancos nacionais, os que ainda restam, não forem capazes de reduzir seus custos e de maximizar sua capacidade operacional, possivelmente tendem também a entrar em maiores dificuldades. Como entraram muitos deles – e nem chegaram a resistir –, quando saímos de um período de inflação alta para um período de estabilidade da economia. O lucro do banco advinha basicamente da alta taxa inflacionária. Quando ela desapareceu, o banco viu-se em grandes dificuldades, porque realmente não tinha ganhos na sua atividade fundamental de emprestar aos clientes.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço V. Ex^a com muita satisfação.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Eminente Senador Lúcio Alcântara, é realmente oportuno o pronunciamento de V. Ex^a, que demonstra preocupação com o Sistema Financeiro Nacional. De fato, estamos vivendo uma verdadeira revolução. Somos do tempo em que havia bancos trabalhando sob a égide de uma legislação da época de Getúlio Vargas, a então Lei da Usura, que fixava os juros em 6% ao ano e mais 6% a título de mora. Não podiam ultrapassar, portanto, 12% ao ano. Durante longo período, grandes bancos privados ganharam muito dinheiro e cresceram cobrando taxas de juros de 1% ao mês ou 12% ao ano, que representam um pouco menos que 1% ao mês. Por muito tempo, instituições financeiras cresceram com taxas de juros de 1% ao mês, como o Banco da Lavoura. O Banco de Crédito Real de Minas Gerais, um dos mais importantes do País, foi criado – se não me engano – em 1888, pouco antes da Proclamação da República, por um decreto de D. Pedro II. Havia três bancos no Estado de Minas Gerais: o Banco Hipotecário e Agrícola, o Banco Mineiro da Produção e o Banco de Crédito Real. Nesse tempo, nasceram outros, como o Banco da Lavoura, o Banco Nacional de Minas Gerais, o Banco Mercantil de Minas Gerais, o Banco de Minas Gerais, o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A. e outros em São Paulo e no Rio de Janeiro. Eles não quebravam; eram fortes. Todos cresceram, cobrando 1% ao mês. Eu, que sou jovem, como V. Ex^a pode perceber, trabalhei muitos

anos, descontando todas minhas duplicatas a 1% ao mês, não só no Banco do Brasil, como na rede bancária privada. Agora estamos convivendo com essa revolução que trouxe a preocupação absolutamente pertinente de V. Ex^a, que é a abertura para a vinda de bancos internacionais, sem que tragam nenhum benefício quanto à queda das taxas de juros exorbitantes e despropositadas, cobradas no nosso mercado. Gostaria de acrescentar, se V. Ex^a me permitir, outra preocupação: iludimo-nos ao pensarmos que a desnacionalização da economia brasileira não trará nenhum sacrifício futuro. É claro que trará. Por quê? Porque os acionistas de todas essas empresas estrangeiras, sejam elas bancárias ou não, receberão seus dividendos lá fora, e a decisão desses dividendos também será tomada por uma assembléia geral lá fora. A Lei nº 6.404, de 1976, estabelece um mínimo de dividendos para as empresas abertas, que é de 25% sobre o lucro líquido. Entretanto, essa mesma lei não estabelece teto. Então, as empresas podem pagar de dividendos até todo o lucro, ou pode pagá-los ainda que este não ocorra. Temos, neste caso, um novo canal de sangria, de divisas do Brasil, que custará ainda mais caro do que as taxas de juros da dívida pública ou da dívida externa brasileira. Por quê? Porque esses dividendos vão remunerar a conta mais importante do passivo, que é a conta de capital. No entanto, essa conta de capital não vai remunerar acionistas brasileiros, mas os acionistas de fora, e a decisão será tomada lá fora. Tudo isso é fator de preocupação; por essa razão – repito – queria trazer a minha participação e cumprimentá-lo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador José Alencar.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço o Senador Romeu Tuma para encerrar, porque o meu tempo está esgotado e há outros companheiros que querem falar.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Preliminarmente, cumprimento V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara, porque é um clínico geral da política nacional e tem ocupado esta tribuna, permanentemente, com os assuntos mais diversos e importantes da vida nacional. Infelizmente, fui a uma cerimônia de passagem do comando do Estado Maior da Marinha, da Armada, e não pude ouvir todo o seu discurso. Quando cheguei, V. Ex^a falava do Banespa. Isso chamou minha atenção, porque o Banespa está no coração de todos os paulistas, pela história que teve e por sua colaboração na criação de vários municípios, fazendo com

que o Estado crescesse. Assim como o Senador José Alencar, fui empresário e comerciante. Eu fazia meus borderôs para as vendas a prazo; ia ao banco e obtinha desconto. Parece-me que V. Ex^a se refere a uma matéria da **Folha de S. Paulo**.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sim.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ela diz que hoje os bancos devem aumentar a possibilidade de crédito externo, que está muito diminuído, em razão de outros investimentos e rendas que têm; provavelmente, terão que modificar a sua política de venda do dinheiro, que é a sua principal atividade. Pelo que entendi, os bancos estatais seriam preservados na nova política que está sendo projetada pelo Banco Central quanto à entrada de capital estrangeiro para a aquisição de bancos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – O banco estrangeiro só poderia entrar, adquirindo esses bancos.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sim, para que pudessem, realmente, ter um valor razoável, porque, senão, esgotar-se-ia a possibilidade de investimento externo, e a valorização cairia muito. E a possibilidade de grandes fusões bancárias ao longo desse tempo também deve ser uma preocupação deste Congresso. Então, penso que V. Ex^a traz, neste primeiro dia de atividade parlamentar, um assunto de suma importância e talvez tenha de acrescentar outros dados durante este mês.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senadores Romeu Tuma e José Alencar.

Este debate deve continuar, Sr. Presidente. Devemos deixar que prevaleçam idéias como "liberou geral", "vem quem quer", "compra, vende e vai embora", ou posições conservadoras para defender interesses de bancos que querem ter vida mansa, sem concorrência de fora? Onde está a verdade nisso tudo? O que é realmente bom para o Brasil? Onde está o interesse nacional? São as perguntas que faço, e gostaria de ser esclarecido sobre isso.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a acabou de fazer a pergunta chave: isso é bom para o Brasil? Se olharmos, verificaremos que até agora os serviços que foram privatizados não melhoraram, Senador. O patrimônio nacional diminuiu, a dívida aumentou; como isso é bom para o Brasil? Não consigo entender. Há, inclusive, indícios

fortes de que essas privatizações de bancos também atingiriam duas instituições oficiais, como é o caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Se isto acontecer no Brasil será algo de extrema ingenuidade, para não usar outro adjetivo. Imagine V. Ex^a se, um dia, ficarmos sem as instituições oficiais; que banco usará o Governo para instituir uma política agrícola para o País? Os bancos particulares são responsáveis, juntamente com o Governo, por juros sem similares no mundo. Isso tudo está preocupando-me, Senador Lúcio Alcântara. No entanto, tenho um alento: a sociedade brasileira está bem esclarecida. A preocupação de V. Ex^a não é a dos formadores de opinião, mas do povo humilde do Brasil. Não só os formadores de opinião, os economistas, os políticos estão interessados neste assunto; a sociedade brasileira está esclarecida e não está concordando com o que está acontecendo no terreno das privatizações em nosso País, porque nada melhorou, não houve modernização de coisa nenhuma. Compreendo, Senador Lúcio Alcântara, a ponderação de V. Ex^a, que denota a reflexão, o tino e a sensibilidade que V. Ex^a tem em relação aos problemas nacionais. A tarde de hoje está praticamente ganha só com a fala de V. Ex^a e com os apartes que ouvi aqui. Congratulo-me com V. Ex^a e espero que as coisas corram de maneira diferente no Brasil na virada do milênio.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Lembro que, mesmo na União Européia, em que a integração é muito grande hoje, a ponto de se ter adotado uma moeda única, não tem havido compra de bancos entre os países-membros. A primeira ocorreu há pouco tempo, quando um banco espanhol comprou uma parte de um banco português, do Grupo Champalimaud. O governo português não aceitou, reagiu, e o assunto foi parar em Bruxelas, para uma decisão final. Essa integração, que tem havido no mundo todo, não chegou ao sistema financeiro na União Européia. Continuam os bancos ingleses, os bancos alemães, os bancos espanhóis, os bancos italianos e assim por diante. Então, há algo nisso que, de fato, mexe no coração do País.

Trago essa pergunta até para que me esclareçam. O Senador Romeu Tuma diz que sou clínico geral e, como tal, sinto-me liberado para investigar tudo, tanto mais para ouvir quem me esclareça. Por hábito pergunto: isso é bom para o Brasil? Até que ponto é bom para o Brasil e até que ponto devemos introduzir um fator de limitação?

Agradeço a tolerância da Mesa e os apartes de meus ilustres Colegas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a tem a palavra como Líder, por cinco minutos.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Minas Gerais, especialmente a região sul, está vivendo um momento de grande intranquilidade. O Senador Francelino Pereira já registrou algumas palavras em relação ao momento que estamos vivendo. Da mesma sorte, o Senador José Roberto Arruda também aqui fez uso da palavra e trouxe o seu sentimento de cidadão do sul de Minas Gerais, da cidade de Itajubá.

A gravidade é tamanha que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, visitou o sul do Estado na última terça-feira, acompanhado pelo Senador José Alencar. Na oportunidade, Sua Excelência levou não apenas a solidariedade mas a resposta clara de apoio financeiro aos municípios e às pessoas daquela região, anunciando um volume de recursos que, ainda que modestos, pela gravidade do problema, entendemos ser emergencial, para sanear as dificuldades momentâneas, especialmente no que se refere à alimentação e ao vestuário. Mas, lamentavelmente, não obstante a presença ágil do Senhor Presidente da República, esse auxílio ainda não aconteceu de fato e estamos aguardando a sua chegada com a celeridade conveniente e necessária.

A exemplo do Presidente, o nosso Governador, o Sr. Itamar Franco, deslocou-se com o seu secretariado para o sul de Minas Gerais, transferindo a sede do Governo para a cidade de Pouso Alegre, cidade com aproximadamente 140 mil habitantes, e ali ficou por três dias. O Sr. Governador, seu secretariado e vários Deputados Estaduais e Federais lá estiveram não só para visitar as áreas atingidas mas especialmente para definir um programa de recuperação.

A agilidade e a solidariedade do mineiro são ainda maiores ao constatarmos que várias entidades, órgãos de imprensa e associações coletam juntos gêneros alimentícios e vestuários para assistirem emergencialmente as famílias atingidas. Isso é bonito de se ver!

Sr. Presidente, quero aqui dar o meu testemunho de que mineiros de outras regiões do nosso Estado, além do apoio material, estão levando sua solida-

riedade tão importante para toda a população atingida pelas cheias.

A gravidade do momento é maior do que se possa imaginar. Segundo dados da Cedec – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil da Polícia Militar de Minas Gerais, 14 municípios estão em estado de calamidade pública, 16 em estado de emergência, ultrapassando o número de 40 os municípios gravemente atingidos. São 35.800 pessoas desabrigadas, mais de 80 mil atingidas.

Passado o momento da euforia e do entusiasmo, o assédio das pessoas começa a diminuir. As águas dos rios já começam a baixar, mas fica ali o registro do momento difícil que essas famílias estão vivendo.

Sr. Presidente, Prefeito do Município de Pato de Minas, minha terra natal, com doze dias de governo, a cidade foi assolada por uma grande enchente. Inúmeras famílias, milhares, ficaram desabrigadas. Àquela época, restou-nos a solidariedade das entidades de classe, dos clubes de serviço e da população, mas, passada a enchente, adotamos algumas medidas no sentido de fazer com que ações concretas fossem implementadas para impedir que outras enchentes ocorressem especialmente naquelas áreas já conhecidas. Para tanto, criou-se um programa de transferência das famílias para áreas mais seguras; um programa de urbanização da lagoa daquela cidade e que transbordava; um programa de manutenção da orla do rio, para preservá-la de habitação; e um grande programa de reflorestamento foi implantado à beira dos rios. Lembro isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, para enfatizar principalmente a atuação da comunidade na solução dessas questões.

Hoje, vemos a BR-381, a principal ligação entre Belo Horizonte e São Paulo, interditada em vários pontos, uma rodovia que apesar de nova está sofrendo limitações de operação.

Neste momento, é importante uma ação enérgica e concreta. O Sr. Governador Itamar Franco, durante sua presença na região, fez um levantamento minucioso, não só de assistência social momentânea mas, também, para a reconstrução e recuperação da localidade. Devemos ter medidas mais definitivas e é importante a participação e a presença do Governo Federal, do Governo Estadual e das entidades envolvidas no processo.

Sr. Presidente, a região sul de Minas é a mais desenvolvida do nosso Estado, com indústrias instaladas e um comércio forte, uma presença consolidada de atividades. Por isso, chamo a atenção daqueles que entendem a gravidade do momento.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Senador Arlindo Porto, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre Senador Arlindo Porto, a Mesa informa que o tempo de V. Ex^a já está esgotado.

Espero que os apartes sejam brevíssimos.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Agradeço ao eminente Sr. Presidente. Senador Arlindo Porto, trago uma palavra de aplauso e de confirmação das informações que V. Ex^a traz. Essas estradas são essenciais e elas se encontram interrompidas justamente numa região de grande produção, ficando prejudicada a remessa de medicamentos para atender às casas de saúde, aos hospitais, os desabrigados e aos problemas sérios de infecção. Com relação aos prazos para pagamento de responsabilidades fiscais, solicitamos, a pedido de várias entidades do sul de Minas, ao Ministro da Fazenda, para os municípios onde foi decretado o estado de calamidade, de emergência, um prazo de 90 dias para o pagamento das responsabilidades fiscais, além de créditos especiais. Essas são medidas urgentes, mas ainda necessitamos de medidas preventivas e definitivas, objeto da preocupação do governo mineiro. Meus parabéns pelo pronunciamento, Senador Arlindo Porto.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arlindo Porto, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Muito obrigado, Senador José Alencar. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Ouçó com prazer o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arlindo Porto, aproveito o brilhante e humanitário pronunciamento de V. Ex^a para me solidarizar com os mineiros, com a Bancada de Minas Gerais, tão bem representada. Estendo essa minha solidariedade a outros Estados brasileiros também afetados. Como foi dito pelo Senador José Alencar, os programas devem ajudar as famílias que sofreram prejuízos, para que haja alguma forma de recuperar o que perderam. É isso que considero de responsabilidade do Governo. Assim, o Governo passa a ter duas responsabilidades: a primeira é a de socorrer as vítimas da enchente, através da Defesa Civil; a segunda é a de conceder créditos especiais ou alguma outra forma que propicie às famílias condições de recuperarem o que perderam. É uma grande oportunidade de pensarmos num programa habitacional para as pessoas que ficaram ao relento.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Agradeço, Senador Ramez Tebet, a manifestação e a solidariedade de V. Ex^a. Sem dúvida, a parte emergencial já está transitando. É necessário, na importante fase de reconstrução, que linhas de créditos especiais sejam implementadas. Não podemos permitir o acesso apenas a financiamentos da Caixa Econômica Federal, em que o cidadão obtém o financiamento do qual não consegue jamais se livrar.

A Bancada mineira, quer no Senado Federal quer na Câmara dos Deputados, está unida, independentemente da questão político-partidária. Neste momento não há partido, há responsabilidade coletiva. Entendemos que o sul de Minas quer se reconstruir. Nesse sentido, recebemos apelos e solicitações de prefeitos e lideranças daquela região. Sou um representante do Estado de Minas Gerais diligenciando junto ao Governo. E tenho certeza de que não estarei só. Estarei trabalhando em conjunto com o Senador Francelino Pereira, com o Senador José Alencar e com deputados federais a fim de que possamos não sensibilizar mas buscar o que entendemos ser direito dos mineiros e dever do Governo: assistência nos momentos graves e, principalmente, reconstrução de uma região tão importante que contribui com Minas e com o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à eminente Senadora Heloísa Helena, por cessão dos Senadores Iris Rezende e Edison Lobão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, agradeço aos Senadores Iris Rezende e Edison Lobão, que já tinham cedido o tempo um ao outro, mas que tiveram a delicadeza, também, de fazer uma cessão do tempo a mim.

Partilho algumas preocupações com a Casa, especialmente à luz de uma realidade debatida nesta Casa não apenas pelos representantes de Minas Gerais, mas por outros Parlamentares. Trata-se da situação de dor, de sofrimento e de humilhação de milhares de famílias vítimas de enchentes ou inundações. Deixo a elas a minha solidariedade. Aproveito a oportunidade para fazer aqui algumas observações, até para evitar que o povo de Minas, as comunidades que estão sendo diretamente afetadas por essas enchentes, por essas inundações, acabem por ficar como nós, nordestinos, a cada ano de seca – um fenômeno previsível –, com milhares de propostas concretas, ágeis e eficazes, que mostram com a mais absoluta e

fria clareza a possibilidade de compatibilizar vida humana com o semi-árido nordestino. E todos os anos, os filhos da seca, aquelas famílias que tenho a honra de representar também aqui, famílias de sobreviventes miseráveis do Nordeste, são expostas nos meios de comunicação. Somente nesses momentos existe como que uma solidariedade global dos entes públicos em relação aos miseráveis da seca.

Portanto, faço essas observações justamente para que as famílias que hoje passam pelo constrangimento, pela tragédia, pela humilhação pessoal diante de um fenômeno previsível como o da seca, não sejam expostas quer pelo jogo de marketing de viagem presidencial, quer por discursos de solidariedade apenas diante do acontecimento claro, concreto, doloroso e pessoal. Como disse V. Ex^a, Senador, depois que o assunto amorna nos meios de comunicação, que desaparece dos nossos discursos, fica a experiência lamentável, constrangedora e dolorosa que marca uma família por toda a vida.

E perguntamos: Por que isso continua ocorrendo?

Ora, a legislação é muito clara. O art. 21 da Constituição – esta Constituição que os democratas teimam em dizer que tem que ser cumprida, e que eu, como democrata, entendo que ela deva ser cumprida mesmo – diz:

Art. 21 – Compete à União – e aquilo que compete à União é só coisa grande, importante, desde declarar guerra e celebrar a paz, assegurar a defesa nacional. E está aqui também citado “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas”. Especialmente, quais? As secas e inundações. O problema é que muito do que está aqui acaba sendo letra morta, gasta e vazia no momento da execução orçamentária, em que o recurso previsto não foi viabilizado nem para a seca do Nordeste, que continua matando, nem para as inundações de Minas e de outros Estados.

A execução do Orçamento, que o Senador Francelino Pereira citou como sendo a máxima da corrupção e da enganção, está citada no art. 85 da Constituição, no que trata de crime de responsabilidade: “é crime de responsabilidade não obedecer à Lei Orçamentária”. Está aqui. Não é necessário debater-se o orçamento impositivo. Já diz aqui que é crime de responsabilidade não cumprir a Lei Orçamentária; e a do nosso País é cumprida, bem arrumadinha, com todas as cifras e centavos para pagar os juros das dívidas interna e externa, a fim de garantir dinheiro aos sáprifitas da humanidade que estão lá no FMI. Tudo isso continua ocorrendo.

Por isso é dolorosa a situação que estamos vivenciando na convocação extraordinária. Por isso estamos uns esperando os outros um tanto envergonhados. Todos nós estamos envergonhados, mas não por um falso moralismo em relação ao dinheiro ou por demagogia em relação ao que será recebido. Ficamos envergonhados por observar as cifras destinadas ao Congresso para a convocação extraordinária e as que estão sendo disponibilizadas para as famílias pobres e humilhadas que perderam tudo, não apenas a dignidade, mas seus filhos, seus parentes, suas casas e móveis. Ficamos estarecidos diante da televisão assistindo àquelas cenas de humilhação humana. A população imediatamente pergunta por que os R\$19 milhões a serem destinados ao Congresso não são mandados para ajudar as vítimas.

Li, hoje, uma nota crítica do Sindicato dos Jornalistas sobre como a população reage com relação à convocação extraordinária. A reação é crítica e muito vigorosa. O Presidente da República passou o ano inteiro dizendo que o Congresso tinha inapetência ao trabalho. Dizia que as coisas não funcionavam porque o Congresso não trabalhava. Tenho até muitas críticas em relação a esta Casa pela sua pouca capacidade de exercer a fiscalização, porém, muitas matérias tramitaram e a legislação foi aperfeiçoada. Não com a agilidade do Senador virtual Fernando Henrique Cardoso. Atualmente Sua Excelência, além de ser Senador virtual, quer ser Senador vitalício. Não trabalhamos com a agilidade das medidas provisórias porque existe um Regimento a ser cumprido na Casa. Observemos a lógica que adotou perante a opinião pública: Sua Excelência afirmou que o Congresso não trabalhava, que tinha inapetência ao trabalho e que, por isso, passou todo o tempo legislando por medidas provisórias. O Congresso, por sua vez, não pode dizer que há motivação para a convocação. Não podemos dizer isso de maneira alguma, porque sabemos que não há. Não podemos dizer que o objetivo da convocação é discutir o projeto que diz respeito a medidas provisórias, porque todos sabem que isso poderia ter sido discutido durante o ano. Vamos dizer que o Congresso foi convocado para cumprir prazo, para que o Governo Federal possa fazer o que quer, ou seja, mais uma vez prejudicar inativos ou demitir servidores? Não podemos dizer isso. E não podemos sequer dizer que a convocação é importante, porque, se dissermos isso, a opinião pública vai perguntar então por que o Congresso não se autoconvocou, o que não traria danos financeiros aos cofres públicos. Vejam a situação que estamos vivenciando neste momento!

Como é preparado o Orçamento, como é preparada a execução orçamentária e como fenômenos absolutamente previsíveis vêm à opinião pública, por intermédio do Governo Federal, somente no momento em que acontecem tragédias humanas?

Portanto, quero deixar aqui a minha mais completa solidariedade aos representantes nesta Casa, ao Governador Itamar Franco, a todos os Estados e a todas as cidades que estão sendo vítimas diretas da falta de ações concretas, ágeis e eficazes para enfrentar esses fenômenos absolutamente previsíveis.

Faço a esta Casa um apelo no sentido de que discutamos temas relevantes não apenas no momento em que as lágrimas, a angústia e o sofrimento são apresentados na televisão.

Choramos perante a televisão, mas depois, como dizia Fernando Pessoa, a própria química natural da vida faz com que esqueçamos algo que marcou corpos, corações e mentes durante toda a vida dessas pessoas.

Mais uma vez, solicito ao Congresso Nacional que faça com que o Poder Executivo cumpra o que está na Constituição, palavra morta, gasta e vazia, que o Presidente da República, insistentemente, faz questão de não cumprir.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloisa Helena, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero reportar-me a um problema não menos grave do que o abordado por todo o Plenário da Casa hoje, em particular pela Senadora Heloisa Helena: esse flagelo que está vivendo o País, com a piora da qualidade de vida do povo brasileiro pelas circunstâncias físicas e também pela maneira como tem sido conduzido.

Quero reportar-me a um assunto que está na ordem do dia da mídia nacional: o risco da reurbanização da febre amarela. Foram registrados seis casos no entorno do Distrito Federal e no Estado de Goiás. Hoje estamos enfrentando um problema que, em 1957, as autoridades sanitárias das Américas afirmavam que tinham vencido. Diziam que naquele momento tinham conseguido a erradicação da febre amarela nas Américas, mesmo sabendo que pensadores e investigadores, como Adolfo Lutz, assegura-

vam que o mosquito *aedes aegypti* não era o único causador dos surtos que haviam ocorrido em nosso País.

É muito importante lembrar a história da nossa saúde pública, a história de Osvaldo Cruz, quando se fala na possibilidade da reurbanização da febre amarela.

Há mais de 7 milhões de brasileiros vulneráveis a um risco de surto urbano da febre amarela porque não receberam vacina. Ao longo dos anos, nosso País esqueceu que vacina é o grande investimento para proteger sua população, é o grande redutor da mortalidade, é o grande causador de impacto de conquistas sociais quando se fala em saúde pública.

A vacina da febre amarela foi reconhecidamente distribuída para este País a partir de 1937. Lembramos com orgulho que a Fundação Osvaldo Cruz e o Instituto Butantã são produtores da vacina da febre amarela e estão na iminência de lançar uma vacina de última geração, que causará menos reação ao organismo humano, a partir de embriões e com biologia molecular avançada. Além do custo reduzido, ela trará mais amplo benefício à sociedade como um todo.

Quando se trata de viabilizar a logística de implementação de proteção à saúde pública, os sanitários se preocupam também com a quantidade de doses necessárias para a imunização. A vacina anti-marlílica exige apenas uma dose, que pode proteger durante 25 anos; embora, por medida de segurança, em áreas de risco, se recomende que ela seja tomada a cada cinco anos. Nosso País deixa que 7 a 8 milhões de brasileiros das áreas de grande risco estejam sujeitos à presença da febre amarela urbana, com periculosidade de proporção tal que não podemos dimensionar. Evidentemente, não devemos fazer alarde, mas devemos tratar a situação com uma visão restrita de saúde pública e sanitária. É relevante averiguar por que não se trabalhou de maneira adequada e correta na proteção da população brasileira, talvez porque os irmãos do norte do Brasil e os do nordeste, vítimas da seca, abandonados, estejam na área de maior risco.

Houve nítida presença da febre amarela na década de 70 na região central do Brasil, especificamente no Estado de Goiás; nas décadas de 80 e 90, nas Américas, principalmente no Peru e na Bolívia, também houve grande incidência de febre amarela. Todos os epidemiologistas sabem que o vírus migra 500km por ano, atingindo populações, e o nosso País não cercou a sua população de cuidados.

Há a lembrança ousada de homens públicos que, preocupados em proteger a sociedade de doen-

ças imuno-preveníveis, evitáveis, dedicaram-se sobremaneira à saúde pública, como Osvaldo Cruz, que está sendo homenageado por toda a comunidade científica pela sua atuação histórica a favor da saúde pública no Brasil, o qual, no início do século vivia sob a ameaça iminente de uma epidemia grave de febre amarela, varíola e peste bubônica, que tanto afligia o Estado do Rio de Janeiro. Ele teve a coragem e a ousadia de implantar ações de saúde pública e iniciar a visão sanitária de saúde para este País. Lamentavelmente, porém, a História não o compreendeu de imediato. Mais tarde no momento em que se fala de febre amarela no Brasil, vale lembrar a chamada "revolta das vacinas", em 1904, o então Presidente da República, Rodrigues Alves, baixou um ato indesejável, porque não debateu com a sociedade o assunto, implantando uma medida dura de proteção à população referente à vacina da varíola, o que gerou uma revolta popular, uma revolta social que se uniu ao interesse da desestabilização política do Governo àquela época. Então, tentou-se implantar um modelo de intervenção militar. Houve centenas de mortes no País, deportação de prisioneiros para os rincões da Amazônia. O Estado do Acre, recém-anexado ao Brasil, recebeu mais de mil brasileiros que participaram da chamada "revolta da vacina", os quais foram deportados em função de uma luta contra a chamada quebra das liberdades de proteção à saúde.

Um exemplo dos mais bonitos foi o do cubano Carlos Juan Finlay, que descobriu que a febre amarela é transmitida por um mosquito. Então, Osvaldo Cruz, lançando mão do seu instrumento do conhecimento, iniciou o combate ao mosquito *aedes aegypti*, retirando os resíduos que favoreciam sua proliferação das áreas urbanas do Rio de Janeiro. Àquela época, o Governo Federal lançou um programa de reurbanização e de construção de modelo de saneamento, tirando mais de 600 cortiços do centro do Rio de Janeiro, mas, ao mesmo tempo, criou um paradoxo, porque a população que vivia nos cortiços foi transferida para as favelas. Assim, foi fortalecida a formação das favelas urbanas no Rio de Janeiro num momento belíssimo da história da saúde pública brasileira. Graças à extraordinária presença de homens corajosos, que possuíam uma visão de saúde à altura da verdade, do respeito, herdamos um instrumento científico excelente, que foi a vacina de proteção contra a febre amarela, em 1937, herdeira da coragem dos nossos cientistas, infelizmente entregue a Poderes constituídos, que fracamente, sem autoridade técnica nenhuma, sem respeito à visão de saúde pública, deixaram que em 1999 tivéssemos esse surto no entorno do Distrito

Federal e, agora, no início do ano 2000, tenhamos ainda quase oito milhões de brasileiros vulneráveis a uma epidemia sem proporção, se medidas sérias não forem tomadas.

Neste caso, gostaria de transferir responsabilidades não só ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde, à Fundação Nacional de Saúde, mas também aos governos estaduais, que têm responsabilidade séria com saúde pública. Lanço um desafio para o Brasil: o Governo do Acre, no seu primeiro ano de Governo do Partido dos Trabalhadores, numa aliança democrática, conseguiu o maior índice de cobertura da história deste planeta contra a febre amarela, sem antes ter presenciado os surtos, para não agir baseado nas conjunturas que foram assinaladas aqui das secas, das cheias; vacinou 93% da sua população contra a febre amarela, numa parceria com a Fundação Nacional de Saúde.

Esses exemplos nos permitem olhar para a saúde pública com confiança, respeito, responsabilidade e, com isso, salvar vidas humanas, tratando a questão com seriedade.

Quem for capaz de enxergar a história da saúde pública brasileira e internacional pela visão das vacinas é capaz de entender que a reurbanização da febre amarela tem um significado enorme; do tanto que poderíamos ter feito por este País, das centenas de milhares de vida que poderíamos ter salvo se tivéssemos tido a ousadia, a coragem e a visão de futuro e técnica de saúde que tiveram Osvaldo Cruz, Carlos Chagas e alguns cientistas deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ressaltar que, desde que cheguei a esta Casa, o Congresso Nacional só não foi convocado extraordinariamente no mês de julho último. Em todas as outras ocasiões foi convocado. Tomamos posse em fevereiro de 1995, e, de lá para cá – volto a repetir –, só no mês de julho último, o Congresso não foi convocado extraordinariamente.

Ora, extraordinário o que é? É um fato incomum, um fato raro. É preciso um acontecimento extraordinário para que o Congresso Nacional seja convocado pelo Presidente da República ou pelos Presidentes do Senado e da Câmara Federal. A Constituição da República também reza que, a partir do mês de fevereiro, reúne-se o Congresso, interrompem-se os trabalhos em julho, e o Congresso volta depois, no dia 1^º

de agosto, e vai até 15 de dezembro. Portanto, esta Casa tem um recesso de três meses ao ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos percebido que essas convocações extraordinárias do Congresso Nacional não têm encontrado ressonância popular. Elas, às vezes, têm concorrido até para desmerecer o trabalho do Congresso Nacional. Tenho sentido isso. Ao regressar do meu Estado, ouvi pela imprensa que, com a convocação extraordinária do Congresso, os salários dos Deputados e Senadores são dobrados e que a Nação gasta 19 ou 20 milhões de reais.

Uma comissão de formandos foi à minha residência me levar um gentil convite para que eu fosse o paraninfo da sua turma. Um jovem me indagou qual o motivo extraordinário que existe para essa convocação. E aí me fez refletir. Porque foi a juventude que perguntou qual o fato relevante, o projeto de extraordinária relevância capaz de justificar a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Disse-lhe eu a verdade. E não poderia ser diferente, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Disse-lhe, respondendo com a pauta do Congresso Nacional; disse-lhe que assuntos importantes iam ser debatidos pelos Senadores e pelos Deputados, e que há projetos de alta envergadura tramitando no Congresso Nacional, como o caso da reforma tributária e da reforma do Poder Judiciário. Disse-lhe que quem convocou o Congresso Nacional foi o Presidente da República e tive até de explicar, didaticamente, que essa convocação não pode ser contestada pelos membros do Congresso Nacional, não comparecendo, porque a Constituição diz que o Presidente da República tem o direito de convocar extraordinariamente o Congresso Nacional em caso de urgência e relevância.

E fiquei a discutir com aquele grupo de jovens formandos sem chegar a uma conclusão, porque há conceitos de caráter eminentemente subjetivos. Eles me perguntavam o que era urgência, por que não se fazia logo a reforma do Poder Judiciário, a reforma tributária. "Há quantos anos isso está tramitando no Congresso Nacional?", perguntava-me uma jovem formanda. "Há quantos anos isso está andando? Irão votar isso agora? Mas será que votam mesmo?" Eu tive de dizer que não dava tempo para votar, mas que iríamos lá para trabalhar e acreditava que iríamos caminhar com essas propostas." Eles perguntaram: "Mas não tem cinco, seis anos que essas propostas estão caminhando, Senador?"

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o diálogo não é fácil. O Congresso Nacional tem trabalhado. Temos produzido, não tenho dúvida nenhuma disso.

Importantes reformas foram feitas neste País, leis muito importantes foram votadas pelo Congresso Nacional. Diz-se mesmo que nunca o Poder Legislativo trabalhou tanto como tem feito ultimamente. Mas aí vem uma convocação extraordinária e coloca todo o Congresso Nacional, eu diria, em choque com a opinião pública do País. Por que não se usar esta palavra, já que é um choque? Ou vamos mentir para nós mesmos, pensando que a sociedade brasileira entende que essas matérias elencadas aqui como motivo da convocação extraordinária do Congresso Nacional são suficientes para nos trazer aqui no período de recesso, quando o País se vê assombrado com catástrofes, inundações, quando a classe média está empobrecendo, quando a economia brasileira precisa crescer, quando precisamos retomar o processo de crescimento do nosso País?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo que é uma situação difícil e que, diante disso, devemos repensar as coisas. Esse o motivo pelo qual venho à tribuna. Sem nenhuma idéia renovadora, mas apenas dizendo que vi, com satisfação, que Líderes dos partidos políticos estão estudando uma fórmula mais adequada para estabelecermos um novo ritmo de trabalho aqui no Congresso Nacional. Vejo que há sugestões para que só haja um mês de férias, ou seja, que o Congresso Nacional só entre em férias uma vez, a exemplo dos trabalhadores, que só têm direito a 30 dias de férias.

Vejo que até o Poder Judiciário está querendo reformular as férias de 60 dias que tem. Portanto, venho a esta tribuna para dizer que essa tradição constitucionalista do Brasil democrático, de férias de três meses para os parlamentares, não dá para ficar. Quero apoiar a mudança, porque penso que temos de mudar. Talvez essa idéia de um mês de férias seja suficiente para evitar as convocações extraordinárias do Congresso ou fazer com que o Congresso só seja efetivamente convocado nos casos previstos pela Constituição, demonstrando realmente à sociedade brasileira a urgência e a relevância da convocação extraordinária.

Temos de fazer isso. Já que estamos promovendo tantas modificações na Constituição brasileira, está na hora de encontrarmos uma fórmula. Ainda não estou pedindo aos meus companheiros, aos eminentes Senadores, apoio para nenhuma emenda constitucional, porque quero discutir com os colegas qual a melhor maneira. Entretanto, estou convencido de que não podemos ficar mais com esse período de três meses de recesso. Se conversarmos com os Se-

nadores, com os Deputados e com a sociedade, perceberemos que nenhum de nós quer isso.

Nesse caso, vamos encontrar uma fórmula para alterar o texto constitucional, a fim de ficarmos em consonância com o pensamento da sociedade brasileira. Isso é de fundamental importância. Estou aqui desde 1995 e, voltando ao início do meu discurso, percebo que só não fomos convocados em julho último, porque em todas as outras oportunidades fomos convocados extraordinariamente. Vamos olhar a pauta. Falemos com franqueza.

Esse foi o diálogo, eminente Senador Roberto Saturnino, que mantive com os formandos que foram à minha casa. Sinceramente, não consegui convencê-los. Não consegui convencê-los de que era preciso haver esta convocação extraordinária.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – O pronunciamento de V. Ex.^a é absolutamente oportuno e vem exatamente no sentido de encontrar a solução para que não se repita mais essa frequência de convocações extraordinárias – solução que cabe a nós, Congressistas, Senadores e Deputados –, embora no fundo estejam elas apoiadas, sustentadas numa pauta que contém projetos importantes. A verdade é que, para a opinião pública, fica sempre a dúvida de que isso poderia ser feito em períodos normais, ou seja, a discussão, o debate, a votação poderiam ser feitos em períodos normais, sem necessidade da convocação extraordinária, que implica custos, sim. Todo cidadão brasileiro hoje tem conhecimento, e nós também, de que é necessário preservar o Erário da incidência desses custos extraordinários. V. Ex.^a tocou no ponto fundamental, que é o excessivo período de recesso do Congresso Nacional. Esta prática vem de um tempo em que havia grande dificuldade de locomoção, e os Congressistas levavam de Brasília uma semana ou mais para chegarem a seus Estados e, em lá chegando, também tinham dificuldades de locomoção dentro dos seus próprios Estados. Então, era preciso um tempo grande para, digamos, haver o reabastecimento do representante com as opiniões, as observações e as sugestões dos seus representados, dos seus constituintes. Trata-se, portanto, de uma tradição do início da República, quando o Rio de Janeiro era a Capital do País e as viagens para as capitais nordestinas, para o Rio Grande do Sul eram feitas de navio. Mas hoje em dia não existe mais isso, tudo está completamente superado. Quase todos vamos, se

não toda semana, com muita frequência, certamente uma vez por mês, aos nossos Estados e nos reabastecemos dessa comunicação, que é indispensável à representação. Então, não tem mais a necessidade de um recesso tão prolongado. Há necessidade, sim, das férias, como V. Ex.^a muito bem disse, mas não há porque as férias excederem um mês. Vamos rediscutir este assunto e vamos votar uma alteração na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado para que tenhamos mais tempo de funcionamento normal do Congresso, com o recesso limitado às férias parlamentares de 30 dias ou de um período que se possa aqui estabelecer como justo, evitando, dessa maneira, a frequência excessiva de convocações extraordinárias, o que choca a opinião pública; aliás, há razões para que a opinião pública fique chocada. V. Ex.^a falou da dificuldade que teve de explicar a jovens que lhe foram fazer uma visita e um convite. É muito oportuno seu pronunciamento e é um convite, uma incitação a que nós nos reunamos, discutamos este assunto e tomemos providências efetivas de aprovação de uma nova regulamentação de maneira a reduzir o período excessivo de recesso que hoje temos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, a experiência e a competência de V. Ex.^a embasam minha presença nesta tribuna, porque V. Ex.^a está de acordo, possui uma experiência muito grande como Parlamentar e homem público, além de uma cultura reconhecida por todos nós.

Precisamos viver a nossa realidade. É verdade que podemos também afirmar e demonstrar que há países no mundo cujo parlamento só se reúne por seis meses; o restante dos meses não existem para eles. Nem por isso vamos dizer que os três meses que temos de férias são justificáveis, porque a nossa realidade é outra. Temos que viver dentro da realidade brasileira.

V. Ex.^a trouxe uma importante contribuição. Por que os Constituintes brasileiros, ao longo do tempo, estabeleceram esse período de três meses como recesso? Naturalmente, uma das razões deve ter sido essa que V. Ex.^a trouxe à colação para debate. É a necessidade que o Parlamentar tem de se oxigenar perante o diálogo que deve ter com seus eleitores, com a sociedade dos seus Estados, com o povo que representa.

Os meios de comunicação eram difíceis, mas houve uma evolução muito grande ao longo dos anos não só nos meios de transportes. Hoje, há a internet. As pessoas estão comunicando-se hoje com uma facilidade extraordinária!

De sorte que fico muito satisfeito por ver que tenho do meu lado a opinião de V. Ex^a. Quero proclamar que a idéia não é minha. Tomei conhecimento hoje que Líderes políticos do Senado e da Câmara estão dispostos a rever esse critério de convocação extraordinária e do tempo do recesso parlamentar.

De qualquer sorte, Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui nos encontramos, acredito, imbuídos do desejo de dar nossa parcela de contribuição e de fazer com que esta convocação extraordinária seja a mais produtiva possível.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, nobre Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Ramez Tebet, o Brasil tradicionalmente realiza mudanças em momentos de crise. E nem sempre as mudanças são as melhores. Mas entendo que este é o momento em que devemos refletir sobre a necessidade de mudança. V. Ex^a retrata e dá um depoimento do diálogo que teve com os jovens. Tenho certeza que mais difícil do que o diálogo com os jovens deve ter sido a essência do motivo da presença de V. Ex^a na tribuna desta Casa. É o diálogo com a consciência. Conhecemos sua seriedade, sua idoneidade, sua transparência. Seguramente, o diálogo com a consciência talvez tenha sido mais difícil de convencê-lo de que a convocação seja necessária, que tenha motivo de urgência e de importância. Basta fazer uma análise das medidas provisórias emitidas ao longo dos últimos anos. Quero aqui louvar o assunto que V. Ex^a levanta para debate nesta Casa. V. Ex^a fala da volta ao seu Estado, da volta à sua cidade natal. Então, isso é importante, é fundamental que estejamos atentos ao que pensa a sociedade, o cidadão. Mas eu diria que essa volta, que muitas vezes alguns políticos, especialmente Parlamentares, usam como artifício, que é a necessidade de voltar à base, não permite que tenhamos férias. Mas não podemos também nos esquecer de que foi uma opção nossa. O homem público, quando faz a sua opção, não tem limite, não tem hora, não tem dia e não tem momento. As suas portas têm que estar sempre abertas à presença e à solidariedade aos cidadãos. Creio que este é o momento de debatermos, até porque, na minha visão, a pauta não é tão intensa e tão importante nesta Casa. Não quero adentrar a questão da Câmara, porque não pertencemos à Câmara e por isso não me é lícito fazer julgamentos. Mas quem sabe nesses dias possamos discutir com profundidade, para que, chamada a atenção da nossa consciência, possamos

buscar alternativas, de forma que o processo democrático do Parlamento não perca a importância. Que possamos entender a responsabilidade de avaliar e analisar cada matéria a seu momento, a cada caso, mas que não percamos de vista a necessidade de uma tomada de posição firme e coerente com o momento que estamos vivendo. A opção do homem público não pode limitar-se a dias nem ao calendário, mas o homem público não pode fechar os olhos quando a sociedade clama algo que estamos fazendo que não seja a sua inspiração, o seu conceito, a sua expectativa. Meus cumprimentos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arlindo Porto, as considerações de V. Ex^a são altamente pertinentes. Permito-me ressaltar, de todas as considerações de V. Ex^a, uma que julgo perfeitamente adequada ao assunto que estou levantando no Senado da República. Creio que V. Ex^a quis dizer a verdade quando fez referência ao homem público, dizendo que não se pertence, não é dono do seu destino. Quem faz opção pela política tem que entender que o homem público abdica e muito, mas muito mesmo, mais do que qualquer outra atividade humana, da sua privacidade. O homem público tem que se doar, portanto não fecha as suas portas; o seu compromisso é com a sociedade; sua função é pública; sua atividade o mantém permanentemente em contato com a sociedade. Por isso V. Ex^a diz muito bem: o homem público não pode ter dia, hora nem momento. E deve viver todos esses momentos em favor da coletividade. Esse é o meu pensamento e, tenho certeza, o pensamento de todos quantos estão aqui, imbuídos do propósito de servir a este Brasil. Afinal de contas, este meu pronunciamento não é para tecer críticas a essa convocação extraordinária. Ela já foi feita. Estou querendo tirar dessa convocação extraordinária momentos para refletirmos sobre a necessidade de mudança no texto constitucional. Afinal de contas, convocação extraordinária não pode virar convocação ordinária, como está ocorrendo! Estou dizendo isso porque cheguei aqui em 1995 e, desde então, só não fomos convocados em julho.

V. Ex^a abordou a questão das medidas provisórias. Há dois termos, duas palavras na nossa Constituição que estão causando embaraços muito fortes no Congresso Nacional: urgência e relevância. O que é urgência e o que é relevância? Parece que toda matéria passou a ser de urgência e de relevância na interpretação constitucional. Isso não pode continuar assim. É por isso que temos uma quantidade enorme de medidas provisórias. É conveniente observar o Governo Federal e o próprio Congresso Nacional para

concluirmos o que é urgência e relevância diante de assuntos que são tratados em medidas provisórias. Assim, iremos indagar: isso é importante para o País? É tão urgente assim que precise ser objeto de medida provisória?

Se tivéssemos, tanto o Executivo como nós, feito uma reunião logo para decidir se aprovamos ou não medidas provisórias, talvez não estivéssemos vivendo essa celeuma, essa dificuldade não para acabar com medidas provisórias, mas para limitá-las, para que a tramitação realmente seja diferente da atual, que se demonstrou completamente ineficaz, improdutiva, ruim para o Congresso Nacional e para o Governo Federal. E parece que vamos ter resistência quanto a isso. Chegou-se a dizer que o Governo Federal – depois houve um desmentido – não concordava mais com essas limitações, que queria embarçar o andamento do Projeto de Lei aprovado pelo Senado da República e de que foi Relator o eminente Senador José Fogaça. Creio que, realmente, os temas são importantes e devemos abordá-los. O momento é de reflexão.

Sr. Presidente, vejo que V. Ex^a acena-me, pois meu tempo está encerrado. O tempo, que é implacável, o crítico dos críticos, socorre-nos quando vamos ficando sem argumentos e começamos e repeti-los. Voltarei em outra oportunidade. Quero discutir a questão com os meus eminentes Pares. Juntos poderemos elaborar uma emenda constitucional capaz de alterar o recesso ou aprimorar, efetivamente, o texto constitucional. Faremos com que a convocação extraordinária seja a mais produtiva possível para que possamos, da melhor maneira, dar uma resposta aos anseios e às reivindicações da sociedade, que tanto espera do Congresso Nacional, dos homens públicos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Leomar Quintanilha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Cedido a palavra ao eminente Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, não é sem algum constrangimento que venho a esta tribuna tratar de um assunto que não possui a relevância dos temas aqui levantados, como o último pronunciamento do Senador Ramez Tebet, como dos pronunciamentos de todos os que falaram sobre a calamidade

que se abateu sobre o Estado de Minas Gerais e também em região importante do meu Estado, o Vale do Paraíba do Sul, como o pronunciamento de grande importância que fez o Senador Lúcio Alcântara sobre a participação dos bancos estrangeiros aqui no nosso sistema financeiro.

Vou falar, Sr. Presidente, de um tema surrealista. Trata-se de uma novela que envolve um piano no Rio de Janeiro, e, na verdade, não é um piano qualquer, é um Bösendorfer, um dos melhores pianos do mundo. Juntamente com o Steinway, alemão, o Bösendorfer, austríaco, é um piano da melhor qualidade, e tem um custo de US\$80 mil. Piano esse que tem poucos exemplares no Brasil hoje, acredito que talvez não haja uma dúzia deles com a qualidade deste que foi importado para a Rádio MEC, que é uma rádio oficial, do Governo brasileiro. O piano foi importado pela Sociedade dos Amigos da Rádio MEC com recursos obtidos junto ao Ministério da Cultura, com muita dificuldade, porque a Rádio necessitava do piano para o cumprimento de suas obrigações essenciais de divulgação da música de alto conteúdo cultural.

Depois de alguns anos de esforço, de subscrições, de boa-vontade e de muitas gestões, conseguiu-se, por intermédio da Sociedade de Amigos da Rádio MEC, importar esse piano, que seria doado ao patrimônio da Rádio e, por conseguinte, incorporado ao patrimônio nacional. O piano foi transportado pela Força Aérea, porque a Sociedade de Amigos da Rádio MEC não tinha recursos para pagar o transporte.

Pois bem, o piano foi importado e, depois desse esforço todo, está armazenado há quatro meses na Alfândega do Rio de Janeiro. A Receita Federal não o libera porque exige o pagamento do Imposto de Importação, que está em torno de 20% do seu valor. Depois desse esforço todo, não há condições de se conseguirem recursos, de se passar uma subscrição entre os Amigos da Rádio MEC para obter o valor desse imposto, que soma algo em torno de US\$4 a 5 mil, quantia que não está ao alcance dos promotores dessa iniciativa.

No entanto, em se tratando de um piano importado com recursos do Ministério da Cultura, transportado pela Força Aérea para se incorporar ao patrimônio de uma emissora de rádio do Governo Federal, é evidente que não há razão para se cobrar esse imposto como condição *sine qua non* para sua liberação. Há possibilidades até de se construírem soluções legais.

Falei pessoalmente com o Secretário da Receita Federal, Sr. Everardo Maciel. Eu e muitas pessoas fizemos gestões junto ao Sr. Secretário para que libe-

rasse o piano. S. S^a simplesmente disse: "Senador, não posso descumprir a lei." Ninguém está pedindo que S. S^a descumpra a lei, mas que construa uma solução legal, o que certamente S. S^a sabe fazer muito melhor do que qualquer um de nós. Que esse piano até seja apreendido pela Receita Federal e depois doado à Rádio MEC. Enfim, que S. S^a construa uma solução legal, mas que não se perca o piano.

O lamentável disso tudo é que um piano de qualidade e de valor está se perdendo. Ele está armazenado na Alfândega do Rio de Janeiro, numa posição imprópria para sua manutenção, ou seja, na posição de transporte. Pelo rigor exigido por sua qualidade, ele só poderia permanecer 60 dias nesse estado, mas está assim há 120 dias, com o risco de sofrer empenas ou deformações que amanhã impossibilitarão aos pianistas a obtenção da qualidade de som que ele é capaz de emitir em condições normais.

Enfim, já foram feitos apelos aos Ministérios da Cultura, da Educação e da Fazenda. Resta apenas apelar ao Presidente da República. Os Amigos da Rádio MEC estão pedindo a todos os que colaboraram com a emissora que apelem ao Presidente da República, já que o Sr. Everardo Maciel não se curva à evidência da necessidade de liberação desse patrimônio importante do ponto de vista cultural. Que o Senhor Presidente da República intervenha e determine ao Secretário da Receita Federal que crie uma solução legal; não que cometa uma ilegalidade, mas que faça uma construção legal, perfeitamente possível dentro das próprias brechas da lei, solução essa que os advogados dos grandes grupos financeiros sabem muito bem encontrar quando querem sonegar, como muito bem disse o próprio Sr. Everardo Maciel, em depoimento à CPI dos Bancos.

Enfatizamos então que é possível encontrar uma solução legal, a fim de que esse piano seja liberado para prestar benefícios aos ouvintes da Rádio MEC, à população brasileira, ansiosa pela chegada do piano de tão alta qualidade nos estúdios da Rádio.

Enfim, estou aqui a pedido da Sociedade dos Amigos da Rádio MEC e da própria direção da Rádio, fazendo um apelo ao Presidente da República: que intervenha neste caso. Sua Excelência é homem sensível também para as questões culturais e sabe perfeitamente avaliar a importância desse piano para uma emissora como a Rádio MEC. Então, que determine ao Sr. Everardo Maciel que busque uma alternativa legal e libere esse piano antes que ele sofra demais e perca as condições que lhe possibilitem a produção do som de qualidade que ele é capaz de produzir,

sendo um Bösendorfer, patrimônio verdadeiro em termos de instrumentalização musical no Brasil.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Ouço com muita atenção o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, estou pedindo um aparte porque este assunto é relevante. Desculpe-me a franqueza: V. Ex^a quis justificar a ocupação da tribuna do Senado para fazer um pedido desses; mas pense bem: isto tem um significado muito grande, já que a Rádio MEC é do Ministério da Educação e Cultura. Afinal de contas, é o Governo que deve ter interesse na difusão da cultura. É preciso dar solução para essa situação! Esse piano de alta qualidade não foi transportado pela Força Aérea Brasileira?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Sim, Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Não é para servir à população?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Sim, Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – O tributo está segurando isso?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Sim, Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Mas o tributo é de Poder Público para Poder Público?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Sim, Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Então, acredito que esse piano poderia fazer história, pois a partir dele se poderia construir – conforme V. Ex^a está falando – uma legislação urgente, dizendo que, em certos casos de interesse da coletividade, em que o Poder Público tivesse manifesto interesse, esse imposto não fosse sequer devido. Creio que o homem público que fizer isso, que decidir baseado numa exposição de motivos nesse sentido, receberá aplausos da sociedade.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Estou inteiramente de acordo, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, talvez o piano a que V. Ex^a se referiu possa ter um papel importante na nossa história. E a música é capaz de tudo. Quem é que não gosta de um som musical? A música é a mais sublime das filosofias que existem. Quem sabe o piano que a Rádio Ministério da Educação e Cultura tanto deseja para

brindar a sociedade possa produzir modificações imprescindíveis na nossa legislação, porque viriam a atender aos reclamos da sociedade. Há motivo cultural, científico, e assim por diante. Não podemos admitir que haja excessivo rigor como esse que está existindo. Que os acordes do piano passem para o coração dos homens públicos do Brasil e que eles ouçam a boa música e os acordes do seu coração, assim como V. Ex^a ouve o bater do seu coração, que o faz assomar a esta tribuna e defender seu ideal. Afinal de contas, V. Ex^a não está defendendo apenas que o piano seja liberado, mas que haja modificações na legislação que atendam aos interesses da sociedade e a causas relevantes. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Ramez Tebet. Também creio que, a partir do exemplo do piano – quem sabe, produzir-se-á outra dessas modificações que estamos querendo realizar neste País, para que a burocracia mostre-se mais consentânea com os interesses da população e com os objetivos de elevação do nível cultural da nossa população e do nosso País.

Mas o meu constrangimento vem de uma certa vergonha de revelar esse fato ao Senado e à opinião pública. Há uma novela surrealista em torno de um piano, que não poderia estar acontecendo. No entanto, há quatro meses, esse piano está encaixotado na alfândega do Rio de Janeiro, porque não há recurso para pagar o imposto, e o Secretário da Receita não libera sem o pagamento. Isso não entra pela mente de uma pessoa que seja um pouco mais exigente no cumprimento, enfim, dos interesses do País, da Nação e da população, acima das obrigações meramente burocráticas. Sei que, no caso, não é uma obrigação meramente burocrática, porque entra a questão da receita, mas trata-se de uma receita que sai dos cofres da União para entrar no próprio cofre da União. Não tem sentido essa exigência! Trata-se efetivamente de um caso típico de burocracia ininteligível.

É com certa vergonha que trago este assunto ao Plenário do Senado. Por isso, declarei-me de certa forma constrangido, mas sou obrigado a fazê-lo, porque acho – como V. Ex^a – que esse é um assunto importante à medida que se mostra e se exhibe um caso evidente, flagrante, gritante de excesso de burocracia e de falta de uma disposição para criar uma solução, porque é absolutamente possível criar essa solução se houver vontade política voltada para o interesse nacional por parte da Secretaria da Receita Federal.

Fica aqui, então, o apelo ao Presidente da República, porque apelos aos Ministros já foram feitos. Agora resta o apelo ao Presidente da República, e esta é a razão de eu estar hoje a levantar esse problema e contar essa história que nos envergonha um pouco a todos nós brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, por permuta com o Senador Moreira Mendes.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no tema do meu pronunciamento de hoje, gostaria de, até em função do discurso do Senador Ramez Tebet, tecer alguns comentários sobre a convocação extraordinária.

Todo início de ano vemos esse mesmo filme. Parece-me que os órgãos de imprensa já têm até arquivadas as matérias que publicam nessa época: o Congresso vai gastar não sei quantos milhões, quantia suficiente para fazer não sei quantas casas populares; convocou-se para votar não sei quantos projetos, mas não se vai votar todos porque há uma PEC muito complicada, etc. O mesmo filme é reprisado em janeiro. Da mesma forma que os cinemas exibem, em janeiro, filmes dos Trapalhões, da Xuxa, sempre há o filme da convocação extraordinária.

Disseram aqui que a pauta do Senado Federal não tem nenhuma matéria que possa ser enquadrada como urgência urgentíssima. Relevantes todas são, porque parto do princípio de que toda matéria objeto de debate no Senado Federal, no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados tem sua relevância. Se ela foi proposta por um Parlamentar ou pelo Governo, deve-se reconhecer a sua importância.

Veremos se há urgência que justifique uma convocação extraordinária no caso específico do Senado. Citarei as matérias que estão na pauta. Há uma PEC de autoria do Senador Esperidião Amin que limita os gastos com as Câmaras Municipais. Aprovada, ela foi à Câmara dos Deputados; foi modificada e voltou agora ao Senado. Se essa matéria for votada em janeiro, fevereiro, março ou outubro, não tem nenhuma diferença, porque ela só vai surtir efeito a partir do Orçamento de 2001. Então, nesse caso, não há nada que justificaria uma convocação extraordinária do Senado.

Há duas PECs relativas ao fundo de erradicação da pobreza, as quais espero que o Senado vote. Essa questão foi objeto de uma comissão especial

que resultou em um projeto que será apensado a outro que já existia, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães. Como se trata de uma proposta de emenda constitucional que necessita de tramitação especial em dois turnos – no Senado e na Câmara Federal –, não resolveria o problema do Brasil.

Há ainda matéria relativa à reformulação do sistema de precatórios. Trata-se de uma PEC votada na Câmara dos Deputados cuja votação no Senado, agora ou em março, não faz maiores diferenças.

E assim seguem todas as matérias. Há umas que são relevantes, como a de autoria do Senador Paulo Souto, Relator da CPI do Judiciário. S. Ex^o apresentou dois projetos importantes: uma proposta de emenda constitucional e um projeto de lei, resultado do seu relatório. Como foram matérias apresentadas em dezembro, não se trata de uma sangria desatada.

Há um projeto que, para mim, é um mistério: o que regulamenta a perda de cargo público por insuficiência de desempenho. Esse projeto foi votado na Câmara dos Deputados em regime de urgência e chegou ao Senado em 1^o de setembro do ano passado. Por se tratar de um tema polêmico, com possibilidades de provocar audiências públicas para convocar entidades – porque está incluída a discussão sobre carreiras típicas de Estado, que gerou bastante polêmica na Câmara dos Deputados –, poderia ter havido um debate nesta Casa. Mas esse projeto desapareceu, o que, para mim, é um mistério. O Governo estava tão interessado em aprová-lo que a Câmara dos Deputados o fez em regime de urgência. O projeto chegou ao Senado em 1^o de setembro e desapareceu. Ficou muito tempo sem Relator, que foi nomeado no fim do ano passado. Agora, o projeto está na pauta da convocação extraordinária. Também poderia ter sido votado antes.

Enfim, das matérias incluídas pelo Senado, não existe nenhuma, na minha opinião, que justificasse uma convocação extraordinária. Na Câmara dos Deputados, há matérias de interesse do Governo.

Sr. Presidente, o motivo pelo qual o Congresso é convocado todo mês de janeiro não se relaciona com as matérias que estão em tramitação nesta Casa, com matérias de interesse do Governo. O Congresso deve ser convocado no mês de janeiro sempre porque a Constituição estabelece que todas as vezes que houver a edição de uma medida provisória, se o Congresso estiver em recesso, deve ser convocado cinco dias depois. Como todos os meses há edição ou reedição de medida provisória e como a medida provisória só vigora por 30 dias – e ela sempre é reeditada –, se o Congresso entrasse em recesso de 15 de

dezembro a 15 de fevereiro, teria obrigatoriamente de ser convocado, a não ser que o Governo não editasse nenhuma medida provisória nesse período, o que sabemos que não aconteceria nunca.

Esse é o verdadeiro motivo das convocações extraordinárias. Quando a medida provisória é editada, o Congresso Nacional deve ser convocado, conforme estabelece a Constituição, em seu art. 62:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Como a convocação já está definida de antemão, procuram-se matérias para incluir na pauta. Inverte-se o processo. Não há a análise de uma pauta para justificar ou não a convocação do Congresso, para, depois, convocá-lo, se houver justificativas. Não, o processo ocorre ao contrário. Como o Governo tem de editar medida provisória e como o Congresso deve ser convocado cinco dias depois da edição dessa medida provisória, já será convocado de qualquer forma.

Então, encontra-se uma pauta para justificar. E é isso que acontece sempre. A propósito, em julho do ano passado, foi criado um artifício: algumas medidas provisórias teriam validade só até meados daquele mês; então, antecipou-se a sua votação para 25 de junho, porque, até o dia 30, o Congresso ainda estaria funcionando. As várias medidas provisórias, cuja vigência é de um mês, puderam ser lidas. Tendo sido reeditadas no final de julho, o Congresso poderia apreciá-las, porque voltaria a funcionar em 1.º de agosto. Por isso se pôde fazer o recesso do mês de julho daquele ano. Já no caso do período de janeiro a fevereiro, o recesso, sendo de dois meses, não permite fazer esse tipo de exercício; por isso a convocação sempre acontece.

Esse é o motivo pelo qual há convocação extraordinária do Congresso todo mês de janeiro: porque a Constituição o estabelece; como o Governo sempre está preocupado em governar por meio de medidas provisórias, faz com que o Congresso venha a ser convocado, e quem sempre leva a bordoadas são os Parlamentares. Quer dizer, o Executivo convoca porque editou medida provisória, inventa uma pauta que não tem urgência nenhuma e que não justificaria uma convocação extraordinária do Congresso Nacional, mas os culpados, segundo a imprensa, são os Parlamentares.

Quero dizer que concordo plenamente com a discussão que está sendo feita a respeito de se diminuir o período de recesso parlamentar. Não me parecer haver justificativa nenhuma para se manter, no ano 2000, essa prática. Há quatro ou cinco eleições, justificava-se que o Parlamentar ficasse três meses em recesso, porque era esse o período em que ia para as bases. Isso não mais ocorre, portanto não há justificativa.

Antecipo que não concordo com a proposta que foi levantada — não sei se será apresentada — pelo Senador José Roberto Arruda, ou seja, de o Congresso não ter recesso e cada Parlamentar escolher seu mês de férias. Como se aferirá o **quorum** nesse período? O mais provável é que todos escolham tirar férias em janeiro, época em que o Congresso estará funcionando oficialmente. Que **quorum** valerá? O de todos os Parlamentares eleitos ou o dos presentes? Ora, o Congresso é formado por um número de representantes de Estados, tanto Câmara quanto Senado, e de Partidos. Essa correlação de forças, essa proporcionalidade entre Estados e Partidos tem que existir ao longo de todo o funcionamento do Congresso. Não tem sentido tratar o Congresso como uma empresa que tem 81 trabalhadores no Senado e 513 na Câmara, de forma que os Parlamentares possam escolher seu período de férias.

Quero adiantar que não concordo com essa proposta. Eu concordava — não sei se ela passaria; considero difícil — com a proposta do Deputado Jaques Wagner, apresentada na Legislatura 1995/1998, que simplesmente acabava com o recesso de julho, mas mantinha os dois meses de recesso de janeiro e fevereiro. Trata-se de um tema cujo debate temos que iniciar, tendo claro que, se não resolvermos a questão das medidas provisórias, continuará essa obrigatoriedade de convocação do Congresso cinco dias após a edição de qualquer uma delas, ainda que ele esteja em recesso de vinte dias, de um ou de dois meses, já que a Constituição assim o determina.

E, por falar em medida provisória, surpreendeu-me a reação do Governo em relação ao projeto que foi aprovado pelo Plenário do Senado com relação à regulamentação de medidas provisórias — a questão da ingovernabilidade. O projeto nasceu no Senado Federal e foi para a Câmara, que o modificou bastante; o Senado apenas acatou, em sua quase totalidade, as modificações que foram introduzidas pela Câmara dos Deputados, conforme acordo de Lideranças.

Os temas que não podem ser objeto de medida provisória foram incluídos na Câmara dos Deputados.

O prazo de 60 dias foi estabelecido naquela Casa. A proibição de regulamentar matéria de emenda constitucional por meio de medida provisória não é dessa proposta; ela foi incluída pela base do Governo por ocasião da votação da primeira PEC da ordem econômica em 1995, para contestar o discurso da Oposição de que o Governo regulamentaria tudo por MP.

Agora, o Governo pinça esse ponto, que não faz parte dessa PEC porque já está na Constituição desde 1995, e faz todo o discurso da ingovernabilidade. Penso que a justificativa para a convocação ou mesmo para o Congresso Nacional fazer valer suas prerrogativas é o fato de a Câmara dos Deputados não ter votado o projeto como saiu do Senado. Na verdade, todo o texto é da Câmara com exceção da forma de tramitação. A única coisa que o Senado manteve da sua proposta original foi a forma de tramitação da MP: em Casas separadas e não em conjunto, como ocorre atualmente. Dizem que o Governo não votará contra, que vai apenas modificar. No entanto, ele sabe que a modificação significa votar contra, já que, se se modifica na Câmara, volta-se ao Senado e vice-versa, ou seja, dá-se o efeito pingue-pongue. E terá continuidade a atual situação das medidas provisórias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o motivo pelo qual me inscrevi é o de comentar matérias que têm sido divulgadas nos jornais e televisões a respeito de um projeto que estaria sendo elaborado no Ministério do Trabalho de "flexibilização" dos direitos trabalhistas e de livre negociação. Gostaria de dizer que sou plenamente favorável à livre negociação. Inclusive, temos defendido o fortalecimento dos sindicatos, a introdução de um contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado. Espero que seja verdade o que disse o Ministro Francisco Dornelles sobre não haver projeto, se não houver consenso entre os setores sindicais, as centrais sindicais. Afirmo que, se o projeto for o que está sendo divulgado, não haverá consenso nunca, pois se retornaria, na verdade, ao século passado ou ao início da Revolução Industrial no País. Dizem que será reformulado: o art. 7º, tirando-se o 13º salário, a garantia de férias, o descanso semanal remunerado, o aviso prévio e a aposentadoria, jogando-se tudo isso para a livre negociação entre patrão e empregado.

Falar em livre negociação sem ter como pressuposto o que está estabelecido na Constituição — embora nunca tenha sido regulamentado — é aquela velha história da livre negociação entre raposas livres e galinhas livres. Consta do art. 7º, entre os direitos dos trabalhadores:

“I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.”

No dia seguinte ao da promulgação da Constituição, foram apresentados projetos de lei complementar para regulamentar essa proteção contra a despedida arbitrária. Passaram-se doze anos, e até hoje o Congresso Nacional não se dispôs a regulamentar esse direito, porque, na verdade, esta Casa é sempre muito ágil para retirar direitos, para regulamentar direitos patronais, mas, para regulamentar direitos dos trabalhadores, age de forma muito lenta.

Então, não há discussão sobre reformular o art. 7º para se estabelecer livre negociação, se não se garante o direito dos trabalhadores ao emprego, principalmente em um país como o Brasil, em que há absoluta disparidade tanto regional quanto entre o poder de força dos sindicatos. Há sindicatos que têm, efetivamente, condição de estabelecer um processo de negociação coletiva; há sindicatos que têm condição de estabelecer um processo de pressão junto ao patronato, mas há outros que não dispõem dessa possibilidade por problemas estruturais e conjunturais. E, no momento em que o desemprego é um dos principais problemas da sociedade brasileira, vir com a história de introduzir a livre negociação, mas retirando aqueles direitos básicos! Livre negociação é para que sejam discutidos ganhos ou condições sociais, condições de trabalho para categorias que têm maior ou menor grau de organização, aquilo que não está previsto na Constituição ou não está previsto na lei. Este é o tipo de negociação que queremos estabelecer: um contrato coletivo de trabalho que tenha patamares mínimos, já garantidos pela Constituição, como é o décimo terceiro. Vamos estabelecer um processo de negociação sobre jornada de trabalho, por exemplo, de forma que, em períodos em que a empresa esteja em momentos mais favoráveis, vendendo seus produtos, em boas condições de funcionamento, tenha-se uma jornada maior de trabalho e, em períodos de maior recessão, reduz-se a jornada de trabalho, para que haja compensação. Isso é livre negociação, mas com base em patamares mínimos estabelecidos na Constituição. Mas dizer que haverá livre negociação quando o desemprego assola o País e os trabalhadores não têm garantido pela Constituição o décimo terceiro, as férias nem o descanso semanal remunerado! Enfim, nenhum dos pontos dos vários incisos de que é composto o art. 7º! Na prática, isso é voltar à pré-revolução industrial. Não há direitos trabalhistas

garantidos em lei e o trabalhador não tem garantias, em nenhuma situação, independente do poder de pressão do seu sindicato, quando assina um contrato de trabalho, valendo a livre negociação.

Se o projeto for na direção da mudança proposta pelo Governo, devemos registrar de antemão que não haverá consenso, mas uma reação não apenas por parte dos partidos de Oposição como também dos partidos da base do Governo, porque a proposta do Governo é retroceder nos direitos sociais que estão na Constituição. Se o Governo e suas Lideranças no Congresso querem realmente uma discussão séria e que possa avançar no sentido da negociação coletiva, da livre negociação, do contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado, levando em consideração, inclusive, diferenças regionais, ele deve, inicialmente, regulamentar o inciso I do art. 7º da Constituição brasileira, que prevê como direito dos trabalhadores “a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar (...)”.

Não sendo assim, é, mais uma vez, aquela velha cantilena, que os números desmentem, de que o problema do Brasil o chamado custo Brasil é o peso da força de trabalho, o peso da mão-de-obra, quando sabemos muito bem que isso não corresponde à atual realidade econômica do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Moreira Mendes. V Exª dispõe de 14 minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de volta Senado para atender à convocação extraordinária do Congresso feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ocupo a tribuna depois de aproximadamente vinte dias visitando o interior do meu Estado, onde pude ver a extraordinária riqueza daquela nova fronteira agrícola deste País, sua pujança, a força e a determinação de seu povo que, seguramente, se sobrepõe ao pior dos administradores, como o que José Bianco, o atual Governador, antecedeu, conseguem sobrepor-se a tudo e levar avante o Estado.

Visitei o Município de Ji-Paraná onde acompanhei aquele que talvez, seja o maior campeonato de futebol rural do País, com cerca de 140 agremiações representando as mais diversas e longínquas localidades do interior. Particpei do encerramento, juntamente como Governador José Bianco, distribuindo prêmios aos vencedores.

Visitei também o Município de Cacoal, onde fui levar a confirmação de convênios da Fundação Nacional de Saúde, liberados por interferência minha, no valor aproximado de R\$600 mil, para a execução de esgotamento sanitário e expansão de rede de água. Visitei também Nova Brasilândia d'Oeste, onde representei o Governador na instalação da Comarca daquela localidade, antiga aspiração daquela população, cujo prédio do fórum há mais de dez anos está construído. Escrevemos, portanto, mais uma página da história não só do Estado mas sobretudo daquele município.

Visitei também o Município de Espigão d'Oeste, onde entregamos equipamentos financiados pela Suframa; visitamos o Município de Urupá, onde, juntamente com o Superintendente do Inbra em Rondônia, entregamos o título definitivo da área física da cidade de Urupá.

Igualmente, estivemos no Município de Monte Negro, onde participamos de reuniões com vereadores e lideranças daquela localidade, assim como visitamos talvez o mais pujante município do Estado, o Município de Buritis onde, em menos de dez anos, houve uma explosão demográfica extraordinária; também estivemos em Campo Novo e ainda nos Distritos de Nova Califórnia e de Extrema, na região conhecida como Ponta do Abunã. Essas localidades, ambas muito maiores do que muitos dos municípios já instalados no Estado, distantes da Capital 350 km, não podem ser transformados em municípios, embora preencham todos os critérios, dadas as dificuldades que a lei hoje impõe. Isso dificulta sobremaneira a administração daquelas duas localidades.

Ocupo hoje esta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente para registrar os 18 anos do nosso Estado. Para muitos, em uma análise primeira, estaria o Estado de Rondônia entrando na sua adolescência, mas digo que não, porque Rondônia é fruto da transformação de um ex-Território Federal, que um dia foi o Território Federal de Guaporé, criado em 1943 – se a minha memória não falha – pelo então Presidente Getúlio Vargas. Portanto, Rondônia, como espaço delimitado, com divisas claras, existe desde 1943.

Não tivemos grandes festas para comemorar o aniversário de Rondônia, em 4 de janeiro último, porque o Estado vive momentos de extrema dificuldade gerados pela irresponsabilidade do Governo a quem o Sr. José Bianco sucedeu e já por mim várias vezes denunciado aqui.

O próprio Governador José Bianco, em seu discurso – cujo teor, para comemorar a solenidade, peço

a Mesa seja transcrito na íntegra, comentou que encontrou "um Governo caindo aos pedaços; um Governo falido, desorganizado, dilapidado na sua estrutura física, sem computadores, sem veículos nem insumos básicos para os órgãos e secretarias, com os telefones do Palácio cortados por falta de pagamento. Servidores com quatro meses de salários atrasados. Esmagado pelo peso de uma dívida de mais de R\$2 bilhões, além de um déficit mensal – pasmem – de quase R\$30 milhões. Um Governo institucionalmente debilitado. Um Governo imerso no caos, na anarquia. Em verdade, um desgoverno".

Sr. Presidente, foi isso o que realmente encontrou o Sr. José Bianco ao assumir o Governo de Rondônia. Mesmo assim, depois de um ano de muito trabalho, conseguiu recolocar Rondônia nos trilhos do seu desenvolvimento, encaminhar à Assembléia Legislativa e fazer aprovar, com a compressão daquela Casa de Leis, uma reforma administrativa que cortou a fundo interesses dentro do funcionalismo público do Estado, tendo a coragem de tomar medidas que muitos políticos demagogos não têm. Bianco o fez e, certamente, daqui a três ou quatro meses, haverá de colher os frutos dessa sua determinação.

Disse, ainda, o Governador, por ocasião do seu discurso, ao comemorar os 18 anos do Estado de Rondônia, que o seu Governo não vai mais olhar para si mesmo, mas para a sociedade; que não se submeterá aos objetivos de indivíduos ou grupos, mas da coletividade.

S. Ex^a salientou também:

Vamos reorientar o Governo para o cidadão. Vamos devolver o Estado para o seu legítimo dono, que é o povo. E vamos fazer isso adotando novas medidas, todas as que forem necessárias, inclusive a demissão de funcionários, para recuperar a capacidade de investimento no setor público, para que o Estado possa, novamente e de forma ascendente, aplicar recursos na promoção social, econômica e cultural dos rondonienses. Para que possamos resgatar da miséria e do abandono milhares de famílias. Para que possamos assistir melhor à nossa infância. Para que possamos dar trabalho aos nossos jovens. Para que possamos empreender um salto de qualidade no desenvolvimento de Rondônia. Para que tenhamos futuro.

Sr. Presidente, ao encerrar, enfaticamente registrou o aniversário do Estado de Rondônia e a determinação do Governador José Bianco em colocar aquele Estado nos trilhos do desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DOCUMENTO
A QUE SE REFERE O SR. SENADOR
MOREIRA MENDES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Discurso do Governador do Estado de Rondônia, José Bianco, proferido durante as comemorações de aniversário daquele Estado.)

Senador Moreira Mendes

Hoje é aniversário de Rondônia.

E como todo aniversário, é uma data de festa e homenagens. É momento de lembrar as conquistas, louvar as belezas e as potencialidades desta terra tão pródiga. Terra de gente altaneira, aqui nascida, que acolheu em seu seio nossas famílias, nos franqueando sua amizade e dando novo horizonte para brasileiros vindos de todos os cantos. Terra esta que acalenta sonhos de riqueza e grandeza, onde tudo se pode realizar, porque ainda há muito por fazer. Uma terra da promessa.

Neste dia de aniversário, em nome dos rondonienses nascidos em outros estados, rendo homenagens aos nossos irmãos rondonienses de nascimentos, e o faço na pessoa do Pastor Joel Holder.

E hoje não é apenas mais um aniversário. Hoje Rondônia completa sua maioridade.

Portanto, é também momento de refletir sobre as experiências de ontem e as perspectivas de amanhã, a realidade com que nos deparamos e a projeção do que podemos e queremos mudar. Se todo aniversário simboliza um marco, um recomeço da aventura de viver, os dezoito anos de Rondônia devem ser comemorados como o fim de uma etapa e o início de outra.

Permitam-me, um pouco de pretensão: a Rondônia de hoje não é a mesma de um ano atrás.

Rondônia está diferente. Rondônia está mudando. E o meu Governo se orgulha de ser instrumento dessa transformação.

Quando assumimos o Palácio Getúlio Vargas, encontramos um Governo caindo aos pedaços; um Governo falido, desorganizado, delapidado na sua estrutura física, sem computadores, sem veículos nem insumos básicos para os órgãos e secretarias, com os telefones de Palácio cortados, por falta de pagamento. Servidores com quatro meses de salários atrasados. Esmagado pelo peso de uma dívida de mais de dois bilhões de reais, além de um déficit mensal, pasmem, de quase trinta milhões. Um Governo institucionalmente debilitado. Um Governo imerso no caos, na anarquia. Em verdade, um desgoverno.

Deploramos a calamidade administrativa que encontramos. Mas não nos abatemos, nem nos assustamos. Ao contrário, a dimensão dos problemas, bem maiores e mais complexos de que imaginávamos, tem motivado a solidariedade dos companheiros e aliados políticos e a união em nossa equipe. Também tem nos forçado, a todos que integramos o atual Governo, a buscar novos conhecimentos e a descobrir novas habilidades, a lutar com mais força do que supúnhamos ter.

Pela compreensão das dificuldades que enfrentamos, rendemos homenagens não só aos companheiros e aliados, mas também aos que fazem oposição ao Governo que, atílvos, reconhecem ser verdadeira nossa afirmação quanto ao caos instalado e não nos têm causado maiores dificuldades.

Assim, registro agradecimentos à Assembléia Legislativa e à Bancada Federal, Deputados e Senadores. Cometeria grande

injustiça se não fizesse o mesmo reconhecimento ao Poder Judiciário, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.

O Filósofo italiano Machiavel, um sábio da natureza humana e das coisas políticas, dizia que o destino, quando quer engrandecer o governante, cria-lhe dificuldade que o obrigam a crescer, mais e mais, superando os outros e a si mesmo. Pois, então, as dificuldades herdadas do passado não nos deixam outra escolha a não ser engrandecermos nossas ações, nosso espírito, nossa fé e nosso ideal. O nosso é um governo predestinado a romper grilhões e paradigmas. É um governo vocacionado para a mudança. É um governo que veio para inovar. Não porque queremos simplesmente ser diferentes dos outros, mas pela convicção da máxima necessidade de mudar, de não repetir as mesmices do passado.

E como é preciso romper. Como é preciso mudar. Como é preciso inovar para que Rondônia tenha um governo em condições de atender satisfatoriamente aos pleitos e necessidades do nosso povo. Hoje, após um ano de sacrifícios e lutas, submetidos a um regime de absoluta austeridade, contando centavos e cortando na carne, já amealhamos algumas vitórias e avanços.

Retomamos o asfaltamento das estradas entre Rolim de Moura e Nova Brasilândia; de Colorado a Cerejeiras; de Presidente Médici a Alvorada; de Ariquemes a Campo Novo; e concluímos a tão decantada pavimentação da estrada de Ouro Preto a Mirante da Serra, obra que teve seu início ainda no Governo Jerônimo Santana, há mais de dez anos inconclusa. Recuperamos mais de dois mil quilômetros de estradas, construímos algumas pontes. Também reformamos e reequipamos muitas escolas, implantamos, um ambicioso programa de habilitação que proporcionará a universidade para todos os professores do estado; adquirimos alguns veículos para as polícias. Estamos num grande processo de informatização de todos os órgãos governamentais, especialmente a Secretaria da Fazenda.

Não instalamos nossa universidade, por encontrar fortes barreiras junto ao MEC. Enquanto não conseguimos, iniciaremos ainda este ano um programa de Bolsas Universitárias.

Assinamos, agora no final do ano, convênios para significativa extensão de energia elétrica na zona rural de 27 municípios, para aquisição de patrulha mecanizada, destinada a destacar em áreas de pequenos agricultores, para construção de moradias populares, para saneamento, para pavimentação, além de ter proporcionado, juntamente com a Bancada Federal, junto à Suframa, recursos na ordem de R\$6.000.000,00 às prefeituras, na sua grande maioria, para aquisição de maquinário pesado.

Fizemos muito, se considerado o quadro de adversidade enfrentado, considerando também que pagamos ao longo do ano mais de R\$40.000.000,00 da dívida do Beron e outro tanto referente a dívidas com o INSS, Paspes etc, num total de mais de R\$80.000.000,00.

Mas é preciso mais, muito mais. Não basta apenas equilibrar as colunas de receitas e despesas na contabilidade do Governo. O que ainda não conseguimos. Não basta sanear financeiramente o Estado e colocar todos os pagamentos em dia. Não basta cumprir o figurino elementar da administração responsável, que afasta do seu meio a corrupção, que impõe a moralidade no trato do dinheiro e da coisa pública, embora só isso já signifique um grande avanço no setor público de Rondônia, subretrado a gestão inepta e omissa. Mas isso não basta. É preciso denunciar distorções e vícios arraigados na máquina pública. É preciso pro-

fissionalizar os servidores, acabando com o empreguismo estatal. É preciso implantar contratos efetivos que impeçam a prática de qualquer forma de corrupção. É preciso criar critérios e instrumentos para avaliar e cobrar desempenho funcional, em todas as áreas do Governo. É preciso introduzir preceitos da Qualidade Total na Educação, na Saúde, na Segurança e demais serviços prestados à população. É preciso, enfim, submeter o Estado ao primado da competência e da eficiência.

A quem interessa manter uma estrutura inepta, incompetente e ineficiente? Certamente, que não ao povo, mas sim aos grupos que se aproveitam da desorganização do poder público para sugar-lhe os recursos.

Nos últimos anos, o Governo do Estado tem vivido para si mesmo, gastando cada vez mais com o próprio consumo e investindo cada vez menos na nossa população. Servindo a interesse corporativos, políticos e econômicos, enquanto renega os interesses coletivos, enquanto a minoria de privilegiados, enquanto a maioria rondoniense se aflige com a falta de estradas, de empregos, de saúde, de segurança e de saneamento. Um Estado injusto e anti-social que gasta consigo mesmo todos os recursos que arrecada.

Com a Reforma Administrativa, recentemente aprovada pela Assembléia, e em vias de implantação, damos um primeiro e decisivo passo em direção a uma mudança mais profunda e abrangente, que é a mudança do foco do Governo, e que demonstra, de forma inequívoca, nossa determinação de mudar.

Governo que não vai estar mais olhando para si mesmo, mas para a sociedade. Que não se submeterá aos objetivos de indivíduos ou grupos, mas aos objetivos da coletividade.

Vamos reorientar o Governo para o cidadão, vamos devolver o Estado para seu legítimo dono, que é o povo. E vamos fazer isso adotando novas medidas, todas as que forem necessárias, inclusive a demissão de funcionários, para recuperar a capacidade de investimento do setor público. Para que o Estado possa, novamente, e de forma ascendente, aplicar recursos na promoção social, econômica e cultural dos rondonienses.

Para que possamos resgatar da miséria e do abandono milhares de famílias. Para que possamos assistir melhor a nossa infância. Para que possamos dar trabalho aos nossos jovens. Para que possamos empreender um salto de qualidade no desenvolvimento de Rondônia. Para que tenhamos futuro.

A reforma do Estado em Rondônia, com a reestruturação de seus quadros e funções, é mais que uma opção de governo. É uma contingência histórica. É uma imposição do ambiente globalizado, que não permite mais o uso de artifícios, tão usados no passado, para rolar dívidas e acobertar déficits. É uma imposição das leis do País, que estabelecem parâmetros e limites para os gastos dos governos, inclusive com folha de pagamento. E, mais que tudo, é uma imposição da sociedade, que reclama mais equidade na repartição e mais transparência na aplicação dos recursos públicos.

Não há outro caminho. Se queremos que Rondônia cresça e prospere, temos que repensar o estado. Temos que retirar o do papel de provedor de benefícios para indivíduos, e colocá-lo na formação, muito mais nobre, mais justa, de gestor do desenvolvimento coletivo. Temos que substituir o que dá empregos na burocracia, pelo que gera empregos na produção. Temos que mudar a direção dos nossos atos e atenções: não mais governar para dentro, e, sim, governar para fora.

Governar para a economia que pulsa lá fora, para as pessoas que lutam fora dos recintos oficiais. Economia e pessoas que precisam, e muito, de um governo. Não um governo ultrapas-

sado, que se limita a distribuir benesses e cargos, mas um governo moderno, capaz de criar e gerir políticas públicas eficazes. Políticas efetivamente públicas, porque seriamente comprometidas com o processo e o bem-estar da sociedade.

Com a compreensão e o apoio de todos, em breve atingiremos objetivo almejado, que é a melhoria da qualidade de vida de todos os indivíduos e o fim desse período de injusta discriminação que vimos sofrendo perante toda a Nação.

Não dá mais para adiar a mudança. Rondônia não pode ficar estagnada no tempo, deitada no berço esplêndido de suas florestas e rios, enquanto o resto do Brasil e o mundo todo se transformam em ritmo acelerado. Rondônia precisa acertar o passo e iniciar o novo ano de sua existência com uma administração renovada e inspirada, capaz de oferecer-lhe o presente há tanto aguardado: um projeto de desenvolvimento que realize todo seu potencial de riqueza e inicie um novo ciclo de expansão do estado – o projeto A Nova Oportunidade.

Conceber as estratégias, lançar as bases e erguer as estruturas desse projeto é o objetivo final das mudanças que propugnamos. É a missão que o povo nos delegou aos nos conduzir ao Governo do Estado, em novembro de 98.

Hoje é aniversário de Rondônia. E é também o aniversário de uma utopia. Uma visão onírica que trouxe migrantes de todas as partes, povoou vilas e cidades, criou lavouras e pastos, deu vida e forma ao nosso Estado. Se o Eldorado só persiste como mito, o ideal de uma sociedade próspera e dinâmica, repleta de oportunidade para todos, permanece vívido no imaginário e na ambição dos rondonienses.

Os povos exitosos, sem exceção, são aqueles que aprendem a extrair lições positivas do passado. E a partir delas reforçam a auto-estima, sustentam a crença de que podem vencer. Nós, rondonienses, devemos extrair da saga dos pioneiros, o exemplo de luta e perseverança; a confirmação de quanto somos capazes, quando queremos. Somos e seremos vencedores. Nossas homenagens aos nossos antepassados, que enfrentaram, eles sim, imensas dificuldades, pagando, por sua ousadia e coragem, com as próprias vidas; nossas reverências aos construtores do Forte Príncipe da Beira, nosso respeito profundo aos construtores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, nossa saudação mais respeitosa aos Soldados da Borracha – aos ex-governadores e a todos os rondonienses, saúdo-os a todos, nesta data de aniversário de 18 anos de Rondônia, com solene reverência à memória do mais ilustre de todos nós, o saudoso e inesquecível Jorge Teixeira de Oliveira, o Teixeira.

Encerrando, senhoras e senhores, quero registrar que Deus tem me permitido muitas glórias. Proporcionou-me inscrever meu nome na história de nosso Estado como o 1º Presidente de nossa Assembléia Legislativa; que tenha eu promulgado a 1ª Constituição de nosso Estado e que seja eu, nesta data, na passagem para ano 2000, quando Rondônia completa 18 anos, na qualidade de Governador do Estado, quem saúda o povo rondoniense. É muita glória e, conseqüentemente, muita responsabilidade.

Daí, a minha inabalável determinação de liderar, com seriedade e eficiência, esse povo destemido, ordeiro e trabalhador, determinado a prosseguir no caminho do desenvolvimento sustentado, na busca incessante da tão almejada e justa melhoria de qualidade de vida.

Peço a Deus que abençoe esta Terra e nos ajude a torná-la tão esplêndida para vida humana, como é a sua nobreza.

Durante o discurso do Sr. Moreira Mendes, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão pelo tempo que resta à sessão, que é de 3 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em 30 de dezembro passado, assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão o Desembargador Jorge Rachid Mubarak Maluf. Na mesma festiva solenidade, os ilustres desembargadores Milson de Souza Coutinho e Etelvina Ribeiro Gonçalves tomaram posse, respectivamente, na Vice-Presidência do Tribunal e na Corregedoria Geral da Justiça, cabendo ao eminente Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto a responsabilidade de presidir o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

O Desembargador Jorge Rachid Mubarak Maluf antes de, há anos, ser indicado numa lista tríplice para a Desembargadoria já era conhecido e respeitado em meu Estado como um dos seus filhos mais ilustres no rol dos advogados que honram o estamento jurídico maranhense. Homem culto, correto e afável, conquistara por suas virtudes a admiração e a simpatia dos coestaduanos. E, como Desembargador do Tribunal de Justiça, confirmou, em cada uma de suas intervenções, o acerto e o bom-senso dos seus votos e de suas decisões, ampliando a divulgação do seu nome entre os luminares do Direito sediados naquela região do Brasil.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que aceite, receba e dê por lido todo o meu discurso, assim como o anexo. Muito obrigado.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
PROFERIDO PELO SENADOR EDISON
LOBÃO E O RESPECTIVO ANEXO.**

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

A trinta e dezembro passado, assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão o Desembargador Jorge Rachid Mubarak Maluf. Na mesma festiva solenidade, os Ilustres Desembargadores Milson de Souza Coutinho e Etelvina Ribeiro Gonçalves tomaram posse, respectivamente, na Vice-Presidência do Tribunal e na Corregedoria Geral da Justiça, cabendo ao eminente De-

sembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto a responsabilidade de presidir o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

O Desembargador Jorge Rachid Mubarak Maluf antes de, há anos, ser indicado numa lista tríplice para a Desembargadoria, já era conhecido e respeitado em meu estado como um dos seus filhos mais ilustres no rol dos advogados que honram o estamento jurídico maranhense. Homem culto, correto e afável, conquistara por suas virtudes a admiração e a simpatia dos coestaduanos. E, como desembargador do Tribunal de Justiça, confirmou, em cada uma de suas intervenções, o acerto e o bom senso dos seus votos e de suas decisões, ampliando a divulgação do seu nome entre os luminares do Direito sediados naquela região do Brasil.

No último biênio, Senhor Presidente, o Desembargador Jorge Rachid desempenhou as funções de Corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão, assumindo iniciativas que ganharam repercussão nacional. Teve a precípua preocupação, que agora naturalmente vai se fortalecer, de levar a Justiça ao povo. Patrocinou a realização de casamentos coletivos, que reuniram milhares de casais, em festivas solenidades, no interior do estado. É também dele a iniciativa dos verdadeiros mutirões, patrocinados pelo Tribunal, para os registros de nascimento de dezenas de milhares de maranhenses, recém-nascidos ou já adultos, que assim conquistaram o seu primeiro direito de cidadania. Enfim, levou a Justiça ao interior do Estado do Maranhão, no ingente esforço continuado para reduzir as grandes dificuldades com que o povo, especialmente a parcela mais carente, defronta nas lides cartorárias e forenses.

Como disse no seu discurso de posse, depois de enaltecer a efetiva colaboração recebida dos Senhores Desembargadores e Senhores Magistrados de 1º grau, o novo Presidente Jorge Rachid acredita que ao Poder Judiciário cabe também o dever de impulsionar os direitos essenciais da pessoa humana em nosso País, pois “a construção da cidadania começa a partir do reconhecimento de que toda pessoa tem direito a ter diretos”.

É com muito prazer, Senhor Presidente, que incorporo a este meu pronunciamento a íntegra do discurso de posse do Desembargador Jorge Rachid, a quem auguro uma gestão que corresponda ao sucesso da sua vida profissional de jurista.

Muito obrigado.

*(segue o discurso do Desembargador
Jorge Rachid)*

Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Dr^a Roseana Sarney Murad;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Manoel Ribeiro;

Excelentíssimo Senhor Ministro Vicente Leal, do Superior Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo Dr. Jackson Lago, Prefeito Municipal de São Luís;

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, na pessoa de quem saúdo todos os membros do Ministério Público presentes;

Meus caros colegas Desembargadores deste Egrégio Tribunal em atividade e aposentados;

Senhor Presidente da Seccional do Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Raimundo Marques, na pessoa de quem saúdo todos os advogados aqui presentes;

Senhores Senadores, Deputados Federais, Estaduais, Vereadores;

Meus colegas juízes estaduais e federais;

Demais Autoridades;

Minhas Senhoras; meus Senhores;

Meus Familiares.

“Assim como falham as palavras quando querem exprimir qualquer pensamento, assim falham os pensamentos quando querem exprimir qualquer realidade.”

Com este pensamento de Fernando Pessoa traduzo a emoção, que ora me domina, ao assumir tão honroso cargo. Tento justificar esse sentimento inexplicável e só posso atribuir a Deus esse acontecimento extremamente auspicioso.

Afinal, assumir a Presidência desta Colenda Corte de Justiça, constitui honraria dignificante não só pelo momento histórico das transformações que já marcam o novo milênio mas, principalmente, porque a missão que ora me é outorgada traz consigo a responsabilidade de conduzir o Judiciário para esses novos tempos.

Por conta disso, é bom lembrar que o merecimento de qualquer glória deve sempre anteceder a sua concretização.

Ou seja, se este se constitui como um momento sublime hei de fazer por merecer tê-lo vivido, de sorte que hoje aqui me apresento com olhos voltados para o interesse público e com sentido de responsabilidade. São circunstâncias que impulsionam a minha vontade de desenvolver o melhor do meu trabalho em prol do cidadão que recorre à Justiça como o seu último e seguro refúgio.

Sei que muitos são os desafios a enfrentar, necessitando de ações concretas e objetivas, capazes de atender os anseios da sociedade. Esses anseios partem principalmente daqueles que ainda se encontram sem direito a vez e a voz, para os quais os conceitos de cidadania e de justiça constituem palavras, que por certo já ouviram muitas vezes falar, sem contudo vivenciarem ou mesmo entenderem a sua real significação.

A exata consciência de que há dificuldades a superar, e de que estas irão constituir a rotina de meu próximo biênio, me faz lembrar dois provérbios, cujas origens árabes tenho orgulho de referenciar e que me parecem bem oportunos para este momento.

Diz o primeiro: “Não declares que as estrelas estão mortas só porque o céu está nublado”.

Sim! Podem existir dificuldades, mas nada faz concluir que sejam elas insuperáveis, pois, citando agora um segundo ditado ancestral ousou dizer: “O homem que quer realizar algo, encontra sempre um meio de fazê-lo e aquele que não quer encontra sempre uma desculpa”.

Pois, nestes momentos, em que muitos só enxergam problemas, vejo mais a possibilidade de imaginação-criadora alçar vôos mais altos, com o encontro de soluções capazes de viabilizar metas que até então poderiam parecer inatingíveis.

Por isso, a mensagem que trago agora é de otimismo; de fé e perseverança; de trabalho e confiança.

Ao invés de crise, vislumbro oportunidades. Ao invés de obstáculos, vejo desafios. Ao invés de descrença, sonho com resultados.

Afinal, a história esta aí para lembrar que as circunstâncias adversas sempre se constituíram como o melhor combustível para a civilização exercitar seu mecanismo de criação e para induzir as pessoas a ultrapassar seus limites habituais.

Para esses novos tempos reconheço uma sociedade civil cada vez mais forte e organizada, pautada em valores onde a ética toma lugar do oportunismo, onde o compromisso com o bem comum está substituindo o fisiologismo e o clientelismo, onde a solidariedade vem ocupando os espaços antes reservados às promessas sem sentido e aos discursos demagógicos.

O momento é promissor para aqueles que acreditam num futuro melhor, menos desigual, mais justo.

Por isso não pode haver desalento ou lamentação.

Cabe-nos ser partícipes e não apenas expectadores desses novos tempos.

Minhas Senhoras, meus Senhores!

As proposições que já fiz e os posicionamentos que assumi não se constituem simples afirmativas retóricas ou de efeito. O que disse, asseverei sem medo

de errar. Não por achar que sozinho serei capaz de semear conquistas, de realizar transformações, mas, sim, por acreditar na magistratura do meu estado.

Tenho razões de sobra para dizer que o Poder Judiciário do Maranhão vem respondendo prontamente às legítimas aspirações de uma sociedade em acelerada transformação.

Trago, com esta afirmação, a minha experiência à frente da Corregedoria Geral da Justiça, onde pude constatar a posição de vanguarda dos nossos magistrados, traduzida não só pelos seus pensamentos mas, principalmente, pelas ações desenvolvidas.

O engajamento dos juízes maranhenses nos diversos projetos desenvolvidos e eventos promovidos por aquele Órgão foi, sem dúvida, o grande segredo do sucesso alcançado. A permanente preocupação que se encontram imbuídos, em fazer cada vez melhor, forjou modelos exemplares que se traduziram em resultados práticos, de efetivação plenamente possível.

Nossos juízes já deram mostras de que sabem estimular a valorização da cidadania nos seus múltiplos aspectos, não só mediante a atuação judicante do dia-a-dia, como também pela participação e cooperação em projetos e empreendimentos capazes de promover a valorização do ser humano. Munidos de apurado espírito público e sentimento de civismo, alimentaram propostas e produziram inúmeras soluções para os problemas da justiça e da comunidade.

Por sua vez, os meus pares. Desembargadores deste egrégio Tribunal, prestigiaram-me por demais naquelas ações desenvolvidas pelo Órgão Correccional da Justiça Estadual sei que continuarão ao meu lado construindo esta nova etapa.

Portanto, a afirmativa de posição de vanguarda do Poder Judiciário do Maranhão está alicorçada no comportamento usual de nossos magistrados, desembargadores e juízes de 1º grau, cada vez mais conscientes de seus deveres perante a sociedade.

Esse novo contexto, impõe ao Poder Judiciário continuar a exercitar, de forma cada vez mais dinâmica e criativa, as suas funções institucionais, se colocando também como agente impulsionador dos direitos essenciais da pessoa humana em nosso País.

A construção da cidadania começa a partir do reconhecimento de que toda pessoa tem direito a ter direitos.

Senhora Governadora Roseana Sarney Murad.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,
Deputado Manoel Ribeiro.

Sei que podemos caminhar ainda mais, principalmente se soubermos aproveitar as oportunidades de aprofundar a integração harmônica entre os Poderes constituídos, de maneira a buscarmos soluções nos planos institucional, legislativo e administrativo, que reverterão para toda a sociedade.

Antevejo resultados amplamente satisfatórios a serem alcançados, sem que cada um desses Poderes resulte sequer arranhado em sua autonomia e independência. Essa cooperação é politicamente desejável e tecnicamente factível e delineia uma continuidade e crescente atividade conjunta no futuro.

Meus queridos colegas Desembargadores do Tribunal de Justiça!

Desejo agora registrar, em meu nome e dos Eminentíssimos Desembargadores Milson de Souza Coutinho e Etelvina Ribeiro Gonçalves, ora empossados na Vice-Presidência deste Tribunal e na Corregedoria Geral da Justiça, os agradecimentos pela confiança que nos foi depositada ao sermos eleitos para os cargos diretivos desta Corte.

Nesta hora, assumo o compromisso de desempenhar a função presidencial com altivez e competência, serenidade e equilíbrio, capazes de honrar a presença de Vossas Excelências como membros desta Augusta Casa.

Também não poderia deixar de agradecer às palavras proferidas pelo meu antecessor, o Eminente Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo, cuja gestão que ora se encerra deve ser considerada como realmente vitoriosa, confirmada pelo dinamismo e eficiência nas suas ações e pela intrínseca defesa das causas de interesse do Judiciário.

Suas realizações sempre se pautaram em objetivos com os quais plenamente me identifico: uma justiça mais ágil, barata e acessível a todos quanto dela necessitam.

Um exemplo marcante dessa sua brilhante trajetória à frente do Judiciário maranhense pode ser traduzido pelo incremento de mais de 50% do número de julgados especiais, sem contar as reformas, ampliações e reestruturações que realizou em mais de uma dezena.

Não posso deixar de externar um reconhecimento à generosa saudação do meu colega e particular amigo, o Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, que, em nome da Corte, manifestou a sua confiança e o seu apoio à gestão que ora inicio. Quero apenas registrar o quanto me sinto comovido com essa manifestação de apreço aqui recebida.

Agradeço ao Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Procurador Geral da Justiça, pelas suas palavras. Tenha a certeza de que o Ministério Público, pela importância constitucional que detém, terá sempre desta Casa o mais respeitoso tratamento, a merecida e necessária consideração.

Ao Dr. Raimundo Ferreira Marques, digno Presidente da Seccional do Maranhão, da Ordem dos Advogados do Brasil, declaro a minha gratidão pelas suas manifestações de apreço. As suas posições em prol de

um Judiciário mais eficiente são causas que também defendo, já que este Poder deve corresponder à confiança e respeito que o cidadão nele deposita.

A todos os servidores do Poder Judiciário, desde aos mais humildes aos mais graduados, os meus agradecimentos pela ajuda que me têm dado, certo de que, na medida das suas atribuições, continuarão a colaborar na tarefa de tornar a Justiça sempre mais eficiente e respeitada.

Desejo agora fazer uma referência pessoal a minha mulher, Jania, e aos meus filhos, Najla, Tamir e Jorginho, que me ouvem neste momento. A eles o meu agradecimento pela tolerância que sempre tiveram, quando não pude dedicar-lhes a atenção merecida, por estar envolvido nesta causa que abracei. Peço-lhes, mais uma vez, que compreendam as constantes ocupações do meu ofício e me perdoem pelas horas que não estivermos juntos.

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Quero, neste momento, renovar a minha profissão de fé na Justiça e principalmente no Judiciário do Maranhão, composto, na sua quase totalidade, de devotados magistrados, conscientes dos seus deveres perante a sociedade, comprometidos em estabelecer novas formas e campos de atuação, capazes de transformar em realidade os ideais de liberdade e de cidadania.

Finalizo, afirmando que na Presidência desta Corte, ladeado dos meus eminentes pares, estarei sempre pronto a acolher àqueles que queiram participar da construção do Judiciário do futuro, idealizando somente o melhor, trabalhando somente pelo melhor e esperando somente o melhor.

Que Deus me ajude a cumprir tão honroso encargo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Sr^s Senadores, em 27 de setembro de 1999, p meio do Requerimento nº 561/99, solicitei ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcide Pias, uma série de informações acerca das aplicações recursos do BNDES. Em 11 de dezembro passado, S. Ex^a respondeu à referida proposição de maneira incompleta, ignorando as seguintes indagações:

I – na questão 1, as informações relativas ao valor de cada financiamento, seu objeto, prazo de pagamento, carência e taxa de juro;

II – nas questões 3 e 4, as informações referentes ao detalhamento do porte das empresas beneficiadas (uniformizando os dados de acordo com o último critério de classificação do banco) com recurso do PIS/PASEP e do próprio banco, listando o valor de cada financiamento, seu objeto, prazo de pagamento, carência e taxa de juro ou requerido;

III – na questão 5, as informações relativas ao tipo de recurso utilizado pelo BNDES, o nome da empresa ou consórcio beneficiado, a empresa adquirida, explicitado o valor de cada financiamento, prazo de pagamento, carência e taxa de juro;

IV – na questão 7, a listagem dos municípios e os critérios adotados pelo banco para concessão de microcrédito.

Além da complementação das informações já enviadas, é necessário que o BNDES uniformize e informe a tipologia utilizada nos dados que deverão ser encaminhados a esta Casa. Apenas para se ter uma idéia da falta de homogeneização dos dados apresentados pelo banco, entre 1995 e 1999, o BNDES adotou 5 (cinco) critérios diferentes para definir o que é micro, pequena, média e grande empresa. Em requerimento que apresentei em 1998, o BNDES não informou o critério utilizado para classificar as empresas nas informações que me foram apresentadas. Somente em dezembro passado, descobri essa variedade de definições. É difícil acreditar que o banco as adote no intuito de dificultar a análise da evolução de seus desembolsos ao longo dos anos.

Considerando o disposto no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, solicito requerer ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio a complementação dos dados enviados, informando que o prazo constitucional da resposta já expirou.

É preciso, portanto, que o Ministro Alcides Tápias saiba da sua responsabilidade em informar corretamente à Casa, e que possam os dados, sobretudo os referentes a tamanho de empresa, ser enviados ao Senado Federal, de maneira que possamos ter critérios de comparação razoáveis, homogêneos. Se o BNDES, a cada ano, modifica os seus critérios, então, que nos informe qual seria a classificação caso os critérios não tivessem sido modificados, e a cada vez que os modifica ano a ano.

Solicito a atenção devida de V. Ex^a no sentido de requerer ao Ministro do Desenvolvimento que preste as informações corretas.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

Critérios de classificação de empresas adotados pelo BNDES

tipo empresarial/ano	1995	1996	1997	1998	1999
micro		até 70 mil UFIR ³	até 700 mil UFIR ³	até R\$ 720 mil ⁴	até R\$ 700 mil ⁴
pequena	até R\$ 4 milhões ¹	até 70 mil UFIR ³	até 700 mil UFIR ³	até R\$ 720 mil ⁴	até R\$ 6,12 milhões ⁴
média	até R\$ 15 milhões ¹			até R\$ 15 milhões ¹	até R\$ 35 milhões ⁴
grande	maior que R\$ 30 milhões ²				

¹ receita operacional líquida anual

² patrimônio líquido

³ receita bruta anual

⁴ receita operacional bruta anual

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa reiterará o pedido de informação de V. Ex^a, inclusive anexando o discurso que V. Ex^a faz neste momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, lembra a Senadora Heloisa Helena que, caso não haja a informação correta, o Ministro estará incurso em crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sem dúvida alguma, nobre Senador, desde que V. Ex^a assim o requeira.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência recebeu, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, as seguintes Mensagens:

Nº 4, de 2000 (nº 1.991/99, na origem), de 21 de dezembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até onze milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal;

Nº 5, de 2000 (nº 1.992/99, na origem), de 21 de dezembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até quinze milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Segundo Projeto relativo ao Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II; e

Nº 6, de 2000 (nº 1.993/99, na origem), de 21 de dezembro último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até trinta milhões e trezentos mil dólares norte-americanos, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Assistência Técnica a Saneamento para População de Baixa Renda.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência recebeu do Governo Estado do Estado do Rio de Janeiro o Ofício nº 683/99, de 10 de dezembro último, encaminhando, nos termos da Reso-

lução nº 39, de 1999, a documentação referente à oferta de Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, emitidas no último dia 1º de dezembro de 1999, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1999.

O expediente, anexado ao respectivo processo, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência recebeu o Ofício nº S/1, de 2000 (nº 308/99, na origem), de 13 de dezembro último, da Prefeitura Municipal de Joinville, solicitando, nos termos do Resolução nº 37, de 1999, autorização do Senado Federal para que possa habilitar-se a contratar operação de crédito destinada ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – O Senhor Presidente da República adotou em 4 de janeiro de 2000 e publicou no dia 5 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 2.016, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$5.000.000,00, para os fins que especifica”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Edison Lobão	Mozarildo Cavalcanti
	PMDB
Jader Barbalho	José Fogaça
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Sergio Machado	Osmar Dias
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB)
Marina Silva	Antônio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PFL**

João Ribeiro
José Rocha

Betinho Rosado
Costa Ferreira

PMDB

Geddel Vieira Lima
Cezar Schirmer

Milton Monti
Fernando Diniz

PSDB

Aécio Neves

Jutahy Junior

PT

João Fassarella

João Coser

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 10-1-2000 – designação da Comissão Mista

Dia 11-1-2000 – instalação da Comissão Mista

Até 10-1-2000 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 19-1-2000 – prazo final da Comissão Mista

Até 3-2-2000 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 2-L-PFL/2000

Brasília, 5 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.014-1, de 30 de dezembro de 1999, que "Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado João Ribeiro
Deputado Ronaldo Vasconcellos

Suplentes:

Deputado Werner Wanderer
Deputado José Carlos Vieira

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 3-L-PFL/2000

Brasília, 5 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.986, de 13 de dezembro de 1999, que "Acresce dispositivos à Lei nº 5.859/72, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, e ao seguro-desemprego", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado José Thomaz Nonô – Relator
Deputado Reginaldo Germano

Suplente:

Deputado Zezé Perrella
Deputado Joel de Hollanda

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 4-L-PFL/2000

Brasília, 5 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.008, de 14 de dezembro de 1999, que "dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Rubem Medina – Presidente
Deputado Gerson Gabrielli

Suplentes:

Deputado Lael Varella
Deputado José Rocha

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 5-L-PFL/2000

Brasília, 5 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.009, de 14 de dezembro de 1999, que “assegura percepção de gratificação por servidores da Carreira Policial Federal, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado José Carlos Aleluia – Relator
Deputado Aldir Cabral

Suplentes:

Deputado Adauto Pereira
Deputado Sérgio Barcellos

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 6-L-PFL/2000

Brasília, 5 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.015-1, de 30 de dezembro de 1999, que “institui a Taxa de Serviço Administrativos – TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental – TFA, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado Pauderney Avelino
Deputado Átila Lins

Suplentes:

Deputado José Melo
Deputado Francisco Garcia

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, seja enviada ao Governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, mensagem de sentidos pêsames pelo trágico acidente ocorrido com sua dileta irmã, a Sr^a Iris Roriz Solano, resultando no seu falecimento. Nosso votos de pesar se estendem também aos seus demais irmãos, Laudemiro de Jesus Roriz, José Roriz Aguiar, Maria Celeste Roriz Gonçalves, Ana Roriz Carneiro e Edna Terezinha Roriz Barbosa, bem assim, ao esposo da falecida, o jornalista Luiz Einar Neri Solano e seus filhos Gilberto, Andréia e André Roriz Solano, rogando a Deus para que os console e os conforte neste momento de tão profunda dor.

Sala das Sessões, 10 de janeiro de 2000. – **Iris Rezende – Maguito Vilela.**

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Mesa tomará as providências para o atendimento da solicitação contida no expediente que acaba de ser lido.

Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste início dos nossos trabalhos legislativos, desejo tecer algumas considerações em torno dos trabalhos desenvolvidos durante o ano passado, que seguramente, honraram esta Casa.

Estava a ler, Sr. Presidente, a magnífica Edição feita pelo Senado, referente aos grandes momentos do Parlamento brasileiro, quando me deparei com um discurso do Deputado, então líder da UDN, Adauto Lúcio Cardoso, discurso pronunciado em 1963, nos agitados dias do Presidente João Goulart, que antecederam a Revolução de 1964.

Neste discurso, o então líder da oposição lamentava o desencanto dos jovens parlamentares com a ação do Congresso, pouco eficaz, pouco objetivo na solução dos problemas do povo e na realização dos sonhos dos que amavam este país.

Creio que não é o caso dos jovens parlamentares, e eu me incluo entre eles, que chegaram a esta mais alta Casa da República no ano que acabou de encerrar.

Foram mais de 500 matérias apreciadas até novembro do ano passado, quase 2.500 nesses últimos 4 anos. Dessas matérias 1.864 foram aprovadas, incluindo medidas constitucionais, medidas provisórias, leis ordinárias, aprovação de autoridades para funções diplomáticas e administrativas.

No entanto, não se esgotou nisto o trabalho do Congresso, trabalho que devo registrar, deve ser debitado ao esforço e dedicação dos integrantes desta Casa, em primeiro lugar. Mas nada disto seria possível não fosse a competência e a capacidade de liderança do Presidente Antônio Carlos Magalhães, secundado pela equipe da Mesa do Senado, que vem dirigindo esta Casa com espírito cooperativo e democrático, o que não lhe tirou a necessária firmeza e capacidade de decisão, quer em relação às questões internas, quer na representação do Congresso perante a Nação e os demais poderes da República.

Devo considerar nesta perspectiva, que mais significativa do que os números, tem sido a qualidade dos trabalhos desta Casa, não só na sua função de legislar, mas de atuar como sensor das aspirações da sociedade pela mudança dos costumes e das condutas desviadas do poder público, função fiscalizadora atribuída a esta Casa.

Assim é que, além de promover o expurgo no próprio Parlamento, o Congresso e o Senado da República, tem atuado no Executivo e no Judiciário, dentro de suas atribuições constitucionais, inquirindo, denunciando, respondendo à delegação que lhe foi dada pelo povo, não só de legislar, mas de zelar pelo bem público e pela dignidade de representação.

Sem qualquer dúvida, Sr. Presidente, as Comissões de Inquérito sobre o Judiciário e o Sistema Financeiro, deixarão o Brasil diferente se adotadas as medidas decorrentes das investigações e das conclusões apontadas.

A Comissão Especial de combate à pobreza a par das medidas que deverá originar como a criação

do Fundo Constitucional, despertou uma nova consciência no parlamento na área governamental e na sociedade brasileira sobre esta verdadeira iniquidade que caracteriza o Brasil, das extremas desigualdades sociais e regionais.

Creio que esta nova consciência está empurrando o Brasil a considerar cada vez mais, com maior responsabilidade, a questão do estancamento do processo contínuo de exclusão que empurra à situação de pobreza ou de miséria extrema, mais de 30% da população brasileira.

Confirmando conclusões daquela Comissão, a pesquisa por Amostras a Domicílio, acabou por revelar aos brasileiros que a parcela mais rica da população – a classe média, ainda que empobrecida, e a classe alta constituída dos 10% mais ricos, detém 86% da riqueza nacional, sobrando apenas 14% para os 50% mais pobres.

A distância que vai entre a média de renda desses 10% mais ricos e a faixa mais pobre já ultrapassa a marca de 300 vezes, situação que o Relatório da ONU sobre o Desenvolvimento Humano deixa de caracterizar como iníqua para considerá-la verdadeiramente desumana.

Se, no passado, os índices de crescimento do PIB ou da riqueza nacional a qualquer custo, como forma de tornar o país competitivo na era da globalização, gerou esta imensa dívida social hoje, graças a esta nova consciência, assumida por esta Casa, em primeira linha, deve-se dizer que os aspectos distributivos, a questão do emprego e da renda, está começando a pesar como elemento essencial na formulação das estratégias de desenvolvimento, e nas preocupações de ingresso do país no primeiro mundo, ou na economia globalizada.

Assim é que, com a aprovação do projeto referente a proibição de automação dos postos de gasolina, que poderia determinar o desemprego de centenas de milhares de frentistas, o Senado deu uma demonstração cabal de que o fator humano, as políticas sociais passam a pesar sobre as decisões referentes aos interesses nacionais.

Alinho-me, Sr. Presidente, entre aqueles que, tendo votado favoravelmente àquela medida como uma necessária medida emergencial, tem, no entanto, profunda preocupação também com o avanço tecnológico do país.

Na verdade, Sr. Presidente, como tem faltado ao país uma clara definição das políticas sociais da priorização do homem sobre o capital ou a riqueza

tem havido também a ausência de uma política adequada de desenvolvimento tecnológico, da pesquisa científica e da difusão da tecnologia.

Sobretudo tem faltado uma estratégia de adequar o ritmo, ou a velocidade da introdução da tecnologia, em geral importada e imposta pela globalização, ao ritmo do desenvolvimento humano e institucional do País.

Por isto, o projeto aprovado deve ser considerado um projeto emergencial e transitório, enquanto se estudam medidas que viabilizem maior harmonia entre o desenvolvimento humano e a introdução da tecnologia.

Refiro-me à introdução de tecnologias porque num percentual que deve se aproximar dos 90% das tecnologias introduzidas, na falta de desenvolvimento de tecnologias adequadas ou tecnologias-nacionais, e importado a um custo altíssimo e a uma velocidade que, ao invés de beneficiar a sociedade, só tem conseguido aumentar a exclusão.

Cito como exemplo a distribuição de recursos do Projeto dos Eixos de Integração e Desenvolvimento – do PPA, que prevê para investir em desenvolvimento de Ciência e Tecnologia recursos de apenas R\$1 bilhão, num total previsto de 160 bilhões, ou seja, bem menos de 1% – o que é uma alienação.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esta questão de harmonização entre a introdução ou o desenvolvimento da tecnologia e a garantia de emprego e renda distribuída, constitui uma questão extremamente grave e que não pode passar batida.

Devo propor, Sr. Presidente, a criação de uma subcomissão, junto à Comissão de Assuntos Sociais para, utilizando de consultorias de alto nível, produzir estudos e sugestões voltadas à superação de problemas de tamanha gravidade.

Será, Sr. Presidente, mais um passo dado por esta Casa, no rumo da construção de uma sociedade mais justa, mais humana, mais conforme à dignidade humana e às aspirações do povo brasileiro, neste limiar do terceiro milênio.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Rede Globo de Televisão completou 34 anos de incansável operação e, para bem celebrá-los, preparou um impecável dossiê que resume suas atividades desenvolvidas em 98. Mais do que nossas congratulações, é hora de o Brasil reconhecer o papel informa-

tivo, educacional, cultural e altamente formador da Tevê Globo nas últimas 3 décadas. Aliás, é graças a tão nobres compromissos que a emissora consegue manter índices de audiência tão expressivos em todos os cantos do País.

Nesse dossiê, tomamos consciência de quão densas e extensas são suas ações a serviço da comunidade. Apesar de sermos todos telespectadores assíduos da Globo, poucas vezes somos convocados para uma reflexão menos preconceituosa sobre o papel de educadora social, na frente da qual se projetam as transmissões de centenas de produções televisivas da emissora. São inúmeros projetos dotados de caráter inteiramente sócio-pedagógico, que se diluem na hora de um julgamento indiscutivelmente precipitado. Por isso mesmo, os próprios organizadores desse primeiro dossiê já anunciaram a continuidade da publicação para cada aniversário da emissora.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, destacamos o sucesso de que se cobriu o projeto Criança Esperança, desde sua inauguração em 1983, que se traduziu, na prática, em cerca de mil horas de campanha transmitida. Como se sabe, o projeto visa à ampliação da consciência da população brasileira sobre os direitos da criança, a paternidade responsável e, antes de tudo, a importância da família.

Só contabilizando 98, os telespectadores da Globo efetivaram doações em torno de 4 milhões de reais. O valor é inteiramente transferido para as contas do Unicef, que o aplica no fundo de pesquisas e projetos para a melhoria da educação infantil. Durante o exercício de 98, o Unicef desenvolveu nada menos que 12 projetos, além de prestar assistência a 78 escolas. De resto, um projeto do qual o País só tem de orgulhar-se.

No mesmo rastro de sucesso, o projeto Criança Viva, que funciona desde 95, tem sido coroado de êxito. Nesse caso, o Unicef transfere parte dos recursos arrecadados para a Pastoral da Criança, cujo trabalho, mérito e competência na área da assistência infantil é objeto de incontável unanimidade no Brasil e no mundo. Em 98, mais de 180 mil crianças menores de 6 anos foram assistidas, além de mais de 120 mil famílias atendidas pelo projeto. Ademais, refletindo seu compromisso de atuação junto aos bolsões de miséria do País, o Criança Viva conseguiu estender sua ação a 245 municípios, atendendo em média quase 8 mil gestantes por mês. Como bem informa o relatório da Globo, em 98, não morreu

sequer uma criança entre todas as menores de 6 anos, em 40% das cidades visitadas pelo Criança Viva.

Do mesmo modo competente, a Ação Global tem mobilizado, por 6 anos consecutivos, mutirões nacionais pela cidadania. Trata-se de uma parceria com o SESI, que prontamente se dispõe a instalar, sempre aos sábados, centrais de atendimento para emissão gratuita de documentos essenciais ao exercício da cidadania. Nos locais onde se realizam os atendimentos, ambulatórios também são instalados, nos quais profissionais da medicina e da odontologia voluntariamente oferecem seus serviços à comunidade. Segundo dados da Globo, mais de 21 milhões de atendimentos já foram realizados desde a criação do projeto, em 93.

Em conjunto com suas afiliadas espalhadas em todo território brasileiro, em 98, a Tevé Globo instituiu e veiculou, nacionalmente, 24 campanhas de utilidade pública. O montante de investimento correspondeu a quase 90 milhões de reais, distribuídos nas mais de 300 mil inserções publicitárias, que totalizaram quase 160 mil minutos no ano. As principais campanhas de 98 se concentraram na temática da Segurança no Trânsito, Cuidados com o Coração, Dengue, Doação de Sangue, Lixo, Meningite, Pneumonia, Sarampo e Soro Caseiro. Ao lado das mensagens nacionais, as afiliadas promoveram campanhas locais, realizando aproximadamente 60 mil inserções, numa faixa de investimento perto dos 30 milhões de reais.

Não é de todo descabido lembrar que a Globo foi pioneira na criação e veiculação de campanhas de prevenção à Aids. Além do quê, a campanha do Soro Caseiro rendeu à emissora menção no Relatório das Nações Unidas, como exemplo para o resto do mundo. A contribuição dessa campanha para que a mortalidade infantil por desidratação caísse da primeira causa de morte para a terceira foi internacionalmente reconhecida.

Por outro lado, a Globo não esteve desatenta ao apoio que deve igualmente prestar às campanhas concebidas por terceiros, mas que são de interesse da sociedade brasileira. No ano passado, 82 campanhas de entidades de interesse público foram veiculadas nacionalmente pela emissora. Isso equivaleu a quase 5 mil inserções gratuitas, implicando mais de 130 milhões de reais de espaços cedidos. Nesse grupo, vale destacar algumas campanhas de inestimável mérito socioeducacional veiculadas em

98, tais como "Associação Parceria contra as Drogas", "Cidadania contra a Fome e a Miséria", "Prevenção contra a AIDS" e "Síndrome de Down".

Na mesma linha de preocupação social, a Globo se engajou em diversos projetos especiais pelo Brasil inteiro. Organizou, em 97, o seminário "São Paulo sem Medo", em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência, da USP. Como resultado, em 98, criou-se o Instituto São Paulo contra a Violência, reunindo as principais entidades da classe empresarial do estado, além de ter ensejado a publicação do livro São Paulo sem Medo, uma coletânea de todas as palestras e sugestões do seminário.

Sr. Presidente, aliás, não é somente dentro do Brasil que o trabalho educacional da Globo é reconhecido, mas sobretudo para além de nossas fronteiras. E esse reconhecimento recai, de maneira surpreendente, sobre a produção de novelas, cuja dramaturgia não descarta sua função socialmente pedagógica. Nos tópicos abordados nas novelas, o Fantástico e o Jornal Nacional não raramente se inspiraram para a realização de campanhas nacionais.

Por conta disso, em 94, a *Population Communication International* conferiu à Rede Globo honrado prêmio, como exemplo pela qualidade e quantidade de mensagens educativas e de utilidade pública inseridas, naturalmente, nas tramas das novelas. Os principais temas abordados nas novelas exibidas em 98 consistiram, preponderantemente, no combate às drogas, no combate à exploração do trabalho de menores, no direito dos soropositivos e na igualdade de direitos entre raças e sexos, entre outros.

Para ser mais preciso e justo, a Globo dispensa mais de 6 horas de sua programação diária a programas educativos. Isso tudo sem levar em consideração os documentários semanais, como Globo Rural, Globo Repórter e Globo Comunidade. Na verdade, para o cômputo das 6 horas, se enquadraram o Telecurso 2000, Telecurso com Telejornal 2000, Globo Educação, Globo Ciência e Globo Ecologia.

Do ponto de vista da programação nacional em geral, o quesito qualidade não pode ser objeto de qualquer contestação. Só em 98, produziu quase 6 mil horas de programas nacionais, contratando mais de 1.500 profissionais de vídeo, autores, elenco, diretores e equipes de arte. Sem sombra de dúvida, trata-se do maior índice de produção própria do Brasil e um dos maiores do mundo.

Por último, não poderia deixar de mencionar a extrema relevância do projeto "Brasil 500 Anos", sobre o qual a Rede Globo, com justiça, clama paternidade. Mais do que mobilizar ufanisticamente toda a Nação, o projeto visa a sensibilizar a sociedade, num esforço pela educação como base principal do bem-estar para o povo brasileiro no futuro imediato. Em 98, deu-se a instalação de relógios em todas as capitais, cujo propósito simbólico se sustenta na sincronização da unidade nacional com o compromisso de um País melhor.

Por isso e por muito mais, penho aqui meus votos de felicidades à Rede Globo e sua direção, manifestando meus agradecimentos a tantos e valiosos serviços prestados pelo País nesses 34 anos de existência. Aproveito a ocasião, então, para agradecer também pela belíssima publicação do dossiê "Balanço Social – Rede Globo 1998" a mim tão gentilmente encaminhada. Muito sucesso!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, familiares, amigos e expressiva parte da população do nosso Estado e da Capital do País choram, ainda, a perda irreparável da Professora Íris Luzia Roriz Solano, de 52 anos, irmã mais nova do Governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, falecida no dia primeiro deste mês, vítima de cruel acidente.

Consternados, todos tomaram conhecimento de que, ao desembarcar de curta viagem num helicóptero, a fim de continuar participando de celebração religiosa na residência oficial do Governador, a Professora Íris foi violentamente atingida pelo rotor do aparelho, falecendo instantaneamente.

Festejava-se a chegada do novo ano e o primeiro aniversário da Administração do Governador Joaquim Roriz, quando foi observada a falta de uma pequena Nossa Senhora de Fátima. Dona Íris, prestativa como sempre, de imediato prontificou-se a buscar a imagem que de hábito os acompanhava, nessas ocasiões especiais, desde quando a família a trouxe de Portugal.

A Professora Íris Luzia Roriz Solano, além de exercer, com zelo e competência, o cargo de Conselheira de Administração da Companhia de Eletricidade de Brasília – CEB, foi exemplar mãe de família.

Dedicada praticante da religião católica, envolveu-se, de modo especial, nas tarefas que objetivavam a garantia de amparo permanente aos necessitados, mantidas pela igreja de sua predileção, onde

esteve nos momentos que antecederem o fatal acidente.

Segundo estimativas, à missa de corpo presente e ao velório compareceram, além de outras autoridades, lideranças políticas e empresariais, familiares e amigos, cerca de duzentas pessoas, entre as quais se incluíam o Presidente Lourival Dantas, da Federação das Indústrias de Brasília – FIBRA; os Secretários de Estado Odilon Aires, Manoel de Andrade, Tadeu Fillipelli e Carin Nabut; o Presidente Michel Temer, da Câmara Federal; e os ex-Governadores de Goiás Íris Rezende e Henrique Santillo.

Dona Íris foi, sem nenhuma dúvida, uma pessoa que, mercê de extremada dedicação à família e de sempre bondosa assistência aos mais pobres, poderia ser apontada como feliz, conforme a definição de Dom Helder Câmara, como toda aquela que "passa pela vida tendo mil razões para viver".

Por isso, certamente, também o grande Santuário de Nossa Senhora de Fátima, desta Capital, tenha parecido pequeno para acolher tão imenso número de participantes, quando da celebração, às 19 horas e 30 minutos do último dia 7 de janeiro, da Missa de sétimo dia do seu falecimento.

Com esta breve intervenção, Senhor Presidente, desejamos endereçar à família enlutada, especialmente ao Jornalista Luiz Solano, esposo; aos jovens Humberto, Andréia e André, filhos; ao Governador Joaquim Roriz e aos demais membros dessa tradicional e respeitada família do Estado que representamos nesta Casa, a expressão do nosso sentimento de profundo pesar pelo prematuro e doloroso desaparecimento de dona Íris Luzia Roriz Solano.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência lembra as Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 11 do corrente, será destinada aos trabalhos das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cujas reuniões estão marcadas, respectivamente, para as 10 e 17 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

(OS 10120 /2000)

**ATA DA 181ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15
DE DEZEMBRO DE 1999
(Publicada no Diário do Senado Federal de 16 de dezembro de 1999)**

RETIFICAÇÃO

À página nº 35127, 2ª coluna..

Onde se lê:

PARECER nº 1158, de 1999

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Senado nº 61, de 1999, originário, que dá ao aeroporto de Teresina a denominação de Aeroporto de Teresina / Senador Petrônio Portela.

Relator: Senador Freitas Neto.

Vem a esta Comissão de Educação o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1999, da Câmara dos Deputados, PLC nº 1586/99, na origem, tendo como autor o eminente Deputado Heráclito Fortes.

Leia-se:

PARECER nº 1158, de 1999

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1999, originário, que dá ao aeroporto de Teresina a denominação de Aeroporto de Teresina / Senador Petrônio Portela.

Relator: Senador Freitas Neto.

Vem a esta Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1999, da Câmara dos Deputados, PL nº 1586/99, na origem, tendo como autor o eminente Deputado Heráclito Fortes.

EMENDAS

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.012-2, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 31 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "CRIA A AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADA LAURA CARNEIRO	022.

SACM.

Número de Emendas: 21

Emenda Adiconada: 01

TOTAL DE EMENDAS: 22

RELATOR:

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2012-2

000022

2 DATA 05/01/2000		3 PROP. Nº Medida Provisória nº 2.012-2	
4 AUTOR Dep. LAURA CARNEIRO			5 Nº PROTOCOLO 311
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PAGINA	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 1º. da Medida Provisória de nº 2.012, de 31.12.99 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro-RJ, podendo manter unidade administrativa em outras localidades, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o

território nacional, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde.

JUSTIFICATIVA

A ANS sucede a SUSEP em todas as suas atividades e que tem sede e pessoal especializado no Rio de Janeiro há 50 anos, região sudeste que concentra 80% dos segurados e empresas que administram planos de saúde.

10

ASSINATURA



EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.015-1, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999 E PUBLICADA NO DIA 31 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "INSTITUI A TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – TSA, EM FAVOR DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA, ESTABELECE PREÇOS A SEREM COBRADOS PELO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, CRIA A TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TFA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO GILBERTO KASSAB	001.

SACM.

Número de Emendas: 01

Emenda Adiconada:

TOTAL DE EMENDAS: 01

RELATOR:

MP 2015-1

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 05.01.2000	projeto Medida Provisória nº 2.015-1, de 30 de Dezembro de 1999
--------------------	--

Autor DEPUTADO GILBERTO KASSAB	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	-------------------------------------	---

Páginas	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	alínea
07	Propõe a Substituição dos Anexos II, III, IV, V e VI			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA:

Art. 3º - O pagamento da TSA obedecerá aos valores constantes dos Anexos a esta Medida Provisória.

JUSTIFICATIVA:

Propõe-se a alteração da Tabela da Taxa de Serviços Administrativos cobrados pela Suframa, dada a falta de progressividade lógica entre as faixas de valor de licenciamento de importação e o respectivo valor (taxa) a ser cobrada.

Vez que, ao se analisar a mesma, destacamos a seguinte situação:

A-) quando o importador for promover uma importação que, por exemplo, se enquadre na faixa 1 do Anexo II, ou seja, de R\$0,01 a R\$1.000,00 ele pagará como taxa R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos). Entretanto, na faixa seguinte de R\$1.000,01 a R\$2.500,00, depara-se que o valor a ser pago como taxa é de R\$ 15,84 (quinze reais e oitenta e quatro centavos), ou seja é melhor tirar quatro guias de R\$1.000,00, que totalizarão R\$4.000,00 ao custo de R\$ 13,88 (treze reais e oitenta e oito centavos) ao invés de R\$2.500,00 a um custo de R\$15,84.

B-) além disso, cabe ressaltar que a grande amplitude das faixas de valores contém outro desequilíbrio, principalmente a partir da faixa de R\$75.000,00 a 100.000,00 dos anexos II, III, IV, e V, pois provocam injustiça àqueles que, atingindo faixas próximas, estarão pagando pela totalidade da faixa ou, por outro lado, deixarão de remunerar na mesma proporção que as demais: como exemplo, podemos citar, que ao se solicitar uma guia de R\$90.000,00, esta terá o mesmo custo de quem solicitou uma guia de R\$76.000,00. De certa

forma, isto é um incentivo a importação desproporcional, refletindo na balança comercial, não existindo dúvida que nessas "brechas" incidirão os maiores volumes de guias.

C-) por outro lado o impacto do custo dessas taxas nos produtos em razão dessa postura desproporcional certamente inviabilizará vários produtos e a sua comercialização frente à competitividade internacional, razão pela qual os valores apontados caracterizam-se como aleatórios e não refletem um estudo confiável, pois as faixas, conforme acima demonstrado, estão desequilibradas. Cite-se como exemplo adicional a última faixa dos anexos III, IV e V, cujo valor da taxa praticamente dobra em relação à faixa anterior: ao se importar, por exemplo, R\$ 450.000, a taxa é de R\$ 8.246,41 no anexo III, enquanto que ao se importar R\$460.000 a taxa sobe para R\$15.412,62.

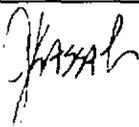
D-) isso demonstra que a estruturação às pressas da Medida Provisória resultou na não observância de um critério equilibrado que certamente vai causar um sério dano à produção e à comercialização, mas indiscutivelmente uma volumosa arrecadação.

E-) destaca-se que, diante do primeiro projeto apresentado à Presidência da República, dispunha-se que a área de abrangência para os recursos provenientes da TSA seria toda a região da Amazônia Ocidental. A Medida Provisória publicada apontou que os recursos serão destinados exclusivamente ao custeio e às atividades fins da Suframa. Dessa forma, fica mais uma vez demonstrada a necessidade de alteração das tabelas, vez que a previsão orçamentária anteriormente calculada não corresponde à atual e certamente provocará um estrondoso superávit.

F-) a atual necessidade da Suframa, conforme orçamento apresentado para atender o custeio e atividade afins, está em torno de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) e, persistindo o atual quadro de valores, com base nos volumes de arrecadação da Suframa ocorrida em 1998, saltaria para uma arrecadação em torno de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), razão pela qual justifica-se a redução dos valores apontados nos anexos da Medida Provisória em torno de 60% (sessenta por cento). Isso permitiria a minimização dos problemas apontados nos itens anteriores, aumentando a competitividade dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, ao mesmo tempo em que permite à Suframa a cobertura integral de suas despesas de custeio.

PARLAMENTAR

Brasília, 5 de janeiro de 2000



ANEXO II
TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS COBRADOS PELA SUFRAMA
MERCADORIA ESTRANGEIRA (COMERCIALIZAÇÃO)

	FAIXAS POR VALOR DE LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO		VALOR EM R\$
1	0,01	1.000,00	1,39
2	1.000,01	2.500,00	6,34
3	2.500,01	5.000,00	13,78
4	5.000,01	10.000,00	27,69
5	10.000,01	15.000,00	46,80
6	15.000,01	20.000,00	67,06
7	20.000,01	25.000,00	85,98
8	25.000,01	30.000,00	104,91
9	30.000,01	35.000,00	125,78
10	35.000,01	40.000,00	145,45
11	40.000,01	45.000,00	163,96
12	45.000,01	50.000,00	184,59
13	50.000,01	55.000,00	203,92
14	55.000,01	60.000,00	222,87
15	60.000,01	65.000,00	241,87
16	65.000,01	70.000,00	261,56
17	70.000,01	75.000,00	281,45
18	75.000,01	100.000,00	333,06
19	100.000,01	125.000,00	432,54
20	125.000,01	150.000,00	541,44
21	150.000,01	175.000,00	617,14
22	175.000,01	200.000,00	728,12
23	200.000,01	250.000,00	870,62
24	250.000,01	300.000,00	1.053,48
25	300.000,01	350.000,00	1.271,79
26	350.000,01	400.000,00	1.454,56
27	400.000,01	450.000,00	1.662,56
28	450.000,01	500.000,00	1.825,34

(*) O excedente será reenquadrado na tabela, adicional e sucessivamente

ANEXO III
TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS COBRADOS PELA SUFRAMA
MERCADORIA ESTRANGEIRA (BENS FINAIS - INSUMOS DA INDÚSTRIA)

	FAIXAS POR VALOR DE LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO		VALOR EM R\$
1	0,01	1.000,00	2,64
2	1.000,01	2.500,00	12,87
3	2.500,01	5.000,00	28,05
4	5.000,01	10.000,00	55,71
5	10.000,01	15.000,00	96,22
6	15.000,01	20.000,00	136,04
7	20.000,01	25.000,00	175,04
8	25.000,01	30.000,00	214,60
9	30.000,01	35.000,00	254,14
10	35.000,01	40.000,00	293,03
11	40.000,01	45.000,00	332,23
12	45.000,01	50.000,00	371,94
13	50.000,01	55.000,00	410,95
14	55.000,01	60.000,00	450,02
15	60.000,01	65.000,00	489,20
16	65.000,01	70.000,00	529,08
17	70.000,01	75.000,00	567,39
18	75.000,01	100.000,00	675,10
19	100.000,01	125.000,00	876,44
20	125.000,01	150.000,00	1.065,85
21	150.000,01	175.000,00	1.266,64
22	175.000,01	200.000,00	1.466,98
23	200.000,01	250.000,00	1.762,38
24	250.000,01	300.000,00	2.123,26
25	300.000,01	350.000,00	2.516,34
26	350.000,01	400.000,00	2.943,24
27	400.000,01	450.000,00	3.298,56
28	450.000,01	500.000,00	3.686,63

(*) O excedente será reenquadrado na tabela, adicional e sucessivamente

ANEXO IV
TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS COBRADOS PELA SUFRAMA
MERCADORIA ESTRANGEIRA (BENS INTERMEDIÁRIOS - COMPONENTES)

	FAIXAS POR VALOR DE LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO		VALOR EM R\$
1	0,01	1.000,00	0,66
2	1.000,01	2.500,00	2,66
3	2.500,01	5.000,00	5,84
4	5.000,01	10.000,00	11,42
5	10.000,01	15.000,00	19,84
6	15.000,01	20.000,00	27,65
7	20.000,01	25.000,00	35,72
8	25.000,01	30.000,00	43,72
9	30.000,01	35.000,00	51,40
10	35.000,01	40.000,00	60,05
11	40.000,01	45.000,00	68,04
12	45.000,01	50.000,00	76,31
13	50.000,01	55.000,00	83,64
14	55.000,01	60.000,00	92,21
15	60.000,01	65.000,00	99,98
16	65.000,01	70.000,00	107,58
17	70.000,01	75.000,00	115,28
18	75.000,01	100.000,00	139,57
19	100.000,01	125.000,00	181,01
20	125.000,01	150.000,00	220,42
21	150.000,01	175.000,00	259,10
22	175.000,01	200.000,00	297,62
23	200.000,01	250.000,00	361,92
24	250.000,01	300.000,00	442,99
25	300.000,01	350.000,00	516,14
26	350.000,01	400.000,00	600,48
27	400.000,01	450.000,00	676,43
28	450.000,01	500.000,00	756,01

(*) O excedente será reenquadrado na tabela, adicional e sucessivamente

ANEXO V
TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS COBRADOS PELA SUFRAMA
MERCADORIA ESTRANGEIRA (BENS DE INFORMÁTICA)

	FAIXAS POR VALOR DE LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO		VALOR EM R\$
1	0,01	1.000,00	0,57
2	1.000,01	2.500,00	3,24
3	2.500,01	5.000,00	7,20
4	5.000,01	10.000,00	14,33
5	10.000,01	15.000,00	24,44
6	15.000,01	20.000,00	34,68
7	20.000,01	25.000,00	44,57
8	25.000,01	30.000,00	55,22
9	30.000,01	35.000,00	64,83
10	35.000,01	40.000,00	74,56
11	40.000,01	45.000,00	84,72
12	45.000,01	50.000,00	95,02
13	50.000,01	55.000,00	104,79
14	55.000,01	60.000,00	116,93
15	60.000,01	65.000,00	126,62
16	65.000,01	70.000,00	136,74
17	70.000,01	75.000,00	144,65
18	75.000,01	100.000,00	173,14
19	100.000,01	125.000,00	223,70
20	125.000,01	150.000,00	274,79
21	150.000,01	175.000,00	321,90
22	175.000,01	200.000,00	375,08
23	200.000,01	250.000,00	444,41
24	250.000,01	300.000,00	544,23
25	300.000,01	350.000,00	643,14
26	350.000,01	400.000,00	741,42
27	400.000,01	450.000,00	844,92
28	450.000,01	500.000,00	944,32

(*) O excedente será reenquadrado na tabela, adicional e sucessivamente

ANEXO VI
TABELA DE TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS COBRADOS PELA SUFRAMA
INTERNAMENTO DE MERCADORIA NACIONAL

	FAIXAS POR VALOR DE LICENCIAMENTO DE INTERNAMENTO		VALOR EM R\$
1	0,01	100,00	0,40
2	100,01	500,00	0,82
3	500,01	1.000,00	2,79
4	1.000,01	2.000,00	5,06
5	2.000,01	5.000,00	11,63
6	5.000,01	10.000,00	22,36
7	10.000,01	20.000,00	50,75
8	20.000,01	50.000,00	112,70
9	50.000,01	100.000,00	252,20
10	100.000,01	150.000,00	485,40
11	150.000,01	200.000,00	644,00
12	200.000,01	300.000,00	867,06
13	300.000,01	500.000,00	1.393,82
14	500.000,01	1.000.000,00	2.461,47
15	1.000.000,01	2.000.000,00	4.922,94
16	2.000.000,01	3.000.000,00	7.366,40
17	3.000.000,01	5.000.000,00	9.845,87

(*) O excedente será reenquadrado na tabela, adicional e sucessivamente

PUBLIQUE-SE

EM 10/01/00

ATOS DO DIRETOR-GERAL

[Assinatura]
Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 9, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 000191/00-0

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARCOS AURÉLIO CORREA, matrícula nº 4772, e MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES,

matrícula nº 2928, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato credenciamento nº 034/99, celebrado entre o Senado Federal e a INSTITUTO BRASILIENSE DE ONCOLOGIA CLÍNICA S/C - ONCOCLÍNICA.

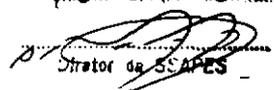
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 10.01.00

Diretor de SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 10, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 000193/00-3

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARCOS AURÉLIO CORREA, matrícula nº 4772, e MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES, matrícula nº 2928, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato credenciamento nº 033/99, celebrado entre o Senado Federal e a ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS PAVONIANAS DE ASSISTÊNCIA - CEAL.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de janeiro de 2000.



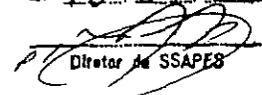
AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 11, DE 2000**

PUBLIQUE-SE

EM 10/01/00



Diretor de SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 000192/00-7

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES, matrícula nº 2928, e MARCOS AURÉLIO CORREA, matrícula nº 4772, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato credenciamento nº 036/99, celebrado entre o Senado Federal e a CLÍNICA RADIOLÓGICA MÉDICA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO
CONGRESSO NACIONAL**
(PERÍODO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999 A 14 DE FEVEREIRO DE 2000)

SENADO FEDERAL

Titulares

PMDB

1. Nabor Júnior
2. Renan Calheiros
3. Iris Rezende

PFL

1. Carlos Patrocínio
2. Bello Parga

BLOCÓ DE OPOSIÇÃO

1. Roberto Saturnino

PSDB

1. Geraldo Melo

Suplentes

1. Casildo Maldaner
2. Mauro Miranda
3. Maguito Vilela

1. Edison Lobão
2. Francelino Pereira

1. Geraldo Cândido

1. Lúdio Coelho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

1. Darci Coelho
2. Paes Landim
3. Vilmar Rocha

1. Eunício Oliveira
2. Jorge Pinheiro
3. Ricardo Noronha

1. Julio Semeghini
2. Lúcia Vânia
3. Maria Abadia

1. Geraldo Magela
2. Pedro Celso

1. Márcio Reinaldo Moreira

1. Luiz Antônio Fleury

1. Celso Jacob

1. José Antonio

1. Clementino Coelho

PFL

PMDB

PSDB

PT

PPB

PTB

PDT

BLOCO, PSB, PC do B

PPS

Suplentes

1. Aracely de Paula
2. Paulo Braga
3. Paulo Octávio

1. Alberto Fraga
2. Euler Moraes
3. Pedro Chaves

1. Danilo de Castro
2. Dr. Heleno
3. Juquinha

1. João Fassarella
2. Pedro Wilson

1. Roberto Balestra

1. Magno Malta

1. Fernando Coruja

1. Agnelo Queiroz

1. Márcio Bittar

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares		Suplentes
PMDB		
1. Casildo Maldaner 2. Ramez Tebet 3. Nabor Júnior 4. Ney Suassuna 5. Amir Lando		1. Marluce Pinto 2. Gerson Camata 3. (Vago) 4. (Vago) 5. (Vago)
PFL		
1. Geraldo Althoff 2. Francelino Pereira 3. Paulo Souto 4. Juvêncio da Fonseca		1 José Agripino 2. Carlos Patrocínio 3. Djalma Bessa 4. Freitas Neto
PSDB		
1. Lúcio Alcântara 2. Osmar Dias 3. José Roberto Arruda		1. Antero Paes de Barros 2. Luzia Toledo 3. Romero Jucá
Bloco de Oposição		
1. Lauro Campos 2. Helóisa Helena 3. Jefferson Peres		1. José Eduardo Dutra 2. Marina Silva 3. Roberto Saturnino
Membro Nato Romeu Tuma (Corregedor)		

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552
Chefe: Marcello Varella

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: NEY SUASSUNA					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ROMERO JUÇA	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB. em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNADES AMORIM	RO	2251/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PSDB, em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental. Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB

**MARLUCE PINTO RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65**

PEL

**GERALDO ALTHOFF SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES SE-4055/57**

PSDB

OSMAR DIAS PR-2121/25

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

**HELOÍSA HELENA (PT) AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT) AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT) RS-2331/37**

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO GROSICÃO (PT-PDT-PSB)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPS	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:

Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PLF - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

- (1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.
(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.
(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.
(4) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

PEI

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

PSDB

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ-2431/37

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

		PMDB
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	
		PFL
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	
		PSDB
TEOTÔNIO VILELA	AL- 4093/95	
		(1) BLOCO DE OPÇÃO (PT-PDT-PSB)
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	
		PPB
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	

(1) PPS retira-se do Bloco. em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB. em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES
Vice-Presidente: ALBERTO SILVA
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUP LICY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2251/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TITULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELso RUSSOMANNO	SP	-756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*288	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência 3602-1, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

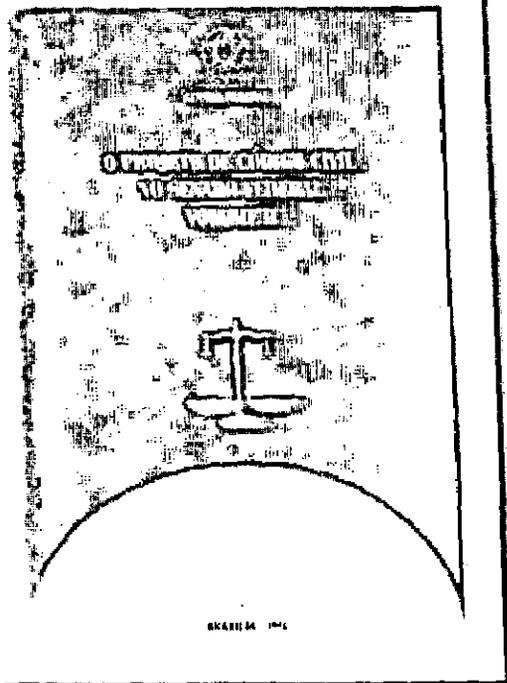


SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Subsecretaria de Edições Técnicas

O Projeto do Código Civil no Senado Federal

Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de Apoio III - Praça dos Três Poderes
70.1 -900 - Brasília - DF

Nome: _____			
Endereço: _____			
Cidade: _____		CEP: _____	UF: _____
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome: _____			
Endereço: _____			
Cidade: _____		CEP: _____	UF: _____
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



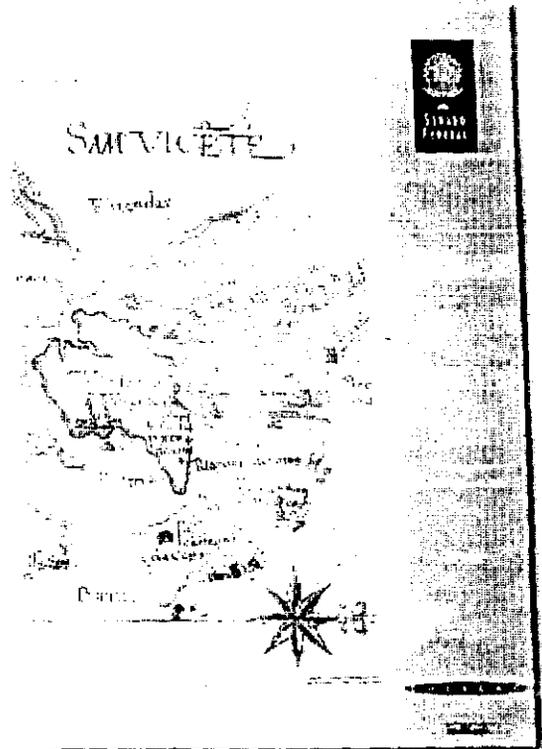
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS